

Carlos Gustavo Santos Barreira

A Procissão da Rainha Santa Isabel no século XX: contextos e influências da Câmara Municipal de Coimbra nas Festas da Rainha Santa

Dissertação de mestrado em Política Cultural Autárquica, orientada pelo Professor Doutor Saul Gomes e coorientada pelo Professor Doutor António Rebelo, na área científica de História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

A Procissão da Rainha Santa Isabel no século XX: contextos e influências da Câmara Municipal de Coimbra nas Festas da Rainha Santa

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	A Procissão da Rainha Santa Isabel no século XX: contextos e influências da Câmara Municipal de Coimbra nas Festas da Rainha Santa
Autor/a	Carlos Gustavo Santos Barreira
Orientador/a	Doutor Saul António Gomes
Coorientador/a	Doutor António Rebelo
Júri	Presidente: Doutora Maria Helena de Bastos Tavares Ribeiro
	Vogais:
	1. Doutora Maria Helena Cruz Coelho
	2. Doutor Saul António Gomes
Identificação do Curso	2º Ciclo em História
Área científica	História
Especialidade/Ramo	Política Cultural Autárquica
Data da defesa	16-10-2014
Classificação	17 valores



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Para a minha avó
Maria de Lurdes Barreiros Casimiro

Agradecimentos

A realização desta tese foi o maior desafio ultrapassado da minha vida académica, e um ato de aprendizagem relevante na minha vida pessoal.

É com muito orgulho e saudade, que dedico toda esta obra à minha avó Maria de Lurdes Barreiros Casimiro, de forma a prestar-lhe a justa homenagem que merece. Gostaria imenso de lhe entregar este presente em mãos, mas como não me é possível, peço a Deus que lha ofereça. A ela, agradeço todos os meus 19 anos de vida. Obrigado pelo amor, carinho e educação.

A todos os meus professores de mestrado, em especial aos meus orientadores, o Professor Doutor Saul Gomes e o Professor Doutor António Rebelo, agradeço a sua amizade, confiança e disponibilidade que sempre manifestaram desde o início desta investigação.

À Maria Fernanda Campos, agradeço a sua disponibilidade, amizade e apoio que diariamente me cedeu para a investigação e conclusão desta tese.

Aos meus amigos Zita, João, Teresa e Diogo, agradeço o apoio, amizade e tempo que investiram para atender aos meus pedidos, por vezes, exigentes.

Com especial atenção, dedico esta tese à minha família, em exclusivo aos meus pais, irmã e ao meu tio Miguel. Ao meu pai, por ser um dos maiores zeladores da Confraria da Rainha Santa Isabel e à minha mãe por todo o amor puro e verdadeiro que tem por mim. Para a minha irmã, esta tese serve como mensagem, para lhe mostrar que é nos maiores desafios que encontramos as maiores recompensas. Com trabalho, disciplina e vontade, o impossível torna-se possível. Ao meu tio Miguel, pois sei que este vai ser o maior motivo de orgulho que alguma vez lhe irei dar.

Por último, agradeço ao grupo de irmãos voluntários que se preocupam com o zelo da Confraria da Rainha Santa.

Resumo

A presente dissertação tem como objetivo estudar não só as procissões da Rainha Santa no século XX, mas também os contextos e influências da Câmara de Coimbra na realização das suas festas.

Na primeira parte, com base na análise das obras de António de Vasconcelos, pretende-se abordar a origem do culto dedicado a Santa Isabel e a história da Confraria da Rainha Santa Isabel. Seguidamente, apresenta-se uma abordagem histórica, compreendida entre os séculos XVIII e XIX, a sua contextualização, práticas religiosas e os seus intervenientes. Posteriormente, descreve-se o culto religioso dedicado à Rainha Santa no século XX, abordando a sua organização e composição, os diversos itinerários e as datas de realização das mesmas, entre 1894 a 1974. De seguida, procura-se compreender o papel da Câmara Municipal de Coimbra, a sua influência e intervenções na organização das festas da Rainha Santa. Por fim, apresenta-se uma compilação, que inclui os programas oficiais das festas da Rainha Santa e os folhetos das mesmas.

Abstract

This dissertation aims to study the processions of Queen Saint Isabel in the twentieth century and the contexts and influences of the Coimbra municipal council in carrying out their feasts.

In the first part, based on the analysis of the works of Antonio de Vasconcelos, we intend to study the origin of the cult dedicated to Saint Isabel and the history of the Confraternity of the Holy Queen Isabel. Then, it presents a historical approach, between the eighteenth and nineteenth centuries, its contextualization, religious practices and their stakeholders. Subsequently, we present the description of the religious cult dedicated to the Saint in the twentieth century, approaching your organization and composition, the various routes and dates of the same, between 1894 to 1974. We intend to then understand the role of the Coimbra municipal council, his influence and interventions in the organization of the religious celebrations to Queen Saint Isabel. Finally, we performed a compilation, comprising the official program of the celebrations of Queen St. and the leaflets of the same.

Siglas e símbolos

CMC – Camara Municipal de Coimbra

FRSI – Festas da Rainha Santa Isabel

CRSI – Comissão de Festas da Rainha Santa Isabel

CIT – Comissão de Iniciativa de Turismo

CMT – Comissão Municipal de Turismo

CFRS – Comissão de Festas da Rainha Santa

CCFRS – Comissão Central das Festas da Rainha Santa Isabel

GNR – Guarda Nacional Republicana

§ - Símbolo que representa os escudos

Índice

Motivação para o tema	9
Objetivos a atingir	11
Fundos documentais consultados.....	13
1 – A evolução histórica do culto à Rainha Santa Isabel de Aragão, Padroeira de Coimbra	18
1.1 – História da Confraria da Rainha Santa Isabel	18
1.2 – Introdução histórica ao culto	25
2 - Procissão da Rainha Santa em Coimbra – Principais contextos e práticas religiosas do século XVI ao século XIX	31
2.1 – As primeiras procissões dedicadas a Santa Isabel.....	31
2.2 – A Procissão de Cera dos irmãos da Confraria da Rainha Santa	35
2.3 – Momentos históricos que impediram a realização da procissão	37
2.4 – Participação da Universidade e da Câmara Municipal de Coimbra	39
2.5 – Itinerários primários	41
2.6 – Andor e Imagem	42
3 – A Procissão da Rainha Santa no século XX	45
3.1 – Introdução Geral	45
3.2 – Organização e composição das Procissões	46
3.3 – Itinerários processionais	49
3.4 – Datação das festas e procissões de 1894-1974.....	59
4 – Contextos e participações da Câmara Municipal de Coimbra	67
4.1 – Introdução Geral	67
4.2 – Comissão Central das Festas da Rainha Santa	68
4.3 – A Comissão de Iniciativa de Turismo	71
4.4 – O Fundo Especial das Festas da Rainha Santa.....	73
4.5 – A Comissão Municipal de Turismo de Coimbra.....	75
4.6 – Os Membros das Comissões de Festas da Rainha Santa.....	77

4.7 – Os relatórios da Comissão de Festas da Rainha Santa de 1952, 1954 e 1956	81
4.8 – O feriado municipal da cidade de Coimbra a 4 de julho	85
5 – Conclusão	88
6 – Anexos	92
6.1 – Programas Oficiais das Festas da Rainha Santa	92
7 – Fontes e Bibliografia	115
7.1 – Fontes Manuscritas	115
7.2 – Fontes Impressas	117
7.3 – Bibliografia geral	118

Motivação para o tema

A procissão religiosa da Rainha Santa Isabel que se realiza na cidade de Coimbra surpreende qualquer um ao reconhecer o elevado número de fiéis que a ela assiste. Muitos são os vetores que ajudam a explicar esta dimensão religiosa, mas também cultural, das festas que culminam no cortejo processional da Rainha Santa pela cidade de Coimbra. Desde a sua magnificência à intensidade de uma fé expressiva que os fiéis depositam em Santa Isabel, à qualidade artística dos cortejos que envolve e à riqueza simbólica que lhes subjaz, este cortejo revela-se um marco importante na vida da comunidade de pessoas que vive em Coimbra. Nesta nossa tese, considera-se que é de grande utilidade estudar este fenómeno social e religioso de Coimbra, aprofundando alguns dos seus aspetos históricos, assim como a evolução dos percursos desta procissão solene desde o início do século XX até ao ano de 1974, términos cronológicos marcados: o primeiro pela afirmação da República Portuguesa em 1910, o segundo pela Revolução do 25 de Abril e pela mudança do regime político português.

Este cortejo apresenta-se como uma verdadeira “obra de arte efémera” que se repete bienalmente, refletindo todavia, vários séculos de vivências, tradições e regras litúrgicas aplicadas na prática. Na verdade, as cerimónias comemorativas da Rainha Santa, distinguem-se das restantes, levadas a cabo em Coimbra, sobretudo porque se concretizam em dois tempos ou momentos processionais: a vinda da venerada imagem à cidade e, alguns dias depois, o retorno da mesma ao santuário onde repousam as sagradas relíquias de Santa Isabel.

A escolha deste tema assenta essencialmente em algumas circunstâncias pessoais. Residindo em Coimbra desde que nasci e participando na procissão como anjinho desde tenra idade, sempre me marcou a elevada adesão popular a estas procissões, causando-me interrogação e o desejo de conhecer mais profundamente a sua história e o seu significado na vida da autarquia que lhe é berço. Chegado aos 18 anos surgiu a oportunidade de pertencer aos elementos que transportam o andor da Rainha Santa. E quando se assiste ao cortejo, estando no centro de toda a ação é com muita admiração e respeito que se sente a avassaladora fé, crença e convicção que aqueles que assistem a este “espetáculo de fé” depositam na imagem venerada de Santa Isabel de Aragão. É este apego religioso,

verdadeiramente místico, que permite afirmar que a procissão continua a cumprir cada vez mais a sua função catequética nos horizontes do fenómeno religioso a que pertence, mas também uma missão social mais universal no domínio das manifestações culturais mais populares da cidade de Coimbra.

Tendo iniciado a licenciatura em História da Arte, em 2007, e o voluntariado na Confraria da Rainha Santa Isabel em 2010, desde logo que a ambiência mística religiosa que envolve a belíssima igreja do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova reforçou em mim o interesse em investigar a vida de D. Isabel de Aragão, bem como o passado histórico da Confraria e de todo o culto praticado em torno da Santa.

Foi a partir deste momento que nos apercebemos das fragilidades históricas que existem sobre o culto religioso praticado a Santa Isabel no século XX.

Começando a frequentar o mestrado em Política Cultural Autárquica, foram sendo adquiridos novos conhecimentos que permitiram vislumbrar as várias oportunidades de enriquecer e preencher as lacunas históricas existentes. Nesse sentido, impulsionado pelo interesse, gosto, e até testemunho de fé, o meu próprio e o de alguns amigos e familiares, surgiu a motivação certa para dar um contributo histórico ao evento excepcional, que é o culto processional a Santa Isabel.

Com o objetivo de responder às exigências de um mestrado que visa o estudo das políticas culturais exercidas numa autarquia, surgiu a necessidade de enquadrar a intenção do contributo referido num espaço e sujeito de investigação e estudo que é o do município de Coimbra. A realização deste estudo é também uma forma de prestar justa homenagem ao grande investigador sobre a vida da Rainha Santa, o Dr. António de Vasconcelos, bem como a todo o grupo de pessoas que ativamente colaboram na recuperação, reedificação e manutenção do Mosteiro de Santa-Clara, bem como na permanência e divulgação do culto a Santa Isabel.

Objetivos a atingir

A base de todo este projeto assenta na consciência da necessidade de estudar e compreender a procissão da Rainha Santa Isabel durante o século XX e a participação da Câmara de Coimbra na realização das Festas da cidade. Este é o principal intuito.

Para o levar a cabo, a nossa investigação desdobrou-se nas três fases seguintes: 1ª - Apresentar novas abordagens sociológicas sobre as procissões iniciais estudadas por António de Vasconcelos. 2ª - Estudar o culto processional a Santa Isabel no século XX em Coimbra. 3ª - Avaliar o significado da intervenção da Câmara de Coimbra na realização das Festas da Rainha Santa.

Sobre o primeiro objetivo é de salientar que António de Vasconcelos é o grande autor que aborda a vida de Isabel de Aragão, bem como os diversos tipos de cultos primários realizados depois da sua morte, beatificação e canonização. Contudo, após a leitura dos dois volumes de *“Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)”*, do consagrado autor, teve-se por pertinente levantar algumas novas questões relativas a este tema, nomeadamente, avaliar os momentos de realização e de não celebração das procissões e o porquê dessa variação; identificar, tanto quanto possível, desde o século XVI, os percursos e as ruas por onde as procissões passavam; que imagens de Santa Isabel eram transportadas até 1896, quando se entroniza a nova e atual; que género de andor era utilizado e quem eram os responsáveis por o carregarem.

A investigação de António de Vasconcelos termina nos fins do século XIX, sendo que posteriormente não se realizou nenhuma investigação sobre a continuidade deste culto e suas práticas devocionais. Cumprimos, aqui, o segundo objetivo a que nos propuséramos, apresentando novas informações para contribuir para uma história mais sólida e consistente sobre o culto à Rainha Santa.

Propomo-nos, assim, estudar a história e o impacto cultural das procissões da Rainha Santa sobretudo desde cerca de 1893, em que A. de Vasconcelos parou a sua investigação, até o fecho do terceiro quartel do século XX. Pesquisas futuras poderão elucidar a evolução destas procissões e do culto à Santa Rainha desde 1975 até ao presente.

O terceiro ponto é o objetivo mais direto e conciso à qual esta investigação se propõe. Para se compreender a procissão da Rainha Santa no século XX na sua totalidade

tem que se necessariamente entender o contexto da Câmara Municipal de Coimbra na realização das Festas da Rainha Santa. Para tal, adotou-se obrigatoriamente uma visão mais turística e social sobre o culto. Destaca-se neste ponto a necessidade de compreender a importância da implementação das políticas locais e regionais de turismo na CMC ao longo do século XX, bem como todas as comissões responsáveis pela organização das FRSI.

Ao longo da análise do último ponto verificou-se que, a partir de 1936, foram editados pequenos livros / revistas com o programa religioso e festivo das FRSI, tendo sido as suas capas graficamente produzidas por diversos artistas que, para esse efeito, participavam num concurso público para ilustrar a Rainha Santa. Nesta tese compilamos todas essas edições, que nos foi possível encontrar, uma vez que fazem de uma estratégia de divulgação e promoção das FRSI, dos pontos turísticos mais importantes da cidade de Coimbra e de diversos negócios que representavam o comércio local.

Fundos documentais consultados

Para estudar e compreender o tema na sua globalidade começámos por ler e analisar os estudos de António de Vasconcelos, mormente a sua obra maior intitulada *“Dona Isabel de Aragão. (A Rainha Santa)”*, pois são a fonte mais fiável e cientificamente credível que nos permite conhecer e compreender as origens do culto prestado à Rainha Santa Isabel. Ao mesmo tempo levou-se a cabo uma investigação e análise das procissões realizadas em Coimbra, desde 1894 até 1974 nos jornais *“O Tribuno Popular”* e *“Gazeta de Coimbra”*, com o objetivo de recolher informações sobre as vivências, costumes, temáticas e datas das festividades cidadinas.

Estas fontes jornalísticas revelaram-se imprescindíveis para a realização deste trabalho, pois relatam as festas com uma particularidade devota e até mesmo catequética. Além disso, estes periódicos são a fonte que nos permite verificar que a festa religiosa dedicada à Rainha Santa é a que mais notícias possui em relação a outros eventos de carácter religioso da cidade.

Procedeu-se, também, a um levantamento bibliográfico sobre a história do culto, beatificação e canonização da Rainha Santa em Coimbra. No desenvolvimento de todo este trabalho, pretendeu-se abordar temáticas menos conhecidas e mais específicas sobre as primeiras procissões de Santa Isabel, relacionadas com o tipo de imagem que era transportada, os responsáveis que a carregavam, a sua organização e composição.

Para tal, a investigação exigiu um novo rumo que assentou na busca de informação nos livros do Arquivo da Confraria da Rainha Santa. Porém o arquivo não possui os documentos relacionados com as atividades das clarissas do novo Mosteiro durante os séculos XVII e XVIII, o que levou novamente para a leitura dos documentos investigados por António de Vasconcelos no segundo volume de *“Dona Isabel de Aragão. (A Rainha Santa)”*.

A procura desta nova informação permitiu verificar que subsiste uma falta de elementos sobre o culto das clarissas dos séculos XVII e XVIII, tornando-se difícil estabelecer uma linha temporal precisa que responda às temáticas mencionadas e

que elucide o momento da génese e emergência das manifestações devocionais e processionais públicas, em Coimbra, em torno da Rainha Santa.

Ao pesquisar no Arquivo da Confraria, verificou-se que existem diversos programas informativos sobre as festas da Rainha Santa. Estes programas são uma fonte fiável para a nossa investigação, pois através deles é possível verificar as datas, eventos culturais, personalidades convidadas, os diversos trajetos percorridos, bem como a composição e organização das procissões.

É na tentativa de reunir todos os programas editados que a investigação adquire um novo desafio. Após a procura destes programas tanto no arquivo da Confraria como no Arquivo Histórico do Município de Coimbra ou na Biblioteca da Casa da Cultura e na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, constatou-se que em nenhuma destas instituições existe a coleção completa dos programas oficiais editados, o que levou a que a procura fosse feita também junto de alguns particulares devotos da Rainha Santa.

Após a pesquisa no Arquivo Municipal de Coimbra, concluiu-se que existe um vasto espólio documental sobre a realização das festas da Rainha Santa. É neste patamar que a investigação nos leva a descortinar um novo panorama, o qual obriga a uma abordagem também sociológica das festas da Rainha Santa na cidade de Coimbra e a compreender a sua realização num contexto que diz respeito também à evolução do turismo no município.

Este legado documental permitiu compreender que para se entender a influência da Câmara de Coimbra na realização das festas, tem de se compreender obrigatoriamente o surgimento e criação de duas comissões, a Comissão de Iniciativa de Turismo e a Comissão Municipal de Turismo de Coimbra, bem como as suas obrigações e interesses na realização destas comemorações.

Quanto à informação existente no inventário sobre a Comissão de Iniciativa de Turismo, identificou-se que o material necessário para esta investigação é somente as atas e a correspondência expedida e recebida. Sobre a Comissão Municipal de Turismo de Coimbra existe uma subsecção documental dedicada à Comissão de Festas da Rainha Santa que integra vários elementos entre eles os da própria CMT, para organizar as festividades. Desta subsecção todos os arquivos disponíveis revelaram-se importantes para analisar a intervenção da Comissão das Festas da Rainha Santa na realização das mesmas, destacando-se as atas, correspondência expedida e recebida, relatórios de despesas e receitas de 1952, 1954 e 1956, propaganda e recortes de imprensa.

No tratamento e análise dos diferentes aspetos, houve a necessidade de cruzar as diversas fontes de informação, de forma a constatar essencialmente a veracidade das notícias publicadas nos periódicos. A nossa investigação incidiu sobre um universo documental plural, o qual permite compreender e interpretar a evolução histórica do contributo da Câmara de Coimbra nas festas da Rainha Santa. Esse universo documental por nós compulsado abrangeu o elenco seguinte:

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Imprensa Periódica – Jornais

- “*Gazeta de Coimbra*” de 1900 a 1974.

Biblioteca Digital da Universidade de Coimbra

- “*O Tribuno Popular*” de 1862 a 1907.

Arquivo da Confraria da Rainha Santa

- Livros de Atas – Compostas pelas deliberações tomadas pela mesa administrativa da Confraria da Rainha Santa. Faltam livros com as atas de 1898 a 1939.

- *Atas e Eleições (SR), CRSI/001/001 – 1896*

- *Atas e Eleições (SR), CRSI/001/002 – 1890 a 1895*

- *Atas e Eleições (SR), CRSI/001/006 – 1940 a 1952*

- *Atas e Eleições (SR), CRSI/001/007 – 1952 a 1982*

- Livros de copiador de correspondência – Elaborados através das cópias dos documentos que eram expedidos e recebidos pela CRSI.

- *Copiador de Correspondência (SR), CRSI/008/001 – 1876 a 1882*

- *Copiador de Correspondência (SR), CRSI/008/002 – 1890 a 1894*

- *Copiador de Correspondência (SR), CRSI/008/003 – 1894 a 1936*

- Correspondência Recebida – Contém a correspondência recebida na CRSI.

- *Correspondência recebida (SR), CRSI/010/001 – 1892-1934*

- *Correspondência recebida (SR), CRSI/010/002 – 1937- 1958*

- *Correspondência recebida (SR), CRSI/010/003 – 1959 – 1975*

- Correspondência expedida - Contém a correspondência expedida pela CRSI. Faltam os documentos de 1933 a 1945.

- *Correspondência expedida (SR), CRSI/009/001 – 1904-1932*
- *Correspondência expedida (SR), CRSI/009/002 – 1946-1966*
- *Correspondência expedida (SR), CRSI/009/003 – 1967-2000*
- Festas da Rainha Santa Isabel (SR) (1956-1966) CRSI/011/001 – Composto por diversos documentos sobre a organização das Festas da Rainha Santa.
 - *Festas da Rainha Santa Isabel (SR), CRSI/011/001 - 1956-1966*
 - *Festas da Rainha Santa Isabel (SR), CRSI/011/002 - 1967-1992*
- Programas das Festas da Rainha Santa Isabel – Reúne diversos programas religiosos sobre as festas da Rainha Santa.
 - *Programas das Festas da Rainha Santa Isabel (SR), CRSI/023*

Arquivo Histórico do Município de Coimbra

- *Anais do Município de Coimbra - 1840 a 1869;*
 - *Anais do Município de Coimbra – 1870 a 1889;*
 - *Anais do Município de Coimbra – 1890 a 1903;*
 - *Anais do Município de Coimbra - 1904 a 1919;*
 - *Anais do Município de Coimbra – 1920 a 1939;*
 - *Anais do Município de Coimbra – 1940 a 1959;*
 - *Anais do Município de Coimbra – 1960 a 1969;*
- Comissão de Iniciativa de Turismo (CIT)¹**
- *Livro de Atas - 1923 a 1936;*
 - *Correspondência expedida e recebida – 1923 a 1929;*
 - *Correspondência expedida e recebida – 1930 a 1932;*
- Comissão Municipal de Turismo (CMT)**
- **- Comissão das Festas da Rainha Santa (CFRS)²**
 - *Atas:* atas policopiadas de 1952 a 1980 onde constam as deliberações das sessões de cada Comissão Organizadora das Festas da Rainha Santa. Entre o período referido faltam diversas atas de vários anos;

¹ CORREIA, Sandra – *Inventário da Documentação de Turismo do AHMC*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2009, 191 p. ISBN 978-989-8039-20-0, p.60

² CORREIA, Sandra – *Inventário da Documentação de Turismo do AHMC*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2009, 191 p. ISBN 978-989-8039-20-0, p.150-155.

- *Correspondência Recebida e Expedida*: É constituída por documentação emitida e recebida pela CFRS entre 1950 e 1980;

- *Plano de atividades*: Encontra-se uma planificação dos programas culturais a realizar durante as festas, bem como o pessoal responsável por cada atividade. Existe somente de 1958 a 1966;

- *Relatório de Contas*: relatório de despesas e receitas obtidas pela CFRS durante os anos de 1952, 1954 e 1956;

- *Propaganda*: propaganda realizada entre 1952 e 1980 pela CFRS para publicitar as festas, constituída por cartazes, folhetos, selos, entre outros;

- Recortes de Imprensa: composto por recortes de imprensa com notícias sobre as atividades da CFRS.

Registos Iconográficos e cartográficos

- *Plantas topográficas da cidade de Coimbra de 1934 e 1978* - Divisão de cadastro, solos, património, imobiliário e informação geográfica da Camara Municipal de Coimbra;

- *Programas oficiais das Festas da Rainha Santa de 1948, 1950, 1956, 1958, 1960, 1962, 1964, 1966 e 1968* – coleção particular da Maria Fernanda Campos, irmã da CRSI;

- *Programas oficiais das Festas da Rainha Santa de 1938, 1946, 1948, 1970, 1972, 1974, 1978, 1980 e 1982* – visíveis na sala de exposições do Recordatório de Santa Clara.

- *Folhetos informativos sobre o programa oficial das festas da Rainha Santa de 1920, 1932, 1936, 1950, 1956, 1974* – Arquivo da CRSI;

- *Folheto informativo sobre o programa oficial das festas da Rainha Santa de 1952*- Arquivo Histórico do Município de Coimbra no dossiê da “*Propaganda*”.

1 – A evolução histórica do culto à Rainha Santa Isabel de Aragão, Padroeira de Coimbra

1.1 – História da Confraria da Rainha Santa Isabel

Após a beatificação da Rainha Santa Isabel, pelo Breve de Leão X, em 15 de abril de 1516, e as diversas manifestações religiosas feitas em sua honra, quase todas sob o alto patrocínio real de D. Manuel I, D. João III e da rainha D. Catarina, surge, em 1560, a Confraria da Rainha Santa Isabel na sequência desta devoção religiosa, praticada em todo o reino português, que abrangia todos os estratos sociais desde as classes mais elevadas, em especial a Família Real e a alta-nobreza até ao povo mais humilde.

Com a elevada ocorrência dos devotos à capela tumular da rainha no Mosteiro de Santa Clara e num ato de defesa e gratidão, através da iniciativa da abadessa do Convento de Santa Clara D. Ana de Menezes, juntamente com outras religiosas, D. Marta da Silva e D. Ambrosia de Castro e ainda alguns intervenientes outros intervenientes seculares e eclesiásticos, deliberou-se justamente no ano de 1560 criar uma associação religiosa intitulada de *Confraria de Santa Isabel Rainha de Portugal*³, com os objetivos de prestar o culto à Rainha Santa Isabel, promover a sua devoção litúrgica e organizar periodicamente as celebrações processionais religiosas pela cidade de Coimbra.⁴

Segundo António de Vasconcelos, uma vez que a veneração se fazia por todo o reino português à Rainha Santa Isabel, a criação da Confraria foi patrocinada e protegida pela rainha D. Catarina⁵, o que contribuiu certamente, para que este projeto tomasse altas aspirações pela cidade de Coimbra. Facto que demonstra esta afirmação é a disponibilização pela Universidade de Coimbra de dois mordomos para enquadrarem o grupo de elementos que dirigiam a confraria.⁶

³ A estrutura organizativa da confraria é composta hierarquicamente por mesários, confrades e irmãos.

⁴ DIOGO, Alonso - Compromisso dos confrades da confraria de sancta Ysabel Raynha de Portugal, molher do catholico Rey dom Dinis sexto Rey de Portugal. In *Vida & milagres da gloriosa Raynha Sancta Ysabel, molher do catholico Rey dõ Dinis sexto de Portugal: Com o compromisso da cõfraria do seu nome, & graças a ella concedidas*. Coimbra: Ioam da Barreyra, 1560. p. 60-64.

⁵ VASCONCELOS, António de- Confraria da Rainha Santa Isabel. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p. 467

⁶ VASCONCELOS, António de - Confraria da Rainha Santa Isabel. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p. 467

Possivelmente devido à veneração religiosa que se fazia sentir em torno de Santa Isabel, no ano de 1647, o rei D. João IV, a rainha D. Luiza de Gusmão e o príncipe real D. Teodosio, tornam-se elementos na Confraria, o que seguramente elevou a sua reputação e o número de pessoas inscritas.⁷ Como consequência temporal e face a novas necessidades, em julho deste mesmo ano, elaborou-se um novo compromisso para organizar e reformular o antigo documento. Contudo, devido à Restauração, só em 1671 é que este foi confirmado pelo Bispo-Conde D. Fr. Álvaro de São Ventura.⁸

Com a canonização de Santa Isabel, em 1625, certamente que o seu prestígio e o da confraria aumentaram. Todavia, em meados do século XVIII, esta irmandade corporação encontrava-se de tal forma abandonada devido ao pouco número de irmãos existentes e à falta da organização administrativa, que nem as festas solenes se realizavam. Provendo a esta situação, as religiosas do antigo Mosteiro de Santa Clara requereram auxílio ao rei D. José, rogando-lhe novas providências com a intenção de a recuperar. Na resposta, dada e 15 de julho de 1771, o soberano ordenava que se renovasse a irmandade através da eleição anual de novos mesários, determinando também que a procissão solene fosse realizada anualmente no dia 4 de Julho e acompanhada pela Câmara, Colegiadas e a Ordem Terceira de S. Francisco.⁹

Perturbada pela guerra civil, originada pela implementação do Liberalismo em Portugal, a Confraria entra novamente num período de decadência, sendo que, durante vinte anos, não se registou celebração solene nem qualquer tipo de culto religioso em honra da Rainha Santa.¹⁰

A regularidade das atividades só é retomada em 1852 com a iniciativa do Bispo de Braga, D. António de Freitas Honorato e da madre abadessa de Santa Clara, momento em que se procedeu à reestruturação da Confraria e à organização de uma procissão, após longos anos sem registo de tal atividade. Além disso, foi através deste novo impulso que se

⁷ VASCONCELOS, António de - Confraria da Rainha Santa Isabel. In Dona Isabel de Aragão (*A Rainha Santa*), vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p. 469

⁸ VASCONCELOS, António de - Confraria da Rainha Santa Isabel. In Dona Isabel de Aragão (*A Rainha Santa*), vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p. 470 e seg.

⁹ *Terceiro Compromisso da Real Confraria da Rainha Santa Isabel*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1892, p. 9.

¹⁰ VASCONCELOS, António de, Capítulo - Confraria da Rainha Santa Isabel. In Dona Isabel de Aragão (*A Rainha Santa*), vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p. 474

procedeu à alteração da antiga data das festas (3 de julho), passando a realizar-se a procissão sempre ao domingo que sucede o dia 4 de julho.¹¹

Desde então, não há registo de outras ruturas com a organização do culto solene a Santa Isabel, o que nos leva a acreditar que as festas continuaram a ser realizadas todos os anos. Comprovando tal existência das festas e protagonismo da Confraria pelo reino, em dezembro de 1863, são inscritos como irmãos o rei D. Luís I, a rainha D. Maria Pia e o Infante D. Augusto, Duque de Coimbra.¹²

Em 1883, devido às dificuldades económicas que os elementos da cooperação sentiam na organização das festas, a Mesa da Confraria resolveu realizar as festas e procissão somente de dois em dois anos, mantendo-se, até à atualidade, essa tradição.¹³

Com o desgaste e a inadaptação do antigo compromisso com mais de duzentos anos de idade, a Mesa da Confraria, em 1891, decidiu redigir o terceiro compromisso, onde passa a assumir o título de Real Confraria da Rainha Santa Isabel.

Contudo, antes da realização do último compromisso, existem diversos fatores que protagonizaram a permanência da Confraria no Mosteiro de Santa Clara.

A 21 de outubro de 1848, foi assinada, em Lisboa, uma concordata entre o Reino de Portugal e a Santa Sé, para se reduzir algumas religiosas de alguns conventos, para se promover a educação dos jovens, para fins estreitamente religiosos. O mínimo de religiosas em cada convento seria o canónico; o máximo “*conforme os meios de subsistência de que o convento possa dispor*”.¹⁴

Pressupôs-se que o governo não se oporia às profissões religiosas, mas as suas ações foram contrárias. Em Coimbra, começou por extinguir o Mosteiro de Sandelgas, transferindo as religiosas para Santa Clara.

Com a extinção das ordens religiosas ou com a morte da última religiosa, os bens transitavam para a posse do Estado. Em 1886, com a morte da última clarissa de Coimbra, o Estado quis dar o Mosteiro de Santa Clara como extinto. A esta situação, opôs-se o bispo de Coimbra, D. Manuel de Bastos Pina, que conseguiu que o ministério dos Negócios

¹¹ VASCONCELOS, António de - Confraria da Rainha Santa Isabel. In Dona Isabel de *Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p. 475

¹² VASCONCELOS, António de - Confraria da Rainha Santa Isabel. In Dona Isabel de *Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p. 476

¹³ *Terceiro Compromisso da Real Confraria da Rainha Santa Isabel*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1892, p. 10.

¹⁴ ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1967-1971, 4 vol.umes, vol..3, p.. 147-172.

Eclesiásticos entregasse somente os bens privados de Santa Clara ao Estado, permitindo que a última religiosa de Sandelgas continuasse a sua vida de clausura até à sua morte.

No dia 20 de março de 1889, o diretor da fazenda de Coimbra manifesta a sua intenção de entregar o Mosteiro ao Ministério da Guerra, com a exclusão da igreja. Opõem-se novamente, D. Manuel de Bastos Pina, recordando os compromissos anteriormente referidos e proclamando a questão da salvaguarda do túmulo que conserva o corpo da Rainha: *“há-de entregar-se também aos soldados o túmulo da Santa Rainha e o coro e o santuário em que ela está? Hão-de os soldados, e os soldados criminosos para o presídio ali estabelecido, substituir as religiosas na guarda do mesmo túmulo?”*¹⁵. Em abril, o governo desiste da entrega do edifício ao Ministério da Guerra.

É neste período de controvérsias que, a 23 de março de 1890, é eleito para Juiz da Confraria o Doutor António Garcia de Vasconcelos. Todo o trabalho que realizou enquanto presidente da instituição, foi o que a salvou da sua possível extinção. Ao entrar para a administração e ao deparar-se com as extremas dificuldades existentes, decide formular o já mencionado terceiro compromisso da Confraria e inscrever novos irmãos, para aumentar os rendimentos anuais.

A 10 de junho de 1891, falece a última religiosa que provinha do Convento de Sandelgas, ficando em risco a transição definitiva do Mosteiro para o Estado. Nesta altura, nem a igreja nem os coros, onde jazia o túmulo de Santa Isabel, pertenciam à Confraria. Esta não possuía nenhum espaço físico no extenso Mosteiro, apenas tinha na igreja, para o seu serviço litúrgico, um altar lateral, que fica em frente da porta principal.

Para solucionar a eminente venda do edifício, a mesa da confraria elabora uma carta a El-Rei D. Carlos, subscrita com a assinatura de 136 irmãos, pedindo a conservação do edifício, através da fundação de um *“recolhimento para senhoras honestas e desamparadas, e cumulativamente um colégio, onde se ministrasse, mediante remunerações modestas, educação e ensino a meninas de famílias remediadas, que não pudessem aproveitar-se da educação mais dispendiosa doutros colégios”*¹⁶

Não houve despacho, mas é certo, que é a partir deste momento, em que encontramos a Confraria, instalada numa das partes da casa do capelão e na casa de

¹⁵ RAMOS, A. de Jesus, *O Bispo de Coimbra D. Manuel Correia de Bastos Pina*, Coimbra, 1995, pp. 330-334.

¹⁶ VASCONCELOS, António de – *Doutor Francisco José de Sousa Gomes: a sua benemerência na administração da Confraria da Rainha Santa Isabel*. Coimbra: Tipografia da Gráfica de Coimbra, 1931, p. 13 e 14.

hospedaria, a lutar pela salvaguarda e manutenção do templo, através da contratação de um Capelão próprio, que recitava as missas diariamente e sem haver o perigo da venda do edifício.

Existindo apenas algumas senhoras seculares, antigas pupilas e albergadas, que vieram do Mosteiro de Sandelgas em 1848, o culto a Santa Isabel, era recitado quotidianamente junto do seu túmulo, com o anúncio do sino.

Porém, com a velhice, cansaço e doença destas, nos anos de 1890, o culto religioso solene na igreja decaiu imenso. Estava limitado apenas às duas procissões, às solenidades natalícias e à celebração das festas da Trasladação em outubro.

Resolvido o problema da venda do Mosteiro, o próximo passo da Confraria passa pela restituição do culto a Santa Isabel. É neste período que, findada a presidência do Dr. António Garcia de Vasconcelos, é eleito a 4 de junho de 1893, o novo presidente, Dr. Francisco José Sousa Gomes. É sobre este que recai a responsabilidade de arranjar mais receitas e dinamizar o Mosteiro juntamente com o culto a Santa Isabel.¹⁷

A primeira atividade, que este presidente enquadra no culto praticado no Mosteiro, para atrair mais fiéis, é a instituição da devoção do terço e bênção do Santíssimo, em todas as tardes dominicais. Havendo pouca afluência de pessoas, posteriormente, adicionou as missas do mês de Maria e do mês do rosário.

Porém, a atividade do Dr. Francisco Sousa de Gomes é marcada na Confraria, pela aquisição do atual andor e imagem de Santa Isabel. “ *A imagem da Rainha Santa, que era levada nas procissões por ocasião das solenidades, não estava à altura da função religiosa que desempenhava. Escultura grosseira e tosca, exibia-se numa inestética padiola, que servia de andor, e na qual ia também uma figura de pobre ajoelhado, de costas para a frente, num ridículo movimento, quando o andor avançava.*”¹⁸

Com o objetivo de incrementar o espetáculo das procissões e substituir as antigas peças religiosas, manda esculpir uma nova imagem e andor para se exhibir nas ruas de Coimbra. Primeiramente, é mandado esculpir um novo andor de talha dourada, ao artista António Augusto Gonçalves, sendo este estreado nas festas de 1894. Ao encomendar o andor, os jornais noticiaram o caso, acrescentando a intenção de a Confraria querer mandar

¹⁷ VASCONCELOS, António de – Doutor Francisco José de Sousa Gomes. In *Em memória de Francisco José de Sousa Gomes. Homem da Ciência e da Igreja 1860-1911*. Cruz Editores, 2011, ISBN 978-989-97225-0-7, p. 185.

¹⁸ VASCONCELOS, António de – Doutor Francisco José de Sousa Gomes. In *Em memória de Francisco José de Sousa Gomes. Homem da Ciência e da Igreja 1860-1911*. Cruz Editores, 2011, ISBN 978-989-97225-0-7, p. 188.

esculpir uma nova imagem. Esta notícia tornou-se conhecida da Rainha D. Amélia, pelo que no dia 27 de Junho de 1894, escreve a seguinte carta ao Bispo-Conde: *“Reverendíssimo Bispo-Conde. – Ontem, quando lhe escrevi, esqueci-me duma cousa, que tinha vontade, e mesmo necessidade, de lhe dizer. É a respeito da imagem da Rainha Santa, que prometi dar, já vão dois anos... Vi num jornal que a irmandade da Rainha Santa quer mandar fazer uma imagem. Pedia ao Bispo-Conde o favor de dizer àquela Irmandade qual a minha promessa e intenção, para evitar-lhe esta despesa, e deixar-me a honra de mostrar um pouco a minha devoção à Rainha Santa”*.¹⁹ A 9 de julho de 1896, é estreada nas festas a célebre imagem da Rainha Santa, esculpida por Teixeira Lopes.

Mais tarde, remontando ao problema da venda do Mosteiro, é encontrada uma solução pelo Bispo-Conde, que passava pela criação de um instituto feminino de preparação para as Missões religiosas civilizadoras das colónias africanas. Através de um diploma, legalizou-se a instalação no edifício das beneméritas Missionárias de S. José, subordinadas à Associação das Missões do Padroado de Portugal, sendo que esta ficava com as cercas e respetivas corporações do Mosteiro. Para a Confraria ficou estipulado as casas da hospedaria e a manutenção do culto, obrigação essa que já vinha sendo cumprida.

Posteriormente, em 1910, com a entrada da República, o convento é dividido por duas entidades: a Confraria e o exército português. Nesta divisão a Confraria fica com a igreja, os coros (baixo e alto) e com o piso térreo dos claustros, sendo que, na parte conventual, instala-se o regimento do exército, onde exerce atividade até 2001. Em 2005, é cedido por este, a parte superior dos claustros, à Confraria. Esta divisão permanece até à atualidade.

Hoje em dia, umas das principais atrações deste Mosteiro, são as deslumbrantes vistas que este possui, do seu pátio, sobre a cidade de Coimbra. Contudo, isto só foi possível, devido à seguinte iniciativa que o Dr. Sousa de Gomes adotou para aumentar o número de visitantes à igreja. Projetou demolir todo o extenso muro que cercava o pátio da igreja, deixando ficar um simples banco corrido, em pedra, com o seu encosto, para proporcionar aos visitantes uma vista soberba sobre a admirável cidade de Coimbra e arredores. Esta foi a última estratégia que o Dr. Sousa Gomes implementou na dinamização do Mosteiro. De

¹⁹ VASCONCELOS, António de – Doutor Francisco José de Sousa Gomes. In *Em memória de Francisco José de Sousa Gomes. Homem da Ciência e da Igreja 1860-1911*. Cruz Editores, 2011, ISBN 978-989-97225-0-7, p. 189.

facto, pelo sucesso que ainda hoje tem, podemos acreditar que foi a que melhores resultados apresentou, na vinda de novos visitantes ao Mosteiro de Santa Clara-a-Nova.²⁰

Terminado a sua presidência em 1903, estão concluídas as dificuldades da Confraria em se estabelecer e salvaguardar o Mosteiro de Santa Clara. Posteriormente a este período, encontramos novos tempos de crise na instituição porém, são ultrapassados pela boa vontade e zelo dos presidentes, onde são as festas processionais de Santa Isabel, realizadas pela Confraria, a principal atividade turística e religiosa que trazem milhares de fiéis à cidade e ao Mosteiro.

²⁰ VASCONCELOS, António de – Doutor Francisco José de Sousa Gomes. In *Em memória de Francisco José de Sousa Gomes. Homem da Ciência e da Igreja 1860-1911*. Cruz Editores, 2011, ISBN 978-989-97225-0-7, p. 191.

1.2 – Introdução histórica ao culto

Após a morte da Rainha D. Isabel, em Estremoz, a 4 de julho de 1336, diversas manifestações de culto religioso foram praticadas em sua honra. Tendo sempre presente os atos de caridade que praticara em vida, foram-lhe prestados numerosos gestos de devoção mesmo antes de ser beatificada e canonizada.

António de Vasconcelos refere que eram praticados três tipos de culto religioso em homenagem à Rainha D. Isabel: culto privado, culto público e culto solene. *“Por culto privado intendem os actos de veneração e orações dirigidas por qualquer pessoa, sem character publico e por modo particular, a um defuncto que, segundo piamente se crê, gosa a bemaventurança eterna. Culto público é o que se presta em presença de outras pessoas e em logar público, mas sem character oficial, sem intervenção de sacerdote embora seja com conhecimento e tolerância da autoridade ecclesiastica. Pelo contrario o culto solemne é prestado em nome da igreja e com intervenção dos seus ministros, usando-se nelle de ritos e crimonias reconhecidas e aprovadas pela autoridade competente.”*²¹

Para entendermos o culto religioso prestado à Santa Rainha, temos de analisar três fases históricas neste processo de carácter evolutivo: os atos cultuais anteriores à beatificação e os cultos posteriores a esta e também à canonização.

O início do culto antes da beatificação acontece com o primeiro ato de devoção particular prestado por D. Afonso IV ao ordenar a trasladação dos restos mortais da Rainha D. Isabel, sua mãe, de Estremoz para Coimbra. Neste processo, estão registados dois acontecimentos milagrosos que surpreenderam o povo de Coimbra após a sua chegada ao Mosteiro de Santa Clara.²²

O culto público desenvolveu-se através da devoção prestada pelos populares ao visitarem o seu ataúde para pedirem o seu auxílio. Deste processo, que remonta ao século XIV, fazem parte as diversas e longas peregrinações de pés descalços até junto do túmulo e os milagres judicialmente comprovados antes da sua beatificação.²³ É também de salientar

²¹ VASCONCELOS, António de – Actos Cultuaes anteriores á beatificação. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.243

²² VASCONCELOS, António de – Actos Cultuaes anteriores á beatificação. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.252

²³ A. De Vasconcelos apresenta uma lista com o total de 21 milagres onde se verifica claramente a forte devoção religiosa efetuada pelas pessoas de diversos estratos sociais. In VASCONCELOS, António de – Actos

que foi desde esta época que em diversos documentos se criou o hábito de conferir ao nome da rainha o título de santa, facto que oficialmente só deveria ser prestado depois da canonização solene.²⁴

O culto posterior à beatificação foi incrementado pelo rei D. Manuel. Este, advertido pelos casos milagrosos que aconteciam todos os anos por propiciação de Santa Isabel, decide iniciar o processo de beatificação através de D. Miguel da Silva, embaixador seu junto do Pontífice Máximo. Concedido o breve da beatificação pelo Papa Leão X, a 15 de Abril de 1516, o culto espontâneo já prestado tornou-se oficial.

Através desta cedência, a veneração adquire uma nova dimensão. Decide-se estender o culto, que só se praticava no Mosteiro de Santa Clara, a todas as igrejas, conventos e capelas do bispado conimbrigense. Além disso, é permitido que se celebre anualmente, no dia 4 de julho, a festa de Santa Isabel.²⁵ Estavam então criadas todas as condições oficiais para que o culto prestado fosse de carácter solene.

Mais tarde, foi D. João III, filho de D. Manuel, que continuou a honrar e a difundir a glória da Rainha Santíssima pelo reino. Em 1550, presenciando os entusiasmos devocionais que o povo de Coimbra fazia em veneração a Santa Isabel, num ato de sensibilização, decide solicitar a reestruturação do breve ao papa Júlio III para a ampliação do culto à capela-real, onde quer que a corte residisse, uma vez que estava limitado somente à diocese de Coimbra.²⁶

Devido à ocorrência de um novo milagre, que permitiu o nascimento de D. Sebastião e a continuidade da coroa portuguesa, D. Isabel passou a ser considerada protetora e defensora da nação portuguesa²⁷. Reconhecendo tal ocorrência miraculosa, D. João III, solicitou ao Papa Paulo IV, a extensão do culto solene para todo o país, cuja autorização foi recebida a 21 de janeiro de 1556.²⁸

Cultuaes anteriores á beatificação. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p. 255 - 268

²⁴ VASCONCELOS, António de –Beatificação. Culto posterior. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.276 a 278.

²⁵ História popular da Rainha Santa Isabel protetora de Coimbra. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1988, p. 50.

²⁶ VASCONCELOS, António de –Beatificação. Culto posterior. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.301.

²⁷ VASCONCELOS, António de – Beatificação. Culto posterior. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.303.

²⁸ VASCONCELOS, António de – Beatificação. Culto posterior. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.304.

Ainda no mesmo ano, o rei toma duas iniciativas marcantes na difusão histórica do culto: em primeiro, no dia 30 de julho do mesmo ano, noticia todos os prelados que a santa Sé estendera a todo o reino a permissão para se prestar culto religioso à rainha D. Isabel.²⁹ Em segundo, a 9 de setembro, emite uma carta ao reitor da Universidade de Coimbra, ordenando-lhe que em conjunto com o colégio das artes compareçam anualmente na celebração das festas na cidade.³⁰

Com a fundação da Confraria da Rainha Santa Isabel, em 1560, o culto solene passa a ser celebrado em Coimbra com maior entusiasmo pelo povo coimbreiro. Esta corporação, no primeiro compromisso que assinou, comprometeu-se em promover a devoção a Santa Isabel e honrar a sua glória através da realização de duas procissões anuais.³¹

Foi D. Sebastião, neto de D. João III, o primeiro rei português que, a 5 de agosto de 1576, tomou a iniciativa de instaurar o processo episcopal preparatório da canonização através de um levantamento autenticado pelo bispo de Coimbra D. Manuel de Menezes sobre todos os milagres de Santa Isabel.³²

Com a morte enigmática de D. Sebastião, dois anos mais tarde, e devido às transições históricas que a dinastia portuguesa sofreu, o processo ficou estagnado.³³

Somente em 1611, através da ação de D. Filipe III é que foi apresentado um requerimento ao Sumo Pontífice para se reabrir o processo de canonização. A solicitação teve como objetivo referenciar e coligir todas as fases históricas que permitiram o desenvolvimento do culto religioso pelo país e as virtudes miraculosas de Santa Isabel.³⁴

²⁹ VASCONCELOS, António de – *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. II, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. p. 65.

³⁰ VASCONCELOS, António de – *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. II, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. p. 66.

³¹ VASCONCELOS, António de – Beatificação. Culto posterior. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.312.

³² VASCONCELOS, António de – Culto depois da canonização. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.343

³³ VASCONCELOS, António de – Beatificação. Culto posterior. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.312.

³³ VASCONCELOS, António de – Culto depois da canonização. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.350

³⁴ VASCONCELOS, António de – Beatificação. Culto posterior. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.312.

³⁴ VASCONCELOS, António de – Culto depois da canonização. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.351 e 352

Sobre este assunto, José Carlos Gimenez defende que o processo de canonização de D. Isabel foi uma estratégia política dos monarcas D. Filipe III e D. Filipe IV.³⁵ Ainda está por se conhecer verdadeiramente os motivos que levaram estes monarcas a relacionar este procedimento religioso como um projeto político. De facto, é notório que só a partir de 1615 é que em Espanha, mais especificamente em Aragão, se começou a mostrar interesse em prestar culto à Rainha D. Isabel quando, em Portugal, por esse tempo, a sua fama de santidade já estava adotada por diversas dioceses do país.

“En este reyno (de Aragon) estaumos muy descuidados, de prêda tan cara, y de tener en el cielo nuestra ciudadana, protectora y patrona nuestra, en quanto a celebrar su fiesta y hazerle la veneraciõ y solenmidaade que en Portugal se haze, hasta que en estos tempos a despertado la poderosa mano de Dios, nuestra negligencia, y increpado aquella, para que este Reyno la venerasse y honrasse como suplicaron al Rey nuestro Senõr interpudiesse su autoridade com nuestro Sanctissimo padre Paulo Papa V. que concediesse lo mismo a este Reyno”³⁶

Todavia, só um ano mais tarde é que o Papa Paulo V, rogado pela vontade intrínseca do rei D. Filipe III, permite a celebração solene do culto à Rainha Santa por todo o reino aragonês, da mesma forma que se engrandecia em Portugal. Porém, é só a partir dos trâmites religiosos impostos pela canonização de Santa Isabel é que os restantes reinos em Espanha tem permissão para a venerar.³⁷

A canonização de Santa Isabel foi um processo que, segundo as normas religiosas, passou pela investigação, averiguação e autenticação de todos os fatores que caracterizavam a sua santidade pela abertura do seu túmulo. Para esta compilação memorável ocorrer com toda a veracidade possível, foram nomeados auditores pelo Papa Paulo V, os padres Francisco Penia, Francisco Sacrato e Francisco Manzanedo de Quinhones. Para delegar a autoridade apostólica, realizar os inquéritos e registar as averiguações entre Portugal, Espanha e sobretudo Coimbra, os auditores, a 8 de junho de 1611, seleccionam, como juízes comissários, o bispo de Coimbra, D. Afonso de Castelo Branco, o bispo de Leiria,

³⁵ GIMINEZ, José Carlos – *Santificação: O religioso e o político no processo de canonização da Rainha Santa Isabel de Portugal*. Universidade Estadual de Maringá, 2008. (Acedido a 10 de Abril de 2014). Disponível na internet: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/08%20Jose%20Carlos%20Gimenez.pdf>, p 79 – 81.

³⁶ VASCONCELOS, António de – *Beatificação. Culto posterior*. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.315.

³⁷ VASCONCELOS, António de – *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. II, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. p.131.

D. Martim Afonso Mexia e o presbítero Dr. Francisco Vaz Pinto. A 12 de dezembro do mesmo ano, D. Filipe III, para auxiliar os juízes, nomeia como procuradores o padre jesuíta Doutor Francisco Suarez, o eremita agostinho Dr. Frei Egídio da Apresentação e o professor João de Carvalho.³⁸

Do processo preambular da canonização de Santa Isabel fazem parte as atas de seleção dos elementos responsáveis pela organização e redação do processo, os depoimentos das testemunhas da cidade de Coimbra e de diversas dioceses sobre os acontecimentos miraculosos que relatavam a devoção entusiasta e religiosa a Santa Isabel e os documentos como o breve da sua beatificação, ofícios, comprovativos de milagres, cartas régias e diversos excertos de livros referentes à sua vida.³⁹

Terminado o processo de investigação sobre os dados históricos, o próximo passo exigido pelas autoridades superiores episcopais passou por visitar e abrir a sepultura da venerável.⁴⁰

Foi assim que, em 1612, que os elementos eleitos (auditores, juízes e procuradores) em conjunto com peritos, testemunhas, curiosos e as monjas clarissas procedem à abertura do túmulo e se deparam com o bom estado de conservação do corpo. Segundo António de Vasconcelos, existem diversos autores que apontam diferentes datas para relatarem este acontecimento. Contudo, o autor, baseando-se no documento “*Auto da abertura do tumulo da bemaventurada rainha D. Isabel, em presença dos juízes comissários apostólicos e de outras pessoas. Descreve-se o estado em que se achou o corpo da mesma bemaventurada.*”, afirma que o dia específico foi a 26 de março de 1612.⁴¹

Concluído e remetido o processo para Roma, por volta de 1614, diversos acontecimentos ocorreram que atrasaram a sua análise. Não só a escassez de dinheiro mas a morte de D. Filipe III e do papa Paulo V são alguns dos motivos apontados para a demora da decisão final da canonização⁴². Só em 1625 e com a intervenção de D. Filipe IV é que o papa Urbano VIII, deu resposta afirmativa para a canonização de D. Isabel. Entretanto, durante o

³⁸ VASCONCELOS, António de – Culto depois da canonização. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.352,353 e 355

³⁹ VASCONCELOS, António de – Culto depois da canonização. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.364, 365, 381, 382, 383, 384, 390

⁴⁰ VASCONCELOS, António de – Culto depois da canonização. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.333.

⁴¹ VASCONCELOS, António de – *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. II, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. p. 113.

⁴² VASCONCELOS, António de – Culto depois da canonização. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.409.

decurso da observação do processo na sede episcopal, o bispo de Coimbra D. Afonso de Castelo Branco toma duas iniciativas que alteram a forma de se prestar culto a Santa Isabel. Sensibilizado pelo estado incorrupto do corpo da Santa, este decide expô-lo para a veneração dos fiéis.⁴³ Além disso, num ato de generosidade, manda construir um novo túmulo para albergar o corpo de D. Isabel.

Com a aceitação do processo de canonização, estão completas todas as obrigações religiosas oficiais, necessárias para se prestar qualquer tipo de culto a Santa Isabel. O título de Santa que precede o seu nome adquire um carácter legal e os trâmites religiosos concedidos pelo ofício sagrado permitem que o culto atinja novas dimensões e comece a ser celebrado em todos os reinos de Espanha e seus domínios.⁴⁴

Contudo, é a partir deste momento que a veneração religiosa à Rainha Santa Isabel adquiriu um novo hábito. Uma vez já estabelecida Confraria, o culto festivo começa a ser o mais praticado e o mais conhecido pela cidade de Coimbra para honrar e celebrar a sua santidade. Este último acontecimento histórico que marca a evolução do culto devoto é celebrado em Coimbra com imensa festividade e com uma procissão que é realizada a primeira vez pelas ruas de Coimbra.⁴⁵

⁴³ VASCONCELOS, António de – Culto depois da canonização. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.411.

⁴⁴ VASCONCELOS, António de – Culto depois da canonização. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.318.

⁴⁵ ROCHA, Madail António Gomes da – *Festas realizadas em Coimbra no ano de 1625 por motivo da canonização da Rainha Santa Isabel*. Figueira da Foz: Tipografia Popular, 1936, p. 7.

2 - Procissão da Rainha Santa em Coimbra – Principais contextos e práticas religiosas do século XVI ao século XIX

2.1 – As primeiras procissões dedicadas a Santa Isabel

Enquanto Coimbra ia sendo palco de diversas procissões como a do Corpo de Deus e a procissão do nus, no século XVI, como se viu, foi criada uma confraria especialmente destinada a venerar a memória de uma rainha com reputação de santa – D. Isabel de Aragão.

A procissão à Rainha Santa Isabel constava das obrigações a que a Confraria se responsabilizou. Os primeiros atos processionais vêm descritos no primeiro compromisso de 1560, aqui se determinando que deveriam ser levadas a cabo duas procissões: a primeira no dia 3 de Julho que saía de uma das igrejas da cidade e a outra no dia 4 de julho, que dava apenas algumas voltas pela proximidade da igreja.⁴⁶ *“Item no dia da R.^a Santa por honra sua e festa do seu dia auera huma procissão que sairá de Igreja por a parte do terreyro, e fazendo uolta entrara por a porta da rosa...”*⁴⁷

A documentação é, todavia, escassa sobre as procissões à Rainha Santa, em Coimbra, durante o século XVI e XVII. Dificilmente se consegue reconstruir a constituição e a organização deste préstito. Durante o século XVI, registou-se a participação das freiras clarissas orando as suas preces, não existindo qualquer enquadramento do povo. Contudo, António de Vasconcelos, refere que o povo de Coimbra estava acostumado a estas festividades pois as ruas por onde passava a procissão eram ornamentadas pelos respetivos moradores que se associavam, assim, ao culto da Rainha Santa.⁴⁸

A procissão entendida como uma prática religiosa e social feita no exterior desenvolve-se durante o dia. O toque do sino marcava o início da celebração com o objetivo de juntar todos os participantes que nela se quisessem enquadrar. O percurso era

⁴⁶ VASCONCELOS, António de – *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. II, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. p.471 e 472.

⁴⁷ VASCONCELOS, António de – *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. II, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. p.69-74.

⁴⁸ VASCONCELOS, António de – *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. II, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. p.313.

previamente determinado e as ruas por onde se atravessava eram decoradas para homenagear a passagem das imagens, relíquias ou dos préstitos que a acompanhavam.⁴⁹

O início da procissão era aberto por uma cruz de Cristo, de forma a produzir no crente/participante uma leitura do acontecimento. Sempre que no cortejo religioso existissem imagens, estátuas de santos ou diversas representações da Virgem ou de Cristo, estas eram transportadas em andores levados às costas de clérigos ou leigos com opas. O pódio era outro elemento de destaque nas procissões, contudo só era obrigatório se se verificasse a presença, no cortejo, do Santíssimo Sacramento ou das relíquias do Santo Lenho.⁵⁰ Este é um esboço geral da organização das procissões, na Época Moderna, o qual nos permite ter uma ideia geral de como levaria a cabo, nesse tempo, a procissão da Rainha Santa.

Além da vertente religiosa que caracterizava as procissões, estes cortejos possuíam uma vertente profana de diversão e espetáculo. Após o Concílio de Trento, a reforma da Igreja veio aplicar um aspeto catequizador e evangelizador nas procissões exaltando a necessidade dos participantes adotarem uma postura, moral e espírito mais respeitador, silencioso e devocional.

As constituições de Coimbra, de 1591, dão-nos um exemplo de todas as regras comportamentais que os participantes e público deviam possuir durante a ocorrência de uma procissão: *“ E irão todos, os que nas ditas procissões se acharem, em boa ordem: & irão os leigos diante de todos, & logo os Religiosos per suas antiguidades ou posses; & detrás dos Religiosos os Clerigos com as suas Sobrepelizes; & detrás da Clerezia na Cidade irão os regedores della, como se custuma; & detrás de todos as mulheres: & irão em dous Choros todos quietps & devotos, cantando & respondendo às Ladainhas dos Sanctos, & preces que nas ditas procissões ouuer. E o que as ditas procissões regerem, assi na Cidade, como fora, terão muyto cuydado que se não mudem de hua parte a outra, ainda que seja por fugir do Sol, pola desordem que causão nas procissões: & procederão contra os que se mudarem como lhe parecer. E não comerão, nem beberão, nem farão folias, nem festas, nem cantares profanos nas Igrejas ou Hermidas onde forem com as ditas procissões; nem se ajuntarão*

⁴⁹ ANTÓNIO, Camões Gouveia – Procissões. In *História Religiosa de Portugal, Humanismos e Reformas*, vol. n.º II. Rio de Mouros: Círculo de Leitores SA e Autores, 2000. ISBN 972-42-2359-0, p. 337.

⁵⁰ ANTÓNIO, Camões Gouveia – Procissões. In *História Religiosa de Portugal, Humanismos e Reformas*, vol. n.º II. Rio de Mouros: Círculo de Leitores SA e Autores, 2000. ISBN 972-42-2359-0, p. 338.

*nellas depois da procissão acabada para dançar & cantar, como em algumas partes fazem, com pouco temor de Deos & reverencia dos Santos, sob pena de excomunhão mayor*⁵¹

Para entender o enquadramento e a vivência da procissão da Rainha Santa Isabel, no século XVI e XVII, pode-se presumir que esta tinha semelhanças organizativas e estruturais com a procissão do Corpo de Deus, pois como era a mais celebrada no reino, servia de modelo para todas as outras.⁵²

O registo de toda a atividade ocorrida durante as festas da celebração da canonização da Rainha Santa Isabel de 4 a 12 de Outubro de 1625, permite-nos compreender a vertente religiosa e profana envolvidas no decorrer da procissão.

As festas celebrativas de 1625 foram possivelmente as mais dinâmicas, entusiásticas e gloriosas a serem realizadas em Coimbra para a veneração a Rainha Santa Isabel. Além de ser uma procissão que celebra um motivo especial, não só ouve o registo de um cortejo deslumbrante, como também estiveram envolvidas nestas comemorações diversas instituições da cidade como a Sé, a Universidade e todas as igrejas e conventos.⁵³

A. G. da Rocha Madahil publicou, em 1936, a descrição das festas e comemorações que foram levadas a cabo, em Coimbra, em 1625. Da leitura deste texto, ficamos a saber que se levou a cabo um grandioso cortejo que contou com manifestações sacras e também profanas, imbuídas do mais puro fervor religioso católico, mas também preenchidas com elementos cénicos de fundo cultural erudito e de expressões folclórica populares e profanas.

“A procissão, grandioso cortejo mais mitológico do que cristão, como necessitava de grande espaço para poder desenrolar suas galas e complicada maquinaria, saiu da igreja de São Lázaro, ao fundo da Rua da Sofia, fora de portas; carros triunfais, alegóricos, exhibia inúmeros, e nada faltava: à frente, rompendo o cortejo, atabales e trombetas a cavalo; depois, entre cânticos e variada música, uma série inacreditável de personificações: a Alegria pública, o Rei David, Hércules e Atlante carregando aos ombros o globo celeste, S. Miguel, S. Gabriel, S. Rafael, o Sol «vestindo hu corsolete cortado á Romana», a Lua, os Planetas Júpiter, Marte, Venus (levando Cupido pela mão), Saturno, Mercúrio, os quatro Elementos

⁵¹ ANTÓNIO, Camões Gouveia – Procissões. In *História Religiosa de Portugal, Humanismos e Reformas*, vol. n.º II. Rio de Mouros: Círculo de Leitores SA e Autores, 2000. ISBN 972-42-2359-0, p. 340.

⁵² ANTÓNIO, Camões Gouveia – Procissões. In *História Religiosa de Portugal, Humanismos e Reformas*, vol. n.º II. Rio de Mouros: Círculo de Leitores SA e Autores, 2000. ISBN 972-42-2359-0, p. 338.

⁵³ ROCHA, Madail António Gomes da – *Festas realizadas em Coimbra no ano de 1625 por motivo da canonização da Rainha Santa Isabel*. Figueira da Foz: Tipografia Popular, 1936, p. 6.

*Terra, Água, Ar, e Fogo, arcabuzeiros, cavaleiros, a Rainha Santa, a Paz, a Disciplina, a Obediência, um monte, um penhasco, a Arca de Noé carregada de bicharada a espreitar pelas janelas, todos os Reis da Europa, muitos Príncipes e Senhores a cavalo com luzidas insígnias, as 12 tribus, os juízes do povo hebreu, um carro de meninos inocentes, as Ciências, doze Doutores de Capelo montados em suas mulas, uma (...), Santo António, S. Luiz rei de França, Santo Inácio de Loiola,- estes a pé – S. Bento de Palermo, e, no couce da procissão... o Convento de S. Francisco. Por fim, debaixo do pálio, o bordão com que a Rainha Santa fêz viagem a Santiago de Compostela.”*⁵⁴

⁵⁴ ROCHA, Madail António Gomes da – *Festas realizadas em Coimbra no ano de 1625 por motivo da canonização da Rainha Santa Isabel*. Figueira da Foz: Tipografia Popular, 1936, p. 7.

2.2 – A Procissão de Cera dos irmãos da Confraria da Rainha Santa

O ano de 1647 foi especialmente prestigioso para a Confraria devido à inscrição solene, entre os confrades, de membros da família real, o rei D. João IV, a sua esposa, rainha D. Luiza de Gusmão, e o seu filho, o príncipe real D. Teodósio.⁵⁵

Como se referiu, foi neste ano que se aprovou o segundo compromisso da Confraria da Rainha Santa Isabel, no qual se encontra a indicação de que era prática fazer-se uma outra procissão, chamada Procissão da Cera, antecedendo a da Rainha Santa.

Pouca informação existe sobre este ato cultural solene. Era uma procissão que se realizava nas vésperas do dia solene da Rainha, decerto com luminárias acesas, razão por que se chama “da cera”. Além da inexistência de dados dessa época, os únicos elementos que nos permitem compreender e analisar a sua existência são os que se encontram nos capítulos 14º e 18º deste segundo compromisso da Confraria da Rainha Santa. No capítulo 14º, esta procissão vem incluída nas obrigações gerais que a irmandade tem perante os elementos vivos e falecidos: “(...) *Em dia da Rainha Santa se fara sua festa e a vera prosição com a cera da comfraria que acompanharão os Padres de S. Fr.^{co} & sera na forma que ordenarem os Irmãos da meza com parecer da Madre aBadessa que dará a luda pera a ditta procição*”.⁵⁶ Portanto, subentende-se que este cortejo era um dever que estava associado à realização anual da procissão da Rainha Santa, porém a falta de documentação não permite afirmar com convicção este dado. Além disso não nos permite identificar o primeiro momento em que é realizada e as circunstâncias que levaram à sua extinção.

O objetivo principal desta procissão era venerar os irmãos falecidos da Confraria. Desde o seu início e através do 14º capítulo, sabe-se que uma das principais obrigações e atividades desta instituição era que em todos os domingos e dias santos se rezasse uma missa pelos irmãos vivos e defuntos.

O capítulo 18º intitulado “*Como se hão de prouer as procissois e acompanha mentos dos Irmaos defuntos*”, permite-nos compreender a estruturação e a organização deste cortejo: “*Os Sancristãis em quaisquer prosições, ou acompanhamentos levaram o guião*

⁵⁵ VASCONCELOS, António de – Confraria da Rainha Santa Isabel. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.469.

⁵⁶ VASCONCELOS, António de – *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. II, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. p.225

levandoo cada qual seis Mezes, & as pontas delle levarão os Visitadores. & os dous mordomos da Cera levarão dous Brandois. & na prossição da Cera que se ha de fazer Vespora da Rainha Santa o outro Sancristão levara huma crux a que irão alomeando dous mordomos da Cera com dous Brandoes, & loguo atras virá a charolla da Rainha Santa, que levarao quatro Irmãos por sua devaçõ & a consertarão o melhor que possa ser, a qual acompanharão quatro Irmãos com quatro Brandões, ou tochas. & loguo se seguira o mais ornato da prosição, na forma que pelos Irmãos estiver ordenado. & havendo mais charolas será a da Rainha Santa a que hira mais perto do paleo.

Junto ao Palio irão vinte e quatro tochas que se darão aos Irmãos que tiverem servido na meza, & mais pessoas auctorizadas que parecer, advertindo-os que as consertem com boninas, & flores pera major ornato.

Acompanharão esta prossição os Padres de S. Francisco que levarão sua Capella de Muzica de canto drogam, & se lhes dará a esmola costumada com suas claramellas, que hirão tangendo na prosição por conta da Irmandade, & hira a Figura do Bem aventurado S. Christovão no logar que se lhe asinara.

O Paleo levarão os luizes & escrivães mais modernos. Que tenham servido na meza da Rainha Santa três de Major condição & três de menos se os ouver, ficando sempre ádesposissão do luiz & meza que servir oprouer o Paleo na forma que lhe parecer.

Irão quatro varas governando a procissão: a primeira iunto ao guião levando o mordomo da bolça: A 2.^a iunto a crus levara o Procurador: A 3.^a o Escruião: a quarta o luiz que hira atras do Paleo & será dourada. & parecendo necessário aver mais Varas pera ornato da procissão as levarão os Vezitadores na forma que á meza parecer.⁵⁷

⁵⁷ VASCONCELOS, António de – *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. II, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. p. 228.

2.3 – Momentos históricos que impediram a realização da procissão

Após a constituição do segundo compromisso, diversos acontecimentos históricos puseram em causa a continuidade da procissão em Coimbra. De acordo com António de Vasconcelos, houve quatro momentos em que a procissão não se realizou. O primeiro desses momentos foi entre 1758 e 1772.

O declínio deste acontecimento é justificado pela inexistência de eleições da Confraria devido ao baixo número de irmãos que a compunham. Somente a 15 de julho 1771, através de uma provisão expedida pelo rei D. José, solicitada pela abadessa e religiosas do novo Mosteiro de Santa Clara, é que as atividades culturais são retomadas. Renovou-se a irmandade da Rainha Santa Isabel, procedendo-se à eleição anual de novos mesários, estabeleceu-se a obrigação de a câmara, colégios universitários e a Ordem Terceira de São Francisco acompanharem solenemente a procissão e alterou-se a data da realização desta do dia 3 para o dia 4 de julho.⁵⁸

Posteriormente à provisão real que renovou a Confraria e ordenou a realização das festas da Rainha Santa, registou-se um período, entre 1779 e 1790, onde não se realizou o cortejo religioso. São desconhecidas as causas que impediram a sua concretização. Contudo, uma carta de 14 de junho de 1790 dirigida pela abadessa do Mosteiro ao senado da Câmara de Coimbra, indica-nos que a procissão foi retomada neste ano.⁵⁹

O terceiro momento que impediu a celebração da procissão decorreu entre 1810 e 1814 devido às invasões das tropas francesas. Com o receio dos saqueamentos que os exércitos invasores pudessem fazer ao Mosteiro, as freiras clarissas decidem esconder o ataúde de D. Isabel e cessarem as celebrações processionais.⁶⁰

O quarto momento onde não se realizaram as festas da Rainha Santa coincide com os primeiros tempos do triunfo do Liberalismo em Portugal. Com efeito, entre 1832 e 1852, a

⁵⁸ VASCONCELOS, António de – Confraria da Rainha Santa Isabel. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.473 e 474

⁵⁹ VASCONCELOS, António de – *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. II, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. p.394.

⁶⁰ VASCONCELOS, António de – Segunda e terceira trasladação. Aberturas do ataúde. Extinção do Mosteiro de Santa Clara. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.509.

Confraria voltou a não reunir, não levando a cabo qualquer prática cultural.⁶¹ O culto processional e irmandade são novamente restauradas pela interseção do Bispo de Braga, Dr. António José Freitas Honorato, nomeado como juiz desta corporação até 1883.

Ultrapassados estes períodos descontinuados em que não se realizou qualquer ato solene, a procissão da Rainha Santa foi adquirindo, nos anos seguintes, mais sumptuosidade e afluência de fiéis de diversas localidades fora de Coimbra. Ela não se realizaria, ainda, até finais do século XIX, por duas vezes, devido a situações mais particulares: a primeira em 1874 por causa da construção da ponte de Santa Clara; a segunda, em 1881, por falta de iniciativa da mesa da Confraria, por causa da morte do seu juiz, o comendador Doutor Francisco dos Santos Donato.⁶²

Ao longo de todo o calendário processional, existiram dois atos cultuais excecionais que se realizaram fora das datas habituais, os quais mostram o sentimento de proteção que o povo de Coimbra sentia por Santa Isabel nesse tempo. O primeiro desses atos cultuais, ocorreu de 18 de abril a 3 de maio de 1868, onde o povo, aflito pela falta de chuva, rogou, junto da imagem que ficou na igreja de Santa Cruz durante duas semanas, a intervenção divina da Rainha, suplicando-lhe o fim da seca que se fazia sentir.⁶³ O segundo acontecimento teve um período mais longo, de 12 de julho de 1885 a 9 de maio de 1886. Devido à epidemia da cólera que se alastrava pela Europa, no dia 12 de julho de 1885 a imagem da Rainha Santa foi conduzida processionalmente para a igreja de Santa Cruz, onde ficou durante um ano, com o objetivo de a cidade ser protegida pela sua intercessão.⁶⁴

⁶¹ VASCONCELOS, António de – *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. II, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. p.447.

⁶² VASCONCELOS, António de – Confraria da Rainha Santa Isabel. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.494

⁶³ VASCONCELOS, António de – Confraria da Rainha Santa Isabel. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.485 a 487

⁶⁴ VASCONCELOS, António de – Segunda e terceira transladação. Aberturas do ataúde. Extinção do Mosteiro de Santa Clara. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p. 495 e 496

2.4 – Participação da Universidade e da Câmara Municipal de Coimbra

Embora sem possuímos números estatísticos precisos, podemos aceitar que foi crescente o número de fiéis que assistiam e participavam na procissão. Isto permite-nos supor que este cortejo religioso é possivelmente o mais venerado pelo povo de Coimbra desde a provisão real de 1771. Além disso, no decorrer do tempo a incorporação da Universidade e da Câmara Municipal na sua composição e a participação de determinados elementos reais fizeram deste cortejo um dos mais prestigiados de Coimbra.

Sabe-se que, desde a primeira metade do século XVI, por intervenção do rei D. João III, a Universidade estava obrigada a homenagear a Rainha Santa, assistindo à oração pública que se fazia no dia 4 de julho de cada ano em sua honra no Colégio das Artes.⁶⁵

Presume-se que esta obrigação teve continuidade até 1769. Todavia, a Universidade, ainda no século XVIII, introduziu o costume de realizar préstimos extraordinários para celebrar ocasiões especiais como os nascimentos reais, indo ao Mosteiro de Santa Clara.

Além de todos os outros préstimos que a Universidade fez em homenagem à Rainha Santa, sem descuidar a importância dos cortejos realizados nas duas procissões das duas últimas trasladações, o mais importante para compreender o momento em que esta instituição incorpora a procissão é o préstimo formulado por D. João V em 1716, em que ordena a participação em todas as festas anuais da Rainha Santa.

Com a reforma pombalina da Universidade em 1772, todos os préstimos desta instituição são abolidos, contudo Marquês de Pombal em 1773 permite a continuidade exclusiva da Universidade continuar a celebrar o préstimo à Rainha Santa Isabel.

No decreto de 15 de abril de 1845, que define a organização da real capela da Universidade, encontramos estabelecida a obrigatoriedade deste estabelecimento realizar o cortejo religioso à Rainha Santa nos dias 3 e 4 de julho.⁶⁶ A partir deste momento, encontramos a Universidade a integrar a procissão da Rainha Santa, costume esse que continua até aos tempos atuais.

⁶⁵ VASCONCELOS, António de – Rainha Santa, protectora da nação portuguesa, e em especial de Coimbra. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.547

⁶⁶ *O Tribuno Popular*, Sábado, 9 de Julho de 1904, nº 5:011. Coimbra: Imprensa Académica.

Através do registo das datas processionais, os cortejos de 1864 a 1867 permitem verificar a importância e o lugar de destaque que os lentes da Universidade tinham na sua composição: “(...) Nas procissões solenes de regresso a Santa Clara, em todos estes anos, eram lentes que levavam as varas do pallio, revestidos com as suas insígnias doutoraes, que não vestem em nenhum outro préstito religioso estranho à universidade, senão na procissão da Rainha Santa Isabel”.⁶⁷

Após a eleição da Rainha Santa Isabel como celestial protetora da cidade contra todas as ameaças e tremores de terra, em 1756, o primeiro momento em que se encontra a Câmara Municipal a enquadrar o culto solene à Rainha Santa é na procissão de 4 de Julho de 1757, pois no dia 5 de fevereiro do mesmo ano, este órgão autárquico é obrigado a incorporar todas as festas dos santos que elegera como seus protetores.⁶⁸

Na ação de retoma que as freiras clarissas propuseram ao rei D. José para reformular a Confraria e as atividades festivas, fica expresso claramente que a Câmara Municipal é um elemento obrigatório na composição organizativa do cortejo. Além disso, por esta mesma carta é possível deduzir que a procissão da Rainha Santa era a maior de Coimbra, pois todos os cidadãos eram obrigados a participar no cortejo sendo que quem faltasse tinha de pagar uma multa de “*des tostoens*”.⁶⁹ Até à data de hoje, exceto situações muito específicas, a Câmara de Coimbra tem enquadrado sempre a procissão.

⁶⁷ VASCONCELOS, António de – Segunda e terceira trasladação. Aberturas do ataúde. Extinção do Mosteiro de Santa Clara. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p. 485

⁶⁸ VASCONCELOS, António de – *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. II, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. p.357

⁶⁹ VASCONCELOS, António de – *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. II, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. p. 371 e 372.

2.5 – Itinerários primários

A procissão da Rainha Santa Isabel pautou-se, em Coimbra, pela dimensão da evolução do seu itinerário. Os percursos, desde logo no século XVI, faziam-se em volta do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, embora se possa presumir que, na centúria seguinte, a procissão começasse numa igreja no centro de Coimbra e terminasse no Mosteiro de Santa Cruz.

A provisão de D. José, de 1771, é o primeiro documento que encontramos em que se alude ao percurso do cortejo, o qual deveria iniciar-se numa das igrejas da cidade, seguindo depois até o Mosteiro de Santa Clara-a-Nova.⁷⁰ A tradição de se fazer a procissão para o Mosteiro de Santa Cruz permaneceu até 1936. Durante todo este tempo a procissão possivelmente passava pelas seguintes ruas de Coimbra, até chegar ao Mosteiro de Santa Cruz: “Ó da ponte”, rua dos Gatos, Praça, ruas dos Sapateiros, Corvo e largo de Sansão.

O ano de 1862 é o primeiro em que, devido à grande afluência de devotos, a Confraria decide alargar o tempo de realização das festas para dois dias, de sexta até domingo. Até a esta data, as festas duravam apenas um dia, ficando a imagem no Mosteiro de Santa Cruz somente de sábado à noite até domingo à tarde. No ano seguinte, a mesa da Confraria decide que, futuramente, as festas se estenderiam por mais um dia, sendo que se passa a transportar processionalmente a imagem de Santa Isabel, não na sexta-feira mas na quinta-feira, costume esse que continua na atualidade.⁷¹ Vinte anos mais tarde, a 17 de Janeiro de 1883, em sessão de mesa da Confraria, é tomada a decisão de se realizar a procissão somente de dois em dois anos, de forma a reduzir as despesas e a aumentar a participação do número de fiéis.⁷² Os acontecimentos destas duas datas anteriores fizeram com que, nos dias de hoje, a procissão se faça somente nos anos pares e que seja realizada desde quinta-feira a domingo.

⁷⁰ VASCONCELOS, António de – Confraria da Rainha Santa Isabel. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p. 474

⁷¹ VASCONCELOS, António de – Confraria da Rainha Santa Isabel. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p.484

⁷² VASCONCELOS, António de – Confraria da Rainha Santa Isabel. In *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. I, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. ISBN 972-9157-29-4. p. 495

2.6 – Andor e Imagem

Há dois elementos que são referências maiores na história das procissões da Rainha Santa em Coimbra, conferindo-lhes atratividade e beleza. São eles o andor e a imagem de vulto da Rainha.

Os dados não são muito esclarecedores, mas sabe-se, que ao longo da evolução do culto solene à Rainha Santa, existiram diferentes imagens e diferentes andores para as transportar.

Uma das dificuldades que se encontra é determinar uma data específica para se referir o primeiro momento em que existe um andor e uma imagem da Rainha Santa na procissão. Tentando referenciar temporalmente os dados históricos encontrados, a primeira data que nos dá alguma informação é a de 1625 com as festas que se fizeram para a canonização de D. Isabel de Aragão. Na notícia e descrição deste acontecimento, encontra-se a seguinte: «(...) *uma nau embandeirada transportando a Rainha Santa (...)*».⁷³ Esta informação não possibilita supor que, noutras procissões mais antigas, fosse incluída uma imagem da Santa Rainha num andor. Porém, é o primeiro elemento histórico que permite verificar a existência de uma imagem alusiva a Santa Isabel de Portugal transportada e colocada sob uma construção e simbólica como é todo o andor.

No programa da procissão de 1790, encontra-se uma informação útil porque se refere ao tamanho do andor e àqueles que o deveriam transportar. “(...) *no fim della o andor da S.^{ta} Rainha levado por seis clérigos com suas cotas, ou sobrepelizes. depois.*”⁷⁴ Existe alguma informação sobre a história da procissão da rainha santa, porém muito dificilmente se esclarece quem eram os responsáveis pelo transporte do andor. Seguindo os costumes e práticas de outras procissões em Coimbra, eram os clérigos e os leigos que tinham por hábito transportar o andor, mas nos documentos que existem no arquivo da confraria não achámos dado algum que faça referência às pessoas que o carregavam.

⁷³ CARVALHO, José Branquinho de – *As festas da canonização da Rainha Santa Isabel promovidas pela câmara de Coimbra*. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1952, p.7.

⁷⁴ VASCONCELOS, António de – *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. II, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. p. 395

A referência citada, de 1790, é a primeira que especifica o número e os elementos responsáveis por este trabalho, mas não esclarece a origem nem a proveniência social dos elementos que deveriam carregar aos ombros a padiola com a imagem da Rainha.

Através de uma notícia escrita em 1868, no jornal “*O Conimbricense*”, sobre a reestruturação da Confraria, em 1852, encontramos uma descrição minuciosa sobre o número de pessoas que constituíram a procissão desse ano. Somaram um total de 304 indivíduos, existindo somente o registo de quatro pessoas que transportaram o andor.⁷⁵

Subsiste, como afirmámos, uma grande falta de informação sobre este ponto: a identificação daqueles que asseguravam o transporte do andor nas procissões. O primeiro dado documental encontrado, que refere que o andor seria transportado pelos irmãos da Confraria, é o Programa dos Festejos de 1892: «(...) *O andor da Rainha Sancta e o pallio são levados por irmãos da Real Confraria da Rainha Sancta Isabel (..)*»⁷⁶

A 14 de fevereiro de 1894 é deliberado pela mesa da Confraria contratar um entalhador do Porto para construir um novo andor em talha dourada. A sua execução é da responsabilidade do entalhador António Augusto Gonçalves sob a orientação do escultor Teixeira Lopes. Esta peça única foi construída para ser transportada por dez irmãos, contudo a CRSI, em 2014, manda construir um novo andor, igual ao primeiro, por este estar antigo e infestado com térmitas.

A imagem que vai nas procissões foi esculpida por Teixeira Lopes e oferecida pela rainha D. Amélia, em 1896. Esta imagem, aliás, é verdadeiramente refundadora e central na renovação e evolução de todo o cenário cultural contemporâneo das procissões de devoção à Rainha Santa Isabel. Pelo inventário que é apresentado nos documentos do copiador de correspondência do ano de 1894, no documento número cento e quarenta e seis, existe a referência a uma imagem que foi mandada construir pela Confraria representando a Rainha Santa e um pobre a quem dá esmola e que ia nas procissões solenes. Todavia, não existe o registo do seu construtor nem do seu ano de execução.

Concluimos que, após as dificuldades sentidas no encontro de informação sobre este subponto, dificilmente se consegue investigar quais os andores e imagens que incorporavam

⁷⁵VASCONCELOS, António de – *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. II, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. p. 449

⁷⁶VASCONCELOS, António de – *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. II, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993. p. 524

as procissões do século XVII até aos fins do século XIX, pois, os dados apresentados apenas permitem-nos ter um conhecimento fugaz sobre este aspeto específico da procissão.

3 – A Procissão da Rainha Santa no século XX

3.1 – Introdução Geral

Tendo em conta a importância da procissão da Rainha Santa Isabel nos tempos atuais, procurámos, com este capítulo, abordar a história e forma das procissões realizadas ao longo do século XX.

Começamos por referir toda a sua composição e organização pela qual se regeu ao longo deste período. Pela composição do cortejo, pretende-se exemplificar os vários ritos/acontecimentos que antecediam, acompanhavam e concluíam a mesma. Pela organização, compreende-se as diversas entidades que enquadram os dois atos processionais.

No seguimento do ponto anterior, optamos por apresentar os diversos itinerários que o cortejo foi percorrendo ao longo dos anos, acrescentando-se a isso as diversas igrejas associadas à finalização da procissão. No desenvolvimento desta temática, referenciamos com particularidade, os trajetos das procissões de 1936 por terem sido a maior do século XX.

No último ponto, fazemos uma abordagem histórico-cronológica das diversas datas das procissões, desde 1894 a 1974, com o objetivo de transmitir, de forma clara e sucinta, a data das festas e os dias das procissões respetivas a cada ano. Uma vez, que as datas foram recolhidas através da análise dos diversos periódicos da cidade, constatámos a existência de dois dados importantes, o primeiro, o número de participantes em determinadas procissões, ressalvando-se não ser um dado estatístico oficial. O segundo, são as datas da visualização do túmulo onde repousa o corpo de Santa Isabel.

3.2 – Organização e composição das Procissões

A procissão da Rainha Santa Isabel mostra-nos diferentes organizações e composições, consoante a evolução do tempo e os diversos itinerários que foi percorrendo. Para a compreensão deste ponto, baseamo-nos na consulta dos cartazes festivos, guardados no arquivo da CRSI e nos programas editados pelo jornal “*Gazeta de Coimbra*”, pois são a fonte que apresenta mais informação diversificada sobre esta questão.

Para melhor entendimento decidimos abordar este tema em duas formas distintas. Numa primeira fase apresentamos os dados correspondentes à composição e posteriormente abordaremos a sua organização.

Sobre a sua composição podemos referir que esta procissão adquire uma particularidade, pois o culto processional dedicado a Santa Isabel é celebrado a cada dois anos e praticado através de duas procissões. A procissão noturna, que se realiza na quinta-feira a seguir ao dia 4 de julho, onde se transporta a imagem de Santa Isabel para uma das igrejas no centro da cidade e a procissão solene, que se realiza no domingo seguinte, onde a imagem retorna para o Mosteiro de Santa Clara-a-Nova.

Após a análise dos programas informativos, verificamos que, as procissões ao longo do século XX, possuem de uma forma geral, uma composição semelhante. Antes do ato processional, era celebrado no Mosteiro de Santa Clara o tríduo solene, com o objetivo de preparar os fiéis para a procissão.

Num contexto geral, a procissão de quinta-feira, era iniciada com uma grande alvorada de salvas, repiques de sino e bandas musicais que percorriam as ruas, para anunciar o começo das festas religiosas.

Por volta das 19 horas, era realizada uma novena à Rainha Santa, onde depois, saía a procissão para uma das igrejas da cidade. Chegada a imagem ao fim da ponte de Santa Clara, era queimado um “*boquet*” de fogo-de-artifício, onde de seguida, à passagem da procissão pela Praça do Comércio, era costume atuar uma banda de rancho folclórico, ou orquestras de músicas. Terminada a procissão, a imagem ficava exposta, aos fiéis, sendo que durante estes dias, eram celebradas diversas missas em honra a Santa Isabel.

No domingo seguinte, dia da procissão solene, ao romper do dia, também eram tocados os sinos e diversas bandas de música para anunciar a procissão. Antes da sua saída,

era celebrada a missa solene pelo bispo com homilia pelo pregador do tríduo. Posteriormente, era organizada a procissão de retorno ao Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, sob presidência do bispo e com diversas irmandades da cidade e arredores. No final do cortejo, era feita a devoção solene pelo bispo e o sermão pelo pregador do tríduo. Nos dois dias seguintes, a imagem ficava em exposição para os fiéis, antes de ser colocada novamente no altar.

Esta é a composição do ato processional a Santa Isabel, em que de uma forma universal, constatamos que as composições atuais assemelham-se aos parâmetros das mais antigas.

Sobre a organização da procissão, começámos por referir que é no cartaz de 1929 que encontramos detalhadas todas as entidades que incorporavam as procissões.

É referido que a organização da procissão de quinta-feira distribui-se da seguinte forma: pendão da Confraria, Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Ponte, confraria da Rainha Santa Isabel, andor da Rainha Santa, irmãs da Rainha Santa com as suas insígnias, banda de música, corpo de escuteiros e polícia.⁷⁷

Já a procissão de domingo apresenta uma maior ordenação: pendão da Confraria, irmandades, Confraria da Rainha Santa, andor da Rainha Santa, colégio dos órfãos, banda de música, irmandades do Santíssimo, Ordem Terceira de S. Francisco, clero, pálio, autoridades e outros convidados, bombeiros voluntários convidados, banda de música, irmãs da Rainha Santa, que se apresentam com insígnias, banda de música, corpo de escuteiros e polícia.⁷⁸

Concluimos que, de uma forma geral, a procissão seguiu ao longo do século XX, os mesmos parâmetros de organização, sendo de referir que a procissão solene congregava mais entidades do que o cortejo anterior.

Destacamos como diferenças, a participação de diversas irmandades. Pese embora, que se deva destacar, a presença constante da venerável ordem terceira de S. Francisco. Para além disso, podemos dividir as procissões do século XX em duas fases. A primeira, correspondendo aos anos de 1900 até 1933, onde a influência e a presença de formas militares era residual. Numa segunda fase, iniciada após 1934, estando já Portugal no regime

⁷⁷ Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel, *Copiador de Correspondência (SR)*, CRSI/008/003. 1894-1938. p. 96.

⁷⁸ Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel, *Copiador de Correspondência (SR)*, CRSI/008/003. 1894-1938. p. 97.

Estado Novo, começamos a verificar uma maior presença do Estado, especialmente com a entrada de forças militares como parte integrante da procissão, como a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa e o regimento de Infantaria número 23 que desempenhava a função de guarda de honra do andor.

3.3 – Itinerários processionais

O primeiro documento a legalizar o trajeto das procissões da Rainha Santa é, como se referiu, a provisão de D. José em 1771, onde ordenava que a procissão solene se faça de uma igreja de Coimbra para Santa Clara. A mencionada igreja de Coimbra possivelmente terá sido a de Santa Cruz, pois o único programa do século XVIII, que nos chega, divulgado por António de Vasconcelos, referente a 1790, diz o seguinte: «*Forma, e ordem da Procissão da rainha Santa Isabel que há de sahir da Igreja do Real Mosteiro de Santa Cruz para a do real Mosteiro de Santa Clara no dia quatro de Julho pelas quatro horas da tarde. (...)*»⁷⁹

Estes itinerários permaneceram até 1852 aquando da restauração da Confraria, momento em que esta decide transferir as festas para o domingo a seguir ao dia 4 de julho e fazer duas procissões: uma, no sábado, em direção à Igreja de Santa Cruz e, outra, no domingo, de regresso ao Mosteiro de Santa Clara. A notícia escrita no periódico “*O Conimbricense*”, sobre a restauração da irmandade da Rainha Santa Isabel de Coimbra no ano de 1852, relata-nos as alterações efetuadas: «*Nesse ano o andor com a imagem da Rainha Santa veiu do Mosteiro de Santa Clara para a igreja de Santa Cruz no dia 3 de Julho á noute (...) No dia 4, que era domingo, sahiu a procissão de Santa Cruz (...)*»⁸⁰

Os periódicos de Coimbra são a fonte escrita mais privilegiada que nos indica quais as ruas por onde a procissão passava e em que igreja ficava. Contudo descrevem somente o itinerário da primeira procissão, a da ida para a cidade, sendo difícil encontrar referência ao percurso de retorno para o Mosteiro de Santa Clara. No arquivo da Confraria, relativamente aos percursos que as procissões seguiam no retorno a Santa Clara-a-Nova, só encontramos dados úteis, para esta questão, a partir da década de 1960. As notícias festivas mais antigas que fazem referência ao caminho seguido pela primeira procissão datam de 1868. Por elas, sabe-se que após a chegada do andor ao “Ó da ponte”, os fiéis seguiam pela rua dos Gatos, Praça, rua dos Sapateiros, Corvo e largo de Sansão (Imagem 1).⁸¹

⁷⁹ VASCONCELOS, António de - *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. II. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993, 634 p. ISBN 972-9157-29-4. p. 395.

⁸⁰ VASCONCELOS, António de - *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol. II. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1993, 634 p. ISBN 972-9157-29-4. p. 449.

⁸¹ *O Tribuno Popular*, 8 de Julho de 1868, n.º 1:296. Coimbra: José dos Santos Moraes e Sá.



Imagem 1 – mapa da cidade de Coimbra de 1934. Possível itinerário da procissão até ao século XIX.

A- Mosteiro de Santa Clara-a-Nova; **B** – Convento de S. Francisco; **C** – “Ó da ponte”; **D** - Rua dos Gatos; **E** – Praça do Comércio; **F** – Rua dos Sapateiros; **G** – Rua do Corvo; **H** – Largo da Sansão; **I** – Igreja de Santa Cruz.

Possivelmente estes serão os percursos iniciais por onde a procissão terá passado pelas ruas de Coimbra a partir daquele ano de 1852. Quarenta anos mais tarde, em 1892, com a participação do rei D. Carlos e da rainha D. Amélia na procissão, encontra-se descrito o mesmo itinerário, confirmando-se que a procissão passou pelas ruas citadas depois de atravessar a ponte.⁸²

O programa das festas, de 1906, indica detalhadamente as ruas por onde desfilava o cortejo de quinta-feira. Além disso, este é o primeiro ano, do que se conseguiu apurar, em que foi incluído no trajeto um percurso por metade da rua da Sofia, entrando nela pelo lado esquerdo para terminar na igreja de Santa Cruz. «(...) A procissão seguirá pela calçada de Santa Isabel, Largo de S. Francisco. (...) A procissão seguirá depois pelas ruas de Sargento-môr, Praça do Comércio, ruas Eduardo Coelho e do Corvo, Praça 8 de Maio e parte da rua da Sophia, lado esquerdo, voltando pela mesma rua, lado direito para recolher à Igreja de Santa Cruz.»⁸³(Imagem 2).

⁸² *O Tribuno Popular*, 20 de Julho de 1892, n.º 3:794. Coimbra.

⁸³ *O Tribuno Popular*, 16 de Junho de 1906, n.º 5:207. Coimbra: Imprensa Académica.



Imagem 2 - mapa da cidade de Coimbra de 1934. Possível itinerário da procissão nos inícios do século XX.

A- Mosteiro de Santa Clara-a-Nova; **B** – Convento de S. Francisco; **C** – “Ó da ponte”; **D** –Rua Sargento-môr; **E** – Praça do Comércio; **F** – Rua Eduardo Coelho; **G** – Rua do Corvo; **H** –Praça 8 de Maio; **I** – lado esquerdo da rua da Sofia; **J** – lado direito da rua da Sofia; **K** – Igreja de Santa Cruz.

Este percurso permaneceu inalterável até 1968, existindo apenas a mudança de igreja para onde a imagem ficava quando era transportada na primeira procissão. Numa reunião da assembleia geral extraordinária da Confraria, celebrada no dia 8 de junho de 1964, decidiu-se que se alteraria, a partir de 1968, o itinerário da procissão da noite. Considerando a dificuldade de descer a íngreme calçada de Santa Isabel onde fica situado o templo da Rainha Santa, e com objetivo de haver mais ordem, respeito, disciplina na procissão, foi decidido pelos homens da Confraria percorrer desde então o seguinte percurso: Templo, rua Mendes dos Remédios, Estrada de Lisboa, Avenida João das Regras,

Largo da Portagem, Avenida Navarro, Largo das Ameias, Avenida Fernão Magalhães, Rua Doutor Manuel Rodrigues, Rua da Sofia e Igreja da Graça.⁸⁴ (Imagem 3).

Porém, este trajeto modificou-se para a procissão de 1972 devido a interesses cívicos e económicos. Em julho de 1968, após o decorrer da procissão da noite pelas novas ruas, o presidente da Câmara Municipal dirigiu uma carta ao presidente da Confraria a sugerir que a procissão ao chegar ao Largo da Portagem seguisse pela Rua Ferreira Borges, Visconde da Luz, Praça de 8 de Maio e Rua da Sofia. Os motivos apresentados na sugestão baseiam-se na falta de habitantes entre as ruas do Largo da Portagem e a Rua da Sofia uma vez que só existiam estabelecimentos comerciais. Além disso também são nomeados os elevados custos de iluminação e decoração e o prejuízo no trânsito local⁸⁵.

Data de 1972 que o primeiro registo que indica que o cortejo transitará por um novo trajeto que passa a igreja de Santa Clara, rua Mendes dos Remédios, estrada de Lisboa, avenida João das Regras, largo da Portagem, rua Ferreira Borges, rua Visconde da Luz, Praça de 8 de Maio e rua da Sofia (Imagem 4). Na procissão de Domingo, a procissão percorria o inverso desde a rua da Sofia até ao Mosteiro de Santa Clara-a-Nova.

⁸⁴ Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel, *Atas e eleições (SR)*, CRSI/001/007. 1952-1982. Ata n.º 80.

⁸⁵ Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel, *Festas da Rainha Santa Isabel (SR)*, CRSI011/002. 1967-1992.

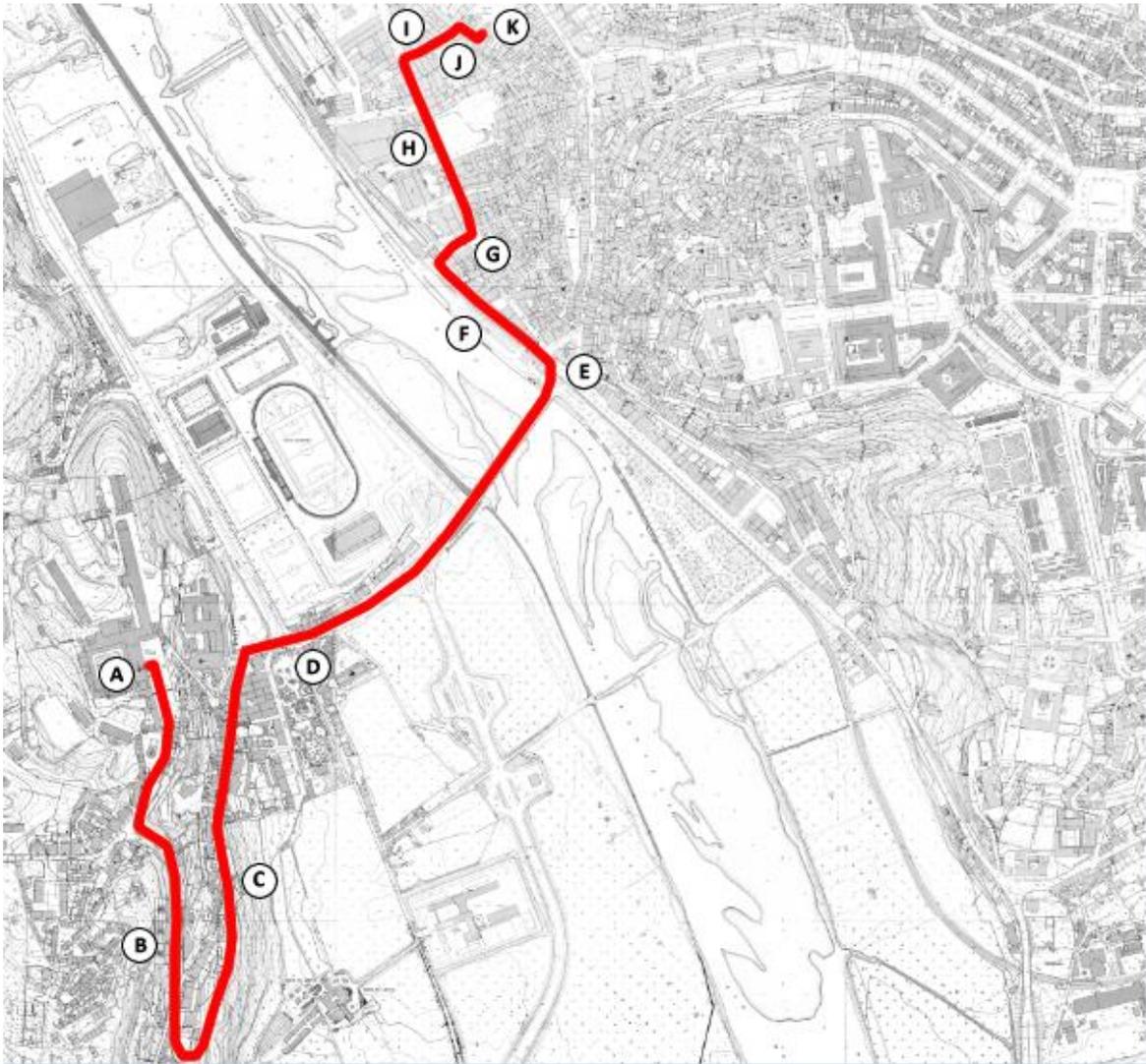


Imagem 3 –. mapa da cidade de Coimbra de 1978. Itinerário da procissão entre 1968 e 1970.

A- Mosteiro de Santa Clara-a-Nova; **B** –Rua Mendes dos Remédios; **C** –Estrada de Lisboa”; **D** – Avenida João das Regras; **E** – Largo da Portagem; **F** –Avenida Navarro; **G** –Largo das Ameias; **H** – Avenida Fernão de Magalhães; **I** –Rua Doutor Manuel Rodrigues; **J** –Rua da Sofia; **K** – Igreja da Graça.

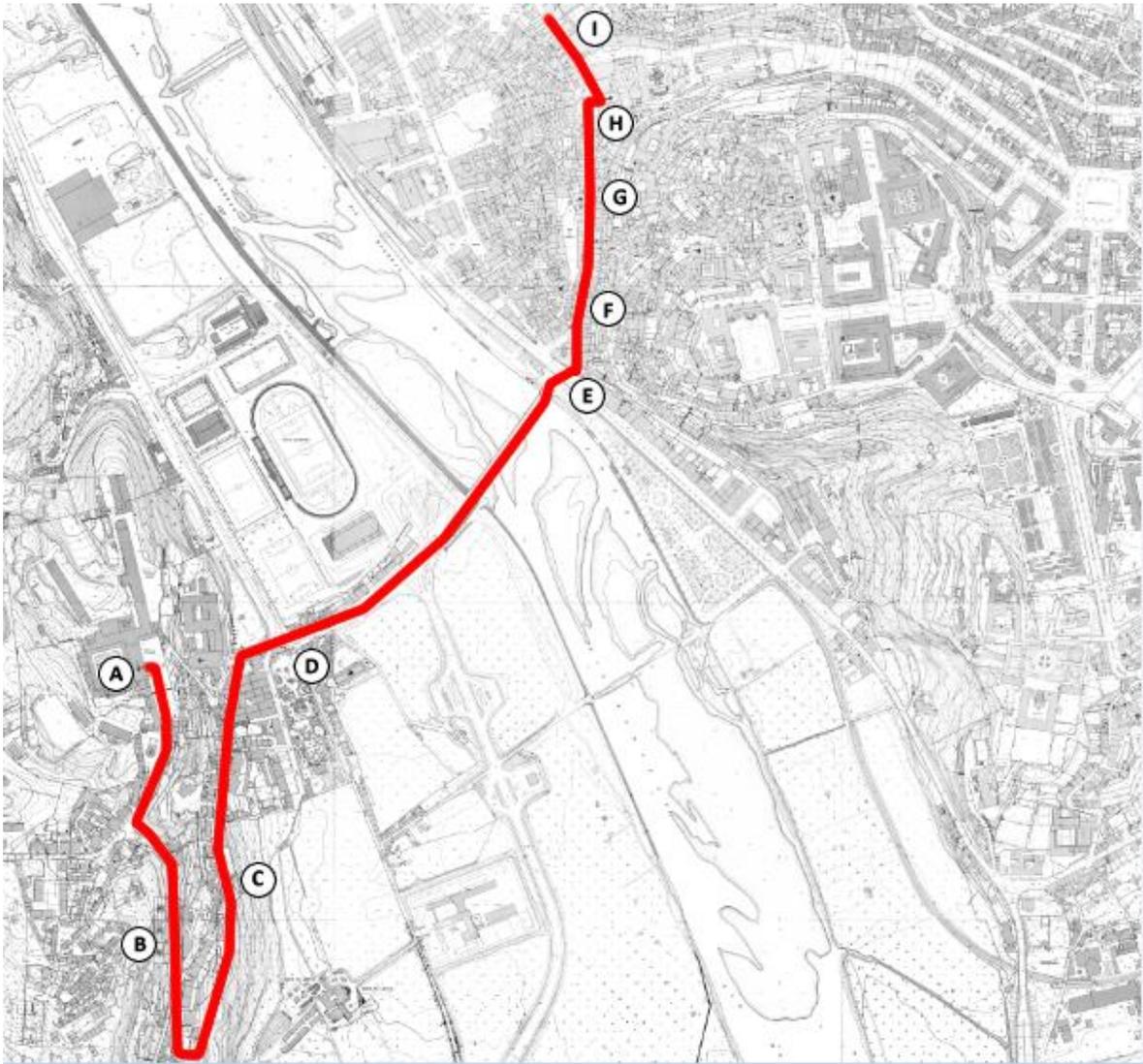


Imagem 4 –. mapa da cidade de Coimbra de 1978. Itinerário da procissão de 1972.

A- Mosteiro de Santa Clara-a-Nova; **B** –Rua Mendes dos Remédios; **C** –Estrada de Lisboa”;
D –Avenida João das Regras; **E** – Largo da Portagem; **F** – Rua Ferreira Borges; **G** –Rua Visconde da Luz;
H – Praça 8 de Maio; **I** –Rua da Sofia.

Em 1936, todavia, a pretexto das celebrações do VI centenário da Morte da Rainha Santa Isabel, realizou-se um cortejo com dimensões maiores. Esta foi, aliás, a maior procissão realizada a Santa Isabel durante o século XX, o cortejo teve como destino as igrejas de Santa Cruz, Sé Nova e igreja do Carmo. O trajeto e as ruas por onde passaram foram as seguintes: na primeira procissão, os periódicos não fazem referência às ruas por onde o cortejo passou, pelo que se poderá presumir que foi efetuado o percurso habitual para a Igreja de Santa Cruz. A segunda procissão saiu do Mosteiro de Santa Cruz até à igreja da Sé Nova, fazendo o seguinte percurso: praça de 8 de Maio, avenida Sá da Bandeira, Praça da República, Rua Alexandre Herculano, Bairro Sousa Pinto, Castelo, Ruas dos Estudos, Cirurgião Inácio e Largo da Feira (Imagem 5). A terceira procissão aconteceu desde a Sé Nova até à igreja do Carmo e teve o seguinte percurso: Largo da Feira, rua das Colchas, Largo Dr. José Rodrigues, Arco do Bispo, rua Dr. João Jacinto, rua dos Caminhos, Largo da Sé Velha, Rua Joaquim de Aguiar, Couraça da Estrela, Largo Miguel Bombarda, rua Ferreira Borges, Visconde da Luz, Praça 8 de Maio e rua da Sofia (Imagem 6).⁸⁶

Como se verifica, o itinerário da procissão da Rainha Santa Isabel mudou ao longo dos anos consoante o número de pessoas que assistiam e também devido ao crescimento da cidade. A Confraria esteve atenta a estes aspetos e orientava as suas decisões com sensibilidade social.

Porém, este cortejo é conhecido pelos habitantes de Coimbra pelas diferentes igrejas por onde a imagem da Rainha Santa ficava desde quinta-feira até domingo. O costume original de se findar a procissão na igreja de Santa Cruz permaneceu inalterável até 1932. Neste ano principiou o hábito de se fazer a procissão solene com destino à igreja do Carmo na rua da Sofia, que durou até 1952.

O presidente da Confraria, de então, o Dr. João da Providência Sousa e Horta, a 9 de Junho de 1932, dirigiu uma carta ao Ministro da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Coimbra a solicitar a autorização para que a imagem da Rainha Santa ficasse na igreja do Carmo, apresentando os seguintes motivos: «(...) 1^o- Não é razoável, e menos decente, e até anti-litúrgico, que a procissão de quinta-feira, chegando as deshoras, cêrca da meia-noite, à porta da Igreja de Santa Cruz, à qual se destina, prossiga, como se tem feito nos últimos anos, pela rua da Sofia até à frente da igreja do Carmo, e ali, voltando sobre si mesma, regresse pelo mesmo caminho a recolher em Santa Cruz.

⁸⁶ *Gazeta de Coimbra*, 12 de Maio de 1936, n.º 3487. Coimbra: Diamantino Ribeiro Arrobas,

2^o- A procissão de domingo não pode formar-se saindo de Santa Cruz no estado em que actualmente se encontra o largo fronteiro a esta Igreja; pelo que, já no último ano as festas, parte da procissão se reorganizou na Igreja do Carmo, donde saiu, e ao passar em frente de Santa Cruz, nela se incorporaram o andor, e depois o Clero e o Pálio; e é também muito irregular, e nada conforme com as regras litúrgicas. (...)»⁸⁷

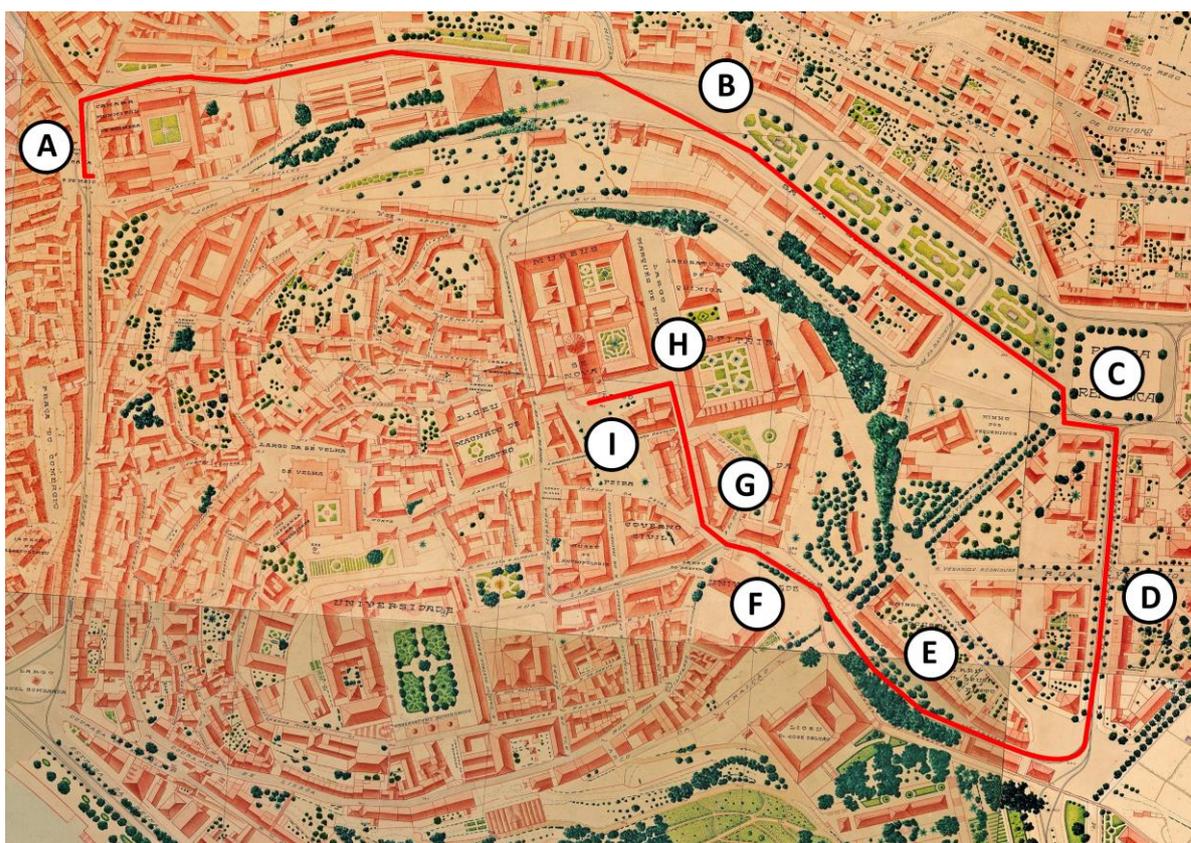


Imagem 5- mapa da cidade de Coimbra de 1934. Itinerário da segunda procissão de 1936

A - Praça de 8 de Maio; **B** - Avenida Sá da Bandeira; **C** - Praça da República; **D** - Rua Alexandre Herculano; **E** - Bairro Sousa Pinto; **F** – Castelo; **G** - Ruas dos Estudos; **H** - Cirurgião Inácio; **I** - Largo da Feira.

⁸⁷ Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel, *Copiador de Correspondência (SR)*, CRSI/008/003. 1894-1938, doc. 408.



Imagem 6 – mapa da cidade de Coimbra de 1934. Itinerário da terceira procissão de 1936.

A- Largo da Feira; **B** – Rua da Colcha; **C** – Largo Dr. José Rodrigues; **D** –Arco do Bispo; **E** – Rua Dr. João Jacinto; **F** – Largo da Sé Velha; **G** – Rua Joaquim Aguiar; **H** – Couraça da Estrela; **I** – Largo Miguel Bombarda; **J** – Rua Ferreira Borges; **K** – Rua Visconde da Luz; **L** – Praça 8 de Maio; **M** - Rua da Sofia; **N** – Igreja do Carmo.

Posteriormente, a 9 de Abril de 1954, foi decidido pela mesa da Confraria que a procissão se dirigia para a igreja da Graça⁸⁸. Este costume permaneceu até 1970, sendo que na procissão seguinte se recorreu novamente à igreja do Carmo. A 5 de Julho de 1972, data muita próxima da realização das festas, o presidente da Confraria, José Carlos de Sá, escreveu uma carta ao presidente da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos da Graça a

⁸⁸ Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel, *Atas e eleições (SR)*, CRSI/001/007. 1952-1982. Ata de 9 de Abril de 1954.

referir que neste ano a mesa decidira que a imagem ficaria na Igreja do Carmo devido às condições das vantagens físicas que a igreja dispunha para a organização da procissão.⁸⁹

Sobre os itinerários da procissão também é importante referir que durante os anos em que não se realizaram as festas da cidade, mormente entre 1917 e 1923, a Confraria realizava cortejos processionais mais pequenos de forma a continuar as celebrações a Rainha Santa Isabel. Em 1917 realizou-se uma procissão com cerca de 6.000 pessoas onde foi transportada a antiga imagem de madeira da Rainha Santa, nos claustros do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, com o objetivo de orar pelo retorno dos homens que estavam na primeira Grande Guerra. Nos anos de 1919, 1921 e 1923, foram realizadas procissões que circundavam a igreja de Nossa Senhora da Esperança e retornavam para o Mosteiro. Apenas a de 1921 se levou a cabo com um trajeto maior que após circundar a igreja de Nossa Senhora da Esperança, foi até à parte baixa de Santa Clara e voltou para o Mosteiro. A esta procissão assistiram estimadamente 10.000 pessoas.

⁸⁹ Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel, Festas da Rainha Santa Isabel (SR), CRSI011/001. 1956-1966.

3.4 – Datação das festas e procissões de 1894-1974

No primeiro volume da obra do Dr. António Garcia de Vasconcelos, intitulada de “*Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*” (1891-1894), o autor, das páginas 480 a 496, apresenta uma compilação de datas sobre a realização das procissões concretizadas desde 1560 a 1893. Este estudo revelou-se importante, pois, permitiu-nos adquirir o conhecimento necessário para entendermos e analisarmos as práticas processionais dedicadas a Santa Isabel, entre os séculos XVI e XIX.

As páginas seguintes têm como objetivo principal apresentar as datas das festas e procissões realizadas ao longo do século XX. Através de uma forma cronológica, são apresentados os anos, as datas das festas e procissões, desde 1894 a 1974, juntamente com a igreja que findava a procissão de quinta-feira, com o propósito de continuar o estudo do Dr. António de Vasconcelos acima referido.

1894 – 29 de junho a 8 de julho: no dia 29 de junho, foi conduzida processionalmente a imagem de Santa Isabel do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova para a igreja do mesmo. As procissões solenes ocorreram no dia 5 e 8 de julho, sendo conduzida a imagem para a Igreja do Carmo.⁹⁰

1896 – 3 a 12 de julho: as procissões ocorreram nos dias 9 a 12 com destino à igreja de Santa Cruz. Neste ano estreou-se o enquadramento da atual imagem nas procissões.

1898 – 1 a 10 julho: a procissão realizou-se nos dias 7 e 10 de julho. O cortejo solene saiu do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova para a Igreja de Santa Cruz. Neste ano relata-se que estiveram presentes mais de 16.000 pessoas para assistirem aos cortejos solenes.⁹¹

1900 – 5 a 8 de julho: havendo poucos dias de festa este ano, os periódicos relatam que as procissões solenes continuaram a ter o mesmo brilhantismo.

1902 – 9 a 15 de julho: neste ano as festividades foram assoladas pelo mau tempo que se fez sentir. As procissões solenes ocorreram nos dias 9, 10 e 12 de julho e almejavam o

⁹⁰ *O Tribuno Popular*, 27 de Junho de 1894, nº 3:993. Coimbra.

⁹¹ *O Tribuno Popular*, 13 de Julho de 1898, nº 4:407. Coimbra.

acolhimento habitual no Mosteiro de Santa Cruz. Contudo, o mau estado do tempo fez com que a imagem quando saiu de Santa Clara-a-Nova tivesse de ser abrigada na igreja de S. Bartolomeu. No dia a seguir, a procissão foi organizada para a Sé Velha, onde somente à noite tomou rumo para Santa Cruz. No domingo, na procissão de regresso registou-se uma grande afluência de participantes e decorreu normalmente sem inesperadas intervenções do mau tempo. Participaram nesta procissão mais de 400 anjos.⁹²

1904 – 3 a 12 de julho: a procissão decorreu nos dias 7 e 10 de julho, onde foi conduzida a imagem para o Mosteiro de Santa Cruz.⁹³

1906 – 3 a 10 de julho: nos dias 3 e 4 celebraram-se as festas promovidas pelo corpo docente da Universidade, porém é noticiado que nestes dias já desde 1901, a universidade não visita o túmulo da Santa Rainha. A procissão ocorreu nos dias 5 e 8, sendo o seu percurso o habitual para a igreja de Santa Cruz. No dia 9 a Confraria, respeitando os preceitos canónicos pertinentes, permitiu o acesso dos fiéis ao túmulo de Santa Isabel que se situava no coro-alto de Santa Clara-a-Nova.⁹⁴

1908- Não existe registo sobre a realização das festas nem das procissões.

1910- Não existe registo sobre a realização das festas nem das procissões.

1912- Não existe registo sobre a realização das festas nem das procissões.

1914- Não existe registo sobre a realização das festas nem das procissões.

1915- 1 a 6 de julho: as procissões ocorreram no dia 1 e 3 de julho, sendo o seu percurso o habitual. Neste ano registou-se a presença para cerca de 60.000 pessoas para assistirem à passagem do cortejo.⁹⁵

1916- Neste ano a procissão não se realizou no seu mês habitual. As celebrações ocorreram no primeiro dia de junho, tendo a imagem sido transportada processionalmente até à igreja de Santa Cruz, onde ficou até 9 de julho. Nesse dia retornou para o Mosteiro de Santa Clara-

⁹² *O Tribuno Popular*, 09 de Julho de 1902, nº 4:811 . Coimbra.

⁹³ *O Tribuno Popular*, 22 de Junho de 1904, nº 5:006. Coimbra: Imprensa Académica.

⁹⁴ *O Tribuno Popular*, 16 de Junho de 1906, nº 5:207. Coimbra: Imprensa Académica.

⁹⁵ *Gazeta de Coimbra*, 7 de Julho de 1915, nº412. Coimbra: tipografia da Gazeta de Coimbra.

a-Nova.⁹⁶ As celebrações litúrgicas e eucarísticas ocorreram no dia 9 de Julho. O túmulo esteve em exposição aos fiéis.

1917- 29 de junho a 10 de julho: realizou-se a procissão a 8 de julho nos claustros do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, embora a nova imagem não fizesse parte do cortejo. Foi transportada no andor, ainda, a antiga imagem. Estiveram a assistir a esta procissão cerca de 6.000 pessoas.⁹⁷ O objetivo desta procissão assentou na oração em fervor da intercessão divina para o retorno dos homens que estavam que na guerra.

1918- 4 e 7 de julho: a procissão decorrida nestes dias contou com a presença do Sr. Infante D. Augusto, duque de Coimbra, no último dia das festas solenes.

1919- 6 de julho: realizou-se procissão com o novo andor e a nova e imagem em volta da igreja do monte de Nossa Senhora de Esperança.⁹⁸ Estiveram presentes neste acontecimento cerca de 8.000 pessoas.⁹⁹

1920 – 8 a 13 de julho: a mesa da confraria voltou a permitir a visita ao túmulo da Rainha Santa. As procissões ocorreram nos dias 8 e 11 para o Mosteiro de Santa Cruz.

1921- 17 de julho: o jornal *Gazeta de Coimbra* refere que o culto à Rainha Santa é feito fora das terras de Coimbra. Noticiou: «a cidade do Porto promoveu este ano uma solene festividade na Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco em honra de Santa Isabel, festividade que foi revestida de todo o brilhantismo e á qual concorreram muitas centenas de pessoas de todas as classes socias.»¹⁰⁰ No dia 17 de julho, findadas todas as celebrações litúrgicas, realizou-se uma procissão com a atual imagem da Rainha Santa que deu a volta ao monte de Nossa Senhora da Esperança e seguiu depois até à parte baixa de Santa Clara.¹⁰¹ Registou-se a presença de mais de 10.000 pessoas a assistir a este cortejo.¹⁰² Autorizou-se a visita dos fiéis ao túmulo.

⁹⁶ *Gazeta de Coimbra*, 20 de Maio de 1916, nº 502. Coimbra: tipografia da Gazeta de Coimbra .

⁹⁷ *Gazeta de Coimbra*, 11 de Julho de 1917, nº 619. Coimbra: tipografia da Gazeta de Coimbra.

⁹⁸ *Gazeta de Coimbra*, 1 de Julho de 1919, nº 878. Coimbra: tipografia da Gazeta de Coimbra.

⁹⁹ *Gazeta de Coimbra*, 10 de Julho de 1919, nº 882. Coimbra: tipografia da Gazeta de Coimbra.

¹⁰⁰ *Gazeta de Coimbra*, 9 de Julho de 1921, nº 1176. Coimbra: tipografia da Gazeta de Coimbra.

¹⁰¹ *Gazeta de Coimbra*, 14 de Julho de 1921, nº 1178. Coimbra: tipografia da Gazeta de Coimbra.

¹⁰² *Gazeta de Coimbra*, 19 de Julho de 1921, nº 1180. Coimbra: tipografia da Gazeta de Coimbra.

1922- 6 a 11 de Julho: os cortejos decorreram nos dias 6 e 9 com destino ao Mosteiro de Santa Cruz. Registou-se a participação de cerca de 50.000 forasteiros que vieram à cidade de Coimbra assistir à famosa procissão. Concorreram também cerca de 500 anjos na procissão do dia 6. Na procissão de domingo participaram cerca de 1000 anjos. Permitiu-se uma vez mais visita ao túmulo.¹⁰³

1923- 8 de julho: Realizou-se no dia 8 de julho apenas as celebrações litúrgicas habituais. Efetuou-se uma procissão que apenas circundou a igreja paroquial, de Nossa Senhora da Esperança.

1924- 10 a de 15 Julho: A procissão ocorreu nos dias 10 e 13 de julho seguindo o seu percurso habitual.¹⁰⁴

1925- Mostrou-se o túmulo da Rainha Santa no dia 7 de julho. Neste ano, apenas se celebraram as missas eucarísticas, não havendo notícia de se ter realizado a procissão.

1926- 8 a 13 de Julho: No dia 29 de Junho o jornal *Gazeta de Coimbra* faz alusão ao fato de a Universidade e a Câmara não participarem nas festas. A 1 de julho, o mesmo jornal noticia que a Confraria convidou a Câmara a incorporar a procissão do dia 8.¹⁰⁵ O cortejo percorreu os percursos habituais até ao Mosteiro de Santa Cruz.

1927- Celebrou-se somente as missas comemorativas da Rainha Santa Isabel.

1928- 8 e 11 de julho: Este ano os jornais não noticiaram a grande adesão dos fiéis e forasteiros que as festas da Rainha Santa traziam à cidade de Coimbra. A procissão realizou-se nos dias 8 e 11 de junho, seguindo o trajeto habitual para o Mosteiro de Santa Cruz.¹⁰⁶

1929- 4 a 9 de julho: As procissões ocorreram nos dias 4 e 6 de julho, com destino à igreja de Santa Cruz.

1930- Não existe registo sobre a realização das festas nem das procissões.

¹⁰³ *Gazeta de Coimbra*, 13 de Julho de 1922, nº 1325. Coimbra: tipografia da Gazeta de Coimbra.

¹⁰⁴ *Gazeta de Coimbra*, 1 de Julho de 1924, nº 1615. Coimbra: tipografia da Gazeta de Coimbra.

¹⁰⁵ *Gazeta de Coimbra*, 1 de Julho de 1926, nº 1912. Coimbra: tipografia da Gazeta de Coimbra.

¹⁰⁶ *Gazeta de Coimbra*, 14 de Junho de 1928, nº 2204. Coimbra: tipografia da Gazeta de Coimbra.

1931- Não existe registo sobre a realização das festas nem das procissões.

1932- 7 e 10 de julho: Este ano, a procissão ocorreu nos dias 7 e 10 de julho e foi com destino à Igreja do Carmo.¹⁰⁷

1933- Não existe registo sobre a realização das festas nem das procissões.

1934- 5 a 10 de julho: foi publicado na edição de 29 de Maio um projeto de um arco da autoria do arquiteto Rebelo Júnior, para a entrada da ponte de Santa Clara. A 31 de maio relatou-se que foi criada uma freguesia e paróquia no Rio de Janeiro – Brasil, com o nome de Santa Isabel, fazendo alusão à padroeira de Coimbra. Foi também levada a cabo, nesta freguesia brasileira uma procissão com a imagem da Rainha Santa Isabel.¹⁰⁸ A procissão decorreu nos dias 5 e 8 de julho dirigindo-se para a Igreja do Carmo.¹⁰⁹ O presidente da República Óscar Carmona assistiu a estas festas solenes no dia 5.

1936- 1 a 26 de julho: Este ano foi marcado pela celebração das festas do VI Centenário da Morte da Rainha Santa Isabel. Decorrem desde o dia 1 a 26 de julho com diversas procissões. A primeira procissão aconteceu no dia 2 de julho (Quinta-feira) onde se procedeu à trasladação do túmulo que contém o corpo de Santa Isabel para o altar-mor, através da igreja e deu a volta ao pátio e por fim foi depositado na eça armada no meio da igreja. De seguida, realizou-se a habitual procissão onde se transportou a venerada imagem para o Mosteiro de Santa Cruz. No dia 3, pelas dezassete horas transportou-se processionalmente a imagem desde o Mosteiro de Santa Cruz para a igreja da Sé Nova, fazendo o seguinte percurso: Praça de 8 de maio, Avenida Sá da Bandeira, Praça da República, Rua Alexandre Herculano, Bairro Sousa Pinto, Castelo, Ruas dos Estudos, Cirurgião Inácio e Largo da Feira. No dia 4, pelas dez horas, saiu processionalmente da Capela da Universidade o Exm^o. Cardeal Legado, Exm^{os} Srs. Bispos e Clero, dirigindo-se à Sé Nova, onde se celebrou pontificalmente o rito da Capela Cistina. Às dezanove horas foi conduzida uma procissão como objetivo de transportar a imagem da Sé Nova até à Igreja do Carmo. O percurso foi o seguinte: Largo da Feira, Rua das Colchas, Largo Dr. José Rodrigues, Arco do Bispo, Rua Dr. João Jacinto, Rua dos Caminhos, Largo da Sé Velha, Rua Joaquim de Aguiar, Couraça da

¹⁰⁷ *Gazeta de Coimbra*, 28 de Abril de 1932, nº 2877 . Coimbra: tipografia da Gazeta de Coimbra.

¹⁰⁸ *Gazeta de Coimbra*, 31 de Maio de 1934, nº 3193. Coimbra: tipografia da Gazeta de Coimbra.

¹⁰⁹ *Gazeta de Coimbra*, 14 de Junho de 1934, nº 3200. Coimbra: tipografia da Gazeta de Coimbra.

Estrela, Largo Miguel Bombarda, Rua Ferreira Borges, Visconde da Luz, Praça 8 de Maio e Rua da Sofia. No Domingo, dia 5, pelas dezassete horas transportou-se a imagem desde a Igreja do Carmo até ao Mosteiro de Santa Clara, onde participaram o Eminentíssimo Cardial Legado de Sua Santidade, todas as irmandades da cidade e todos os Bispos e Clero. No dia 8 procedeu-se a procissão de trasladação do túmulo da Rainha Santa para o altar-mor, onde seguiu o mesmo itinerário do dia 2, mas em ordem inversas, sob a presidência do Sr. Bispo de Coimbra.¹¹⁰

Durante todo este tempo, relatou-se que assistiram cerca de 200.00 pessoas a estas festividades.¹¹¹ Um dado muito peculiar foi revelado no jornal “Gazeta de Coimbra” em que mostra que entre 1934 e 1936, devido às festividades que se celebraram este ano, aumentaram em 48.791 bilhetes vendidos para os carros elétricos. Este sinal mostra efetivamente que as festas da Rainha Santa promoveram o desenvolvimento dos negócios dos serviços municipalizados de Coimbra.¹¹²

1938- 5 a 12 de julho: As procissões decorreram no dia 7 e 10 onde foi transportada a imagem para a igreja do Carmo. No dia 10 participaram no cortejo religioso todas as confrarias de Coimbra.¹¹³

1940 – 11 a 15 de julho: As procissões ocorreram nos dias 11 e 14 com destino à igreja do Carmo.¹¹⁴ Procedeu-se à visita do túmulo. Mais de 1000 anjos participaram nas festas deste ano.

1942- 2 a 7 julho: As procissões ocorreram nos dias 2 e 5 em direção à igreja do Carmo. No dia 4, sábado, realizou-se uma procissão de penitência desde a igreja do Carmo até ao túmulo de Santa Isabel.

1944- 7 a 12 de julho: Os cortejos processionais decorreram nos dias 7 e 9 em direção à Igreja do Carmo.¹¹⁵

¹¹⁰ *Gazeta de Coimbra*, 16 de Junho de 1936, nº 3507. Coimbra: tipografia da Gazeta de Coimbra.

¹¹¹ *Gazeta de Coimbra*, 7 de Julho de 1936, nº 3510. Coimbra: tipografia da Gazeta de Coimbra.

¹¹² *Gazeta de Coimbra*, 11 de Julho de 1936, nº 3513. Coimbra: tipografia da Gazeta de Coimbra.

¹¹³ *Gazeta de Coimbra*, 16 de Junho de 1938, nº 3602. Coimbra: tipografia da Gazeta de Coimbra.

¹¹⁴ *Gazeta de Coimbra*, 13 de Julho de 1940, nº 4116. Coimbra: tipografia da Gazeta de Coimbra.

¹¹⁵ *Gazeta de Coimbra*, 29 de Junho de 1944, nº 4708. Coimbra: tipografia da Gazeta de Coimbra.

1946-11 a 16 de julho: A procissão decorreu nos dias 12 e 15, com o mesmo destino do ano anterior. Participaram cerca de 1500 anjos.¹¹⁶

1948- 2 a 13 de julho: As festas realizaram-se com o mesmo brilhantismo das anteriores, sendo que o cortejo realizou-se nos dias 8 e 11 com destino à Igreja do Carmo.¹¹⁷

1950- 8 a 18 de julho: As procissões decorreram nos dias 13 e 16, com destino à igreja da Ordem Terceira – a igreja do Carmo.¹¹⁸ Mostrou-se este ano a mão da Rainha Santa por ser data do ano santo.

1952- 27 de Junho a 13 de julho: as procissões realizaram-se nos dias 10 e 13 de julho para a igreja do Carmo.¹¹⁹

1954- 25 de Junho a 11 de julho: as procissões realizam-se 8 e 11 de Julho para a Igreja da Graça.¹²⁰

1956- 12 a 16 de julho: as procissões ocorreram nos dias 12 e 15, com destino à igreja da Graça¹²¹

1958- 10 a 15 de julho: As procissões ocorreram nos dias 10 e 13, com destino à Igreja da Graça.

1960- 14 a 19 de julho: as procissões realizaram-se nos dias 14 e 17 de julho para a Igreja da Graça.¹²²

1962- 12 a 17 de julho: As procissões realizaram-se nos dias 12 e 15 de julho para a Igreja da Graça.¹²³

1964- 3 a 13 de julho: As procissões decorreram nos dias 9 e 12, sendo a imagem transportada para a igreja da graça.¹²⁴ No programa festivo destacou-se a realização IX

¹¹⁶ *Gazeta de Coimbra*, 16 de Julho de 1946, nº 500. Coimbra: tipografia da Gazeta de Coimbra.

¹¹⁷ *Gazeta de Coimbra*, 10 de Julho de 1948, nº 5291. Coimbra: tipografia da Gazeta de Coimbra.

¹¹⁸ *Gazeta de Coimbra*, 10 de Julho de 1950, nº 5550. Coimbra: tipografia da Gazeta de Coimbra.

¹¹⁹ Programa Oficial das Festas da Rainha Santa de 1952. In Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel, *Atas e eleições (SR)*, CRSI/001/007. 1952-1982.

¹²⁰ Programa Oficial das Festas da Rainha Santa de 1956. In Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel, *Atas e eleições (SR)*, CRSI/001/007. 1952-1982.

¹²¹ *Programa Oficial das Festas da Rainha Santa*. 1956. Coimbra: Tipografia da Atlântida.

¹²² *Programa Oficial das Festas da Rainha Santa*. 1960. Coimbra: Tipografia da Atlântida.

¹²³ *Programa Oficial das Festas da Rainha Santa*. 1962. Coimbra: Tipografia Rainha Santa.

Centenário da Reconquista Cristã, que contou com a presença do Sr. Presidente da República.¹²⁵

1966- 9 a 17 de julho: As procissões aconteceram nos dias 14 e 17 com destino à igreja da Graça.

1968- 6 a 16 de julho: As procissões realizaram-se nos dias 11 a 14, com destino à igreja da Graça.¹²⁶

1970- 4 a 13 de julho: As procissões realizaram-se nos dias 9 e 12, percorrendo o percurso habitual em direção à Igreja da Graça.¹²⁷

1972- 8 a 16 de julho: As procissões realizaram-se nos dias 13 e 16, com destino à igreja do Carmo.¹²⁸

1974 – 4 a 9 de julho: As procissões ocorreram ente 4 e 7 de Julho com destino a igreja do Carmo. Neste ano é noticiado que a universidade não se fará representar nas procissões.¹²⁹

¹²⁴ *Gazeta de Coimbra*, 13 de Junho de 1964, nº 24, Coimbra, Eugénio Dias.

¹²⁵ *Gazeta de Coimbra*, 4 de Julho de 1964, nº 27, Coimbra, Eugénio Dias.

¹²⁶ *Gazeta de Coimbra*, 4 de Julho de 1968, nº 233, Coimbra, Eugénio Dias.

¹²⁷ *Gazeta de Coimbra*, 18 de Abril de 1970, nº 324, Coimbra, Eugénio Dias.

¹²⁸ *Programa Oficial das Festas da Rainha Santa*. 1972. Coimbra: Litografia Coimbra, 1972.

¹²⁹ *Gazeta de Coimbra*, 29 de Junho de 1974, nº 541, Coimbra, Eugénio Dias.

4 – Contextos e participações da Câmara Municipal de Coimbra

4.1 – Introdução Geral

Sendo este um dos pontos fulcrais de toda a investigação, começamos por abordar o contexto histórico da CMC nas festas da Rainha Santa. É através da análise, que constatamos a existência de duas comissões que antecederam na responsabilidade da CMC na organização das festas da Rainha Santa. A primeira é a Comissão Central das Festas da Rainha Santa, criada em 1920, que tem como responsabilidade a organização das festas religiosas e que se manterá no ativo até à criação da Comissão de Festas da Rainha Santa. Porém, em 1926, é criada uma outra comissão, com o objetivo de divulgação das atividades turísticas do município, a Comissão de Iniciativa de Turismo, que coopera em conjunto com a CCFRS, somente na difusão e propagação do programa das festas.

Como resultado da investigação, apurámos que, entre anos de 1934 a 1936, existiu um imposto extraordinário, cobrado aos comerciantes locais, que fará parte do *“fundo especial das festas da Rainha Santa”*.

Com a extinção da CIT em 1936, surge, no ano seguinte, a Comissão Municipal de Turismo, que tem como competência, gerir em nome da Câmara Municipal de Coimbra, o setor de Turismo, agregando no seu seio as responsabilidades das duas comissões anteriores.

Decidimos, também, apresentar os membros de algumas comissões, com o objetivo de exemplificar o papel hierárquico das várias entidades ligadas à organização das festas.

De seguida, apresentam-se os relatórios de contas de 1952, 1954 e 1956, sobre os quais também nos debruçamos, procurando conhecer através deste estudo, as receitas e despesas das festas nos anos mencionados. Desejando com isto, dar um panorama geral sobre os hipotéticos custo e rendimento das festas de outros anos.

Por fim, mencionaremos, o porquê do atual feriado da cidade ficar estabelecido no dia 4 de julho.

4.2 – Comissão Central das Festas da Rainha Santa

A participação da Câmara de Coimbra nas Festas da Rainha Santa tem sido diversificada consoante a evolução do poder político local. Nem sempre a instituição teve a obrigação de colaborar na organização das festas. No tempo da monarquia a Câmara, embora não tivesse a obrigação de colaborar, nomeava uma pessoa de respeito na cidade para representar e organizar as Festas em seu nome.¹³⁰

Devido à instauração da República, em 5 de outubro de 1910, os cortejos ficam suspensos em Coimbra desde 1908 até 1914, não existindo qualquer informação ou notícia tanto nos periódicos como no Arquivo da Confraria. A instituição camarária devido a este acontecimento, deixou de colaborar na organização das festas, referindo a sua intenção de separar o poder político do religioso.¹³¹

As atividades festivas só começam a ser novamente realizadas a partir de 1915. É neste mesmo ano que o presidente da Confraria, o Cónego José Duarte Dias de Andrade decide retomar as festividades e convida diversas organizações, como a Câmara Municipal de Coimbra, a Associação Comercial, a Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra e a Sociedade de Tiro e Sport para darem apoio na realização das festas. Os motivos assentam essencialmente nas dificuldades financeiras sentidas pela instituição religiosa sendo que esta fica responsável pela organização das festas religiosas – procissões e celebrações litúrgicas, enquanto as ornamentações das ruas e os diversos números dos programas das festividades são organizados pela Associação Comercial e a Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra.

No livro *copiador de correspondências* do Arquivo da Confraria, encontram-se quatro cópias de cartas datadas de 4 de Maio de 1915, que o presidente da mesma escreveu às diversas entidades, explicando os motivos que levaram à retoma das festas em Coimbra e a necessidade de se agregar às entidades para realizar esse fim.¹³²

¹³⁰ Anais do Município de Coimbra, 1840-1869. Coimbra: Biblioteca Municipal de Coimbra, 1972-1973.

¹³¹ CORREIA, Sandra – *Inventário da Documentação de Turismo do AHMC*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2009, 191 p. ISBN 978-989-8039-20-0, p. 115.

¹³² Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel, *Copiador de Correspondência (SR)*, CRSI/008/003. 1894-1938, p. 73 - 76

Com esta nova iniciativa de associar diversas associações e comissões à realização e organização das festas da Rainha Santa Isabel, estas ganham um dinamismo diferente dos anos anteriores.

Dentro do período temporal de investigação a que este trabalho se propõe, este é o primeiro momento em que todas estas entidades se encontram envolvidas na programação e organização das festas. Devido às dificuldades financeiras, a Confraria apenas organiza a parte religiosa relacionada com a procissão e as missas, a Associação Comercial fica responsável pela organização das comissões de ruas, por onde a procissão passava, mormente em matéria da sua iluminação e decoração, a Câmara Municipal financiava os custos da iluminação e a Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra e a Sociedade de Tiro e Sport tratavam da parte festiva e profana do programa das festas.

A 21 de Julho de 1915, é anunciado pelo jornal *Gazeta* de Coimbra, a criação da primeira comissão de festas da Rainha Santa, a Comissão Central das Festas da Rainha Santa. Esta, foi criada pela Associação Comercial e constituída por delegados de outras associações recreativas e outros elementos que fossem considerados convenientes para este fim. Tendo como propósito coordenar e dirigir todos os trabalhos necessários para realização das festas, a comissão para obter meios financeiros, utilizava as cotas mensais dos seus subscritores e produzia festivais, quermesses e espetáculos em teatros, de modo a obter a importância suficiente para a realização das mesmas.¹³³

Contudo, a 17 de maio de 1920, numa notícia sobre uma reunião que se realizou neste mesmo dia na Sociedade de Defesa e Propaganda, com membros da mesma coletividade e da Associação Comercial, é nos permitido conhecer a estrutura organizativa da CCFRS, bem como as suas funções.

Ficou estipulado que a Comissão Central das festas ficasse constituída pelos membros das duas direções e com os representantes da Câmara Municipal e da Confraria da Rainha Santa Isabel.¹³⁴

Os seus objetivos assentavam nas seguintes funções:

- 1º elaborar o programa geral das festas;*
- 2º recolher recursos necessários para a sua realização;*
- 3º fazer a propaganda pela imprensa, cartazes, etc...*

¹³³ *Gazeta de Coimbra*, 21 de Julho, nº416 (1915), Coimbra, tipografia da Gazeta de Coimbra, 1915.

¹³⁴ *Gazeta de Coimbra*, 18 de Maio, nº 1007 (1920), Coimbra, tipografia da Gazeta de Coimbra, 1920.

4º fornecer alojamento aos forasteiros que não encontrarem hospedagem nos poucos hotéis da cidade;

5º fornecer transportes;

6º promover visitas aos estabelecimentos públicos, monumentos, museus, etc, que devem estar franqueados a quem os queira conhecer;

7º promover o policiamento e aceio da cidade, de acordo e auxiliada pelas autoridades competentes;

8º promover pequenas excursões, a preços certos, aos arrabaldes e pontos da região mais dignos de serem conhecidos, oferecendo facilidades a quem as queira realizar;¹³⁵

¹³⁵ *Gazeta de Coimbra*, 17 de Abril, nº 995 (1920), Coimbra, tipografia da *Gazeta de Coimbra*, 1920.

4.3 – A Comissão de Iniciativa de Turismo

A Comissão de Iniciativa e Turismo de Coimbra (CIT) é outra entidade que se encontra a colaborar diretamente na organização das festas da cidade. Criada a 26 de Março de 1923, sob o patrocínio do mesmo presidente da Direção da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra, esta nova instituição que em partilha de objetivos comuns com a mesma Sociedade, pretende “valorizar e embelezar o melhor que a cidade dispunha para captar a curiosidade espiritual do forasteiro e atraí-lo, promover recepções, festas, vias de comunicação e espaços de lazer.”¹³⁶

O seu papel na Festas da Cidade não abrange o âmbito da organização mas sim o da divulgação e financiamento. Empenhada em propagar, aos numerosos forasteiros que vinham doutros distritos, as festas religiosas e profanas da Rainha Santa, esta comissão desenvolve um papel importante na divulgação do programa das Festas e na criação de roteiros turísticos para promover o conhecimento da cidade de Coimbra.

A sua primeira participação nas Festas da Cidade acontece em 1924. Neste ano, a Comissão Central das Festas da Rainha Santa pede à Comissão de Iniciativa e Turismo para aumentar a verba que tinha sido outorgada para a realização das Festas: «*Em seguida usou da palavra o Sr. Presidente para depor o motivo de mandar convocar urgentemente a Comissão. Resumiu o pedido feito pela Comissão Central das festas da Rainha Santa no sentido de ser elevada a verba com que a Comissão de Turismo tinha concedido para tais festas. (...) Falou de seguida o vogal Carlos Alberto que como delegado da Comissão de Turismo na Comissão Central das Festas fez sentir as dificuldades com que vinha lutando tal Comissão pela falta de meios o que punha em perigo a realização das festas, e daí a necessidade de serem ampliadas com a maior verba que a Comissão de Turismo pudesse despende, acedendo a um pedido de dez mil escudos feito pela Comissão Central de Festas.*»¹³⁷

A extinção da Comissão de Iniciativa de Turismo acontece, em 28 de maio de 1936. Com a promulgação de uma nova legislação (*decreto-Lei n.º 27 424 de 31 de dezembro de*

¹³⁶ CORREIA, Sandra – *Inventário da Documentação de Turismo do AHMC*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2009, 191 p. ISBN 978-989-8039-20-0, p. 33.

¹³⁷ AHMC, Comissão de Iniciativa e Turismo, *Atas 1923-1936 – Livro de atas da Comissão de Turismo de Coimbra*. Ata de 18 de Junho de 1924.

1936) referente à obrigação das responsabilidades turísticas serem dos municípios, sucedeu-se a decadência da Sociedade de Defesa e Propaganda e a oficialização da Associação Comercial. Como consequência cria-se ausência de uma Comissão que organizasse as Festas, o que leva a que a Câmara suporte o encargo da sua realização.¹³⁸

¹³⁸ CORREIA, Sandra – *Inventário da Documentação de Turismo do AHMC*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2009, 191 p. ISBN 978-989-8039-20-0, p. 115.

4.4 – O Fundo Especial das Festas da Rainha Santa

Já nos últimos anos antes da extinção da Comissão Iniciativa de Turismo, é relatado nos jornais que devido, aos elevados custos para a realização das Festas da Rainha Santa, a Comissão Central põe em causa a concretização das mesmas. Para responder aos dispendiosos custos da realização das festas e não as deixar cair em desuso, a Câmara decide criar um subsídio sobre os comerciantes que reverteria para um fundo especial das Festas da Rainha Santa. Este era destinado a patrocinar os custos da iluminação e da ornamentação das ruas, bem como o programa festivo.¹³⁹

A 31 de outubro de 1934, a Câmara de Coimbra apresenta uma proposta ao Ministro das Finanças, onde pretende cobrar uma taxa de 20 centavos por cada quilo de carne abatida no Matadouro Municipal, para criar um fundo especial para as festas da cidade.¹⁴⁰ A 28 de novembro é deliberado que esta taxa seja cobrada a partir do primeiro dia de dezembro.¹⁴¹ A 19 de dezembro, na ata da sessão ordinária da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, foi aprovado que para as festas da Rainha Santa, a realizar em 1936, fossem lançados e cobrados, a partir de 1 de maio até 30 de Junho, as seguintes taxas: “sobre a carne limpa \$07 por quilo; sobre o peixe \$10 por quilo; sobre os cabazes de peixe vendidos no Mercado \$40 por cada cabaz.”¹⁴²

É somente nos anos de 1934 e 1936 que existe referência à criação desta taxa especial nos anais do município de Coimbra, não existindo qualquer menção nos anos seguintes.

A 19 de fevereiro de 1939, é noticiado pelo *Diário de Coimbra* que o município pretende libertar-se da responsabilidade de organizar as festas, querendo oferecê-las aos estudantes, a fim de estes a enquadrarem na Queima das Fitas, nas Festas da Cidade.

¹³⁹ CORREIA, Sandra – *Inventário da Documentação de Turismo do AHMC*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2009, 191 p. ISBN 978-989-8039-20-0, p. 115.

¹⁴⁰ Anais do Município de Coimbra, 1920-1939. Coimbra: Biblioteca Municipal de Coimbra, 1971. p. 400.

¹⁴¹ Anais do Município de Coimbra, 1920-1939. Coimbra: Biblioteca Municipal de Coimbra, 1971. p. 401.

¹⁴² AHMC, Vereações - *Livro de atas de 14/11/1934 a 29/08/1935*. n.º 143, 1934, 150 fl.

Sendo a festa religiosa da Rainha Santa a mais amada pelo povo de Coimbra, desde logo os comerciantes e diversos devotos opuseram-se, negando a possibilidade desta situação ser concretizada.

4.5 – A Comissão Municipal de Turismo de Coimbra

No seguimento da atribuição das responsabilidades turísticas aos municípios, é criada a primeira Comissão Municipal de Turismo da cidade de Coimbra a 17 de junho de 1937. Esta Comissão tinha a competência de gerir, em nome da Câmara Municipal de Coimbra, o setor de Turismo, para o qual o município consagraria no seu orçamento uma verba específica. Além disso, a Câmara propôs-se a continuar a desenvolver a conservação e divulgação turística da cidade, começada pela Comissão de Iniciativa de Turismo.¹⁴³

De forma a realizar a parte cultural e popular das festas da Rainha Santa era indigitada, para todos os anos pares de festa, uma Comissão de Festas da Rainha Santa, subdividida em Comissão Central das Festas da Rainha Santa. Esta era composta por uma média de dez pessoas representantes de diversas entidades que participavam diretamente na realização das mesmas. Os membros que faziam parte desta Comissão representavam a Câmara Municipal, a Comissão Municipal de Turismo, a Universidade de Coimbra, a Biblioteca Municipal, a Confraria da Rainha Santa, a Diocese, a imprensa nacional e regional, a União de Grémios dos Lojistas de Coimbra, a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana (GNR). A partir de 1964, encontramos subdividida a CFRS em Comissão de Honra e Comissão Executiva. Na estrutura hierárquica da Comissão Executiva, em regra geral, o presidente da Câmara Municipal de Coimbra ocupa o lugar de presidente desta subcomissão integrante da Comissão das Festas da Rainha Santa.

Para auxiliar a CFRS eram organizadas comissões de ruas, constituídas pelos comerciantes e industriais que, unidos entre si por um sentimento de bairrismo, se empenham em contribuir para o brilhantismo das festas.

Tanto a Comissão Central como a Executiva tinham como competência angariar donativos junto dos comerciantes e industriais para a ornamentação e iluminação das ruas por onde passava a procissão. Empenhavam-se também em angariar apoios junto do governo e das entidades oficiais cidadinas para a realização de exposições (etnográficas, industriais, comerciais ou turísticas), desfiles e festivais populares, eventos folclóricos, desportivos e automobilísticos.

¹⁴³ CORREIA, Sandra – *Inventário da Documentação de Turismo do AHMC*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2009, 191 p. ISBN 978-989-8039-20-0, p. 116, p. 95.

As décadas de 1950 e 1960 são as de maior investimento nos programas festivos devido à grande diversidade de projetos de lazer. São conhecidos diversos concursos hípicas, rallies, teatros, touradas e feiras populares que dinamizavam e atraíam diversas pessoas para a cidade. Sendo este o principal objetivo, estas atividades eram as que mais geravam receitas dentro de todo o programa festivo elaborado.

A partir dos anos de 1950, durante as festas da Rainha Santa procedia-se à realização de um sorteio que revertia a favor do Refúgio da Rainha Santa Isabel, o qual tinha como objetivo albergar e proteger raparigas pobres.¹⁴⁴

Deste período marcado pela CFRS, eram editados em todos os anos de festa os programas oficiais.¹⁴⁵ Estes eram livros compostos em média por 100 páginas, constituídos com o objetivo de divulgarem o programa religioso e festivo, dinamizarem os espaços turísticos e emblemáticos de Coimbra e fazerem publicidade aos diversos negócios da cidade.

¹⁴⁴ CORREIA, Sandra – *Inventário da Documentação de Turismo do AHMC*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2009, 191 p. ISBN 978-989-8039-20-0, p. 116.

¹⁴⁵ No tópico dos anexos estão reunidos uma grande parte dos programas editados entre 1938 e 1974, O seu principal foco de interesse, centra-se nas variadas capas, que contém grafismos interessantíssimos sobre a interpretação física da Rainha Santa Isabel.

4.6 – Os Membros das Comissões de Festas da Rainha Santa

Conhece-se a estrutura e a composição das Comissões de Festas da Rainha Santa a partir de 1948. Os membros que coordenavam as Comissões estão todos, efetivamente, identificados nos programas oficiais editados para anunciar os programas religiosos e festivos da Rainha Santa. Contudo há programas que não indicam quais os responsáveis das comissões, como é o caso dos relativos aos anos de 1952, 1954, 1972 e 1974.

Constatámos que, de uma forma geral, as Comissões organizativas eram compostas por uma estrutura hierárquica, iniciada pela CMC e terminada por um representante da União de Grémios Lojistas de Coimbra. Quanto à sua estrutura organizativa, verificámos que a presença das mulheres é inexistente. Em relação à sua composição, as comissões eram construídas da seguinte forma: representante da CMC, Diocese, Confraria da Rainha Santa, Direção Geral dos Desportos, Diário de Coimbra e união de grémios lojistas de Coimbra.

A partir de 1964, a Comissão de Festas da Rainha Santa, muda de nome para Comissão Executiva das Festas da Rainha Santa. Não encontramos o motivo para esta alteração, mantendo-se contudo a mesma estrutura hierárquica e organizativa.

Abaixo, estão indicados os membros que constituíam a CFRS dos anos 1948, 1950, 1956, 1958, 1960, 1962, 1964, 1968 e 1970. Verificamos que de forma geral são os diferentes presidentes de câmara, os principais responsáveis pela coordenação da CFRS.

Comissão Central das Festas da Rainha Santa de 1948 ¹⁴⁶	Comissão Central das Festas da Rainha Santa de 1950 ¹⁴⁷
<ul style="list-style-type: none"> - José Simões; - Jaime do Nascimento Almeida; - José Carlos de Sá; - Porfírio Delgado; - José Lopes de Carvalho; - Abílio Augusto dos Santos Júnior; - Carlos Lopes; - Vitor d' Almeida; - Júlio Misarela; - Mário Vieira de Carvalho; - Ernesto Teixeira Robles; - Mário Silveira 	<ul style="list-style-type: none"> - Dr. Alberto Sá de Oliveira – <i>Representante da Câmara Municipal;</i> - Conde de Fijô – <i>Representante da Industria;</i> - Cónego Adelino da Costa Gaito – <i>Representante do Ex.^{mo} e Reverendíssimo Arcebispo Conde;</i> - Dr. Aurélio de Almeida; - Engenheiro Ruas – <i>Representante da Confraria da Rainha Santa;</i> - Dr. Martin Afonso de Castro – <i>Representante da Direção Geral dos Desportos;</i> - Dr. Álvaro dos Santos Madeira – <i>Diretor do Diário de Coimbra e representante da Imprensa;</i> - Abílio Lagôas, Mário Vieira de Carvalho, Dr. José Maria Vieira de Assis Pacheco - <i>União de Grémios Lojistas de Coimbra;</i>

Comissão Executiva das Festas da Rainha Santa de 1964 ¹⁴⁸	Comissão Executiva das Festas da Rainha Santa de 1966 ¹⁴⁹
<p>Comissão Central:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dr. Joaquim de Moura Relvas; - Cónego Urbano Duarte; - Prof. Dr. Manuel Lopes de Almeida; - Dr. António Rebelo Frutuoso de Melo; - Dr. José Miranda de Vasconcelos; - António Miranda Veloso; - Dr. José Pinto Loureiro; - Prof. Luís Reis Santos; - Prof. M. Simões Dias; - Ver. Padre José Varanda; <p>Comissão Executiva:</p>	<p>Comissão Executiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Eng^o Júlio de Araújo Vieira – <i>Presidente da Câmara Municipal de Coimbra;</i> - Prof. Doutor André Campos Neves – <i>Representante da Universidade de Coimbra</i> - Cónego Dr. Urbano Duarte – <i>representante do Ex.mo Ver.mo Arcebispo Conde de Coimbra;</i> - António Miranda Veloso – <i>Vereador da Câmara Municipal de Coimbra;</i> - Dr. Telo de Morais – <i>Representante da Confraria da Rainha Santa;</i> - Presidente da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra; - Dr. António Manuel Gomes Simões;

¹⁴⁶ Programa Oficial das Festas da Rainha Santa em Coimbra. 1948. Coimbra: Casa Minerva, 1948.

¹⁴⁷ Programa Oficial das Festas da Rainha Santa em Coimbra. 1950. Coimbra: Casa Minerva, 1950.

¹⁴⁸ Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1964. Coimbra: Tipografia Rainha Santa, 1964.

¹⁴⁹ Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1966. Coimbra: Litografia Coimbra, 1966.

<ul style="list-style-type: none"> - Presidente da Comissão Municipal de Turismo; - Presidente da União de Grémios de Lojistas de Coimbra; - Delegado do I.N.T.P; - Diretor-Delegado dos Serviços Municipalizados; - Chefe dos Serviços Municipais de Turismo; - Representante da Confraria da Rainha Santa; - Arquitecto Paiva Monteiro; - Manuel de Almeida – Comerciante; - Eng.º Augusto Simões Marta; - Fernando Simões – Comerciante; - Francisco Mendes Vaz- Comerciante; - António Marques Antunes – Comerciante; - Secretário-Geral - Chefe dos Serviços Municipais de Turismo; 	<ul style="list-style-type: none"> - António da Silva Reis; - António Simões Mizarela; - Aurélio Augusto dos Santos; - Eng.º Carlos Veloso; - Euclides Costa; - Dr. Jorge Peixoto; José Maria dos Santos; - Manuel Umbelino; - Dr. Mário Rui Costa; -Vitorino César Dória; <p>Delegados da Câmara Municipal na Comissão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diretor delegado dos Serviços Municipalizados; - Chefe da Repartição de Obras da Câmara Municipal de Coimbra; - Chefe dos Serviços Municipais de Turismo; - 1.º Bibliotecário da Biblioteca Municipal;
---	---

Comissão Central das Festas da Rainha Santa de 1956 ¹⁵⁰	Comissão Central das Festas da Rainha Santa de 1958 ¹⁵¹
<ul style="list-style-type: none"> - Avelino da Cruz; - Joaquim Lopes Cravo; - José Maria Simões; - Américo Gonçalves; - Luciano Marques dos Santos; - Cónego Abílio da Costa – representante do Ex.^{mo} Ver.^{mo} Arcebispo Conde de Coimbra; - Dr. Bento Rodrigues da Silva Marques – Representante da Confraria da Rainha Santa; - António Miranda Veloso- Representante da União de Grémios de Lojistas de Coimbra; 	<ul style="list-style-type: none"> - Presidente: António Ferreira Afonso: <i>Representante da Câmara Municipal de Coimbra;</i> - Vogais: Cónego Abílio Costa: <i>representante do Ex.^{mo} Reverendíssimo Arcebispo Conde de Coimbra;</i> - Dr. Bento Rodrigues da Silva Marques – <i>Representante da Confraria da Rainha Santa;</i> - António Miranda Veloso- <i>Representante da União de Grémios de Lojistas de Coimbra;</i> - Filipe Pais Fidalgo; - Francisco da Assunção Abelha; - Alberto Antunes Ferreira; - <i>Vogal-Secretário:</i> Amândio de Castro Bastos;

¹⁵⁰ Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1956. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1956.

¹⁵¹ Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1958. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1958.

Comissão Central das Festas da Rainha Santa de 1960 ¹⁵²	Comissão Central das Festas da Rainha Santa de 1962 ¹⁵³
<ul style="list-style-type: none"> - Dr. Joaquim Moura Relvas – <i>Presidente da Câmara Municipal de Coimbra;</i> - Cónego Abílio Costa- <i>representante do Ex.mo Reverendíssimo Arcebispo Conde de Coimbra;</i> - Capitão José Henrique Frias- <i>Representante do Ex.mo Senhor General Comandante da 2.ª Região Militar;</i> - Dr. José Miranda Vasconcelos – <i>Presidente da Comissão Municipal de Turismo;</i> - Engenheiro José dos Reis Gonçalves- <i>Presidente da Confraria da Rainha Santa Isabel;</i> - António Miranda Veloso – <i>Presidente da União de Grémios de Lojistas de Coimbra;</i> -Dr. Manuel de Oliveira Chaves e Castro Correia da Encarnação- <i>Encarregado dos Serviços de Turismo de da C.M.;</i> - Engenheiro Augusto Simões Martha; - José Alves de Carvalho Novais; - Leonel S. Castro Sereno; - António Simões Mizarela Júnior; - Manuel de Almeida; - Dr. Álvaro Santos Madeira – <i>Diretor do Jornal Diário de Coimbra;</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Dr. José Miranda Vasconcelos – <i>Presidente da Comissão Municipal de Turismo;</i> - Rev. Dr. José Graça Antunes – <i>representante do Ex.mo Reverendíssimo Arcebispo Conde de Coimbra;</i> - Engenheiro José dos Reis Gonçalves- <i>Presidente da Confraria da Rainha Santa Isabel;</i> - Dr.ª D. Maria José Bacelar – <i>Vereadora do Pelouro de Instrução da Câmara Municipal de Coimbra;</i> - Manuel Almeida – <i>Representante da União de Grémios de Lojistas de Coimbra;</i> - Dr. Álvaro dos Santos Madeira – <i>Diretor do Jornal Diário de Coimbra;</i> - Dr. Carlos Figueiredo Nunes; - Jaime Nascimento de Almeida; - José Carlos de Sá; - António Simões Mizarela Júnior; - Carlos Lopes;

Comissão Executiva das Festas da Rainha Santa de 1968 ¹⁵⁴	Comissão Executiva das Festas da Rainha Santa de 1970 ¹⁵⁵
<p>Comissão de Honra:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Engº José Horácio de Moura – <i>Governador Civil;</i> - Engº Júlio Araújo Vieira – <i>Presidente da Câmara Municipal;</i> - D. Francisco de Rendeiro – <i>Bispo de Coimbra;</i> - Prof. Doutor António Jorge Andrade Gouveia – <i>Reitor da Universidade;</i> - Prof. Doutor Fernando Baeta Bissaya Barreto – <i>Presidente da Junta Distrital;</i> - Dr. Mário Faria – <i>Presidente da Confraria da Rainha Santa;</i> - António Maria Miranda Veloso – <i>Presidente da União de Grémios da Lojistas;</i> 	<p>Comissão Executiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Presidente - <i>Presidente da Câmara Municipal de Coimbra;</i> - Secretário - <i>Chefe dos Serviços Municipais de Turismo;</i> - Tesoureiro – <i>Manuel Almeida (comerciante);</i>

¹⁵² Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1960. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1960.

¹⁵³ Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1962. Coimbra: Tipografia Rainha Santa, 1962.

¹⁵⁴ Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1968. Coimbra: Litografia Coimbra, 1968.

¹⁵⁵ Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1970. Coimbra: Litografia Coimbra, 1970.

4.7 – Os relatórios da Comissão de Festas da Rainha Santa de 1952, 1954 e 1956

O relatório de contas da Comissão de Festas da Rainha Santa é apresentado nesta investigação como um complemento de informação que elucida as despesas e receitas obtidas durante a organização das festas da Rainha Santa. Apenas, conhecemos, todavia, os relatórios relativos aos anos de 1952, 1954 e 1956, pois são os únicos que enquadram o espólio documental da Comissão das Festas da Rainha Santa disponíveis no Arquivo Histórico do Município de Coimbra.

Embora sejam poucos anos, os quadros expostos mostram-nos o grande volume de receitas necessárias para a realização das festividades sobretudo profanas ou civis. Além disso, também se mostraram como uma ótima fonte de conhecimento das atividades realizadas, elucidando, finalmente, o volume financeiro de donativos entregues pelos comerciantes e pela Câmara Municipal.

Pela análise dos três relatórios, verificou-se que a capacidade de receitas financeiras da CFRS provém em grande parte dos donativos dos comerciantes e dos industriais de Coimbra, da Câmara Municipal, assim como das receitas dos programas festivos propriamente considerados. Sobre as despesas analisa-se que foram as ornamentações e iluminações das ruas, as mais dispendiosas da organização das festas.

De seguida são apresentados os relatórios de contas de 1952, 1954 e 1956, da CFRS, onde é possível verificar as receitas e despesas que eram necessárias para a realização das festividades. No final de cada relatório, é apresentado o saldo obtido entre o cálculo do volume das despesas e o volume de receitas obtidas.

Podemos pressupor que nem sempre as festas produziram lucro, pois no ano de 1952, houve um saldo negativo de 8\$949.90 (oito contos, novecentos e quarenta e nove escudos e noventa centavos). Contudo, o lucro das festas varia consoante os anos de maior ou menor afluência de pessoas a participar nas Festas da Rainha Santa. A análise dos relatórios permite-nos verificar que é nas ornamentações e iluminações de ruas, que existe um maior volume de despesa, enquanto que, ao nível de receitas, o maior volume assenta nos donativos fornecidos pelos comerciantes, industriais, povo e Câmara Municipal, à CFRS.

Relatório de contas da Comissão de Festas da Rainha Santa de 1952

Despesas ¹⁵⁶		Receitas ¹⁵⁷	
	Valor		Valor
Iluminações- Parque e Ruas	150\$000.00	Donativos – Comercio, Industria e outros	4\$280.00
Ornamentações das ruas principais	123\$000.00	Donativos – Camara Municipal	293\$000.00
Ornamentações das outras ruas	60\$000.00	Subsídios – Comissariado do desemprego	10.000.00
Fogo-de-artificio	51\$500.00	Festivais no Parque	111\$925.00
Bandas – Diversas bandas de música	33\$000.00	Festivais Desportivos	63\$287.50
Atracções do parque	109\$444.70	Festivais - ...	16\$330.00
Atracções Orquestras	22\$510.00	Festivais - Teatro	10\$030.00
Atracções Teatro	1\$875.50	Percentagem da Feira Popular	15\$169.20
Pavilhões, Bancadas, Coretos e cadeiras	25\$645.30	Aluguer de cadeiras, etc.	46\$266.00
Propaganda – Cartaz, propaganda, programas e selos	2\$100.00	Donativos – Comércio e Industria	214\$622.20
Propaganda – Rádio e Imprensa	1000\$00		
Despesas gerais – Impressos, selos de correio, papel, etc	20\$769.30		
Despesas gerais – Outras despesas eventuais	8\$744.10		
Festivais desportivos	58\$143.30		
Despesas gerais – Outras despesas eventuais	126\$127.60		
Total: 793\$859.80		Total: 784\$909.90	
			Saldo: – 8\$949.90

No ano de 1952, a CFRS registou um total de despesas de 793.859\$59 (setecentos e noventa e três contos, oitocentos e cinquenta e nove escudos e oitenta centavos). De receitas teve um total de setecentos e oitenta e quatro contos, novecentos e nove escudos e noventa centavos. Portanto, neste ano a CSFR teve um saldo negativo de oito contos, novecentos e quarenta e nove escudos e noventa centavos.

¹⁵⁶ AHMC, Comissão Municipal de Turismo, Comissão de Festas da Rainha Santa – *Festas da Rainha Santa. Despesa. 1952.* p. 1-10.

¹⁵⁷ AHMC, Comissão Municipal de Turismo, Comissão de Festas da Rainha Santa – *Festas da Rainha Santa. Receita. 1952.* p. 1-10.

Relatório de contas da Comissão de Festas da Rainha Santa de 1954

Despesas ¹⁵⁸		Receitas ¹⁵⁹	
	Valor		Valor
Iluminações	150.000\$00	Donativos	356.280\$60
Aquisições de cadeiras	15.000\$00	Festivais	
Ornamentações	76.400\$00	Rally	260.266\$60
Fogo de artifício e de salvas	60.160\$00	Exposições	
Músicas	25.900\$00	Concessão das exploração das atrações na Feira dos 23	19.965\$00
Marchas Luminosas	16.420\$00	Concessão do exclusivo do Programa Oficial	104.585\$00
Festivais no Parque da Cidade	108.874\$70	Vedação do Parque da Cidade	30.000\$00
Propaganda	15.279\$90	Venda de blocos de cimento	
Exposições	168.492\$40	Aluguer de cadeiras	
Vedação no Parque da Cidade	11.252\$30	Juros – 31/12/54	6.000\$00
Rallye	17.018\$50		
Festa das Costureiras	317\$00		
Festival em Santa Cruz	2.662\$50		
Despesas diversas	28.559\$50		
			14.591\$20
			460\$00
			22.820\$00
			441\$20
Total: 696.336\$80		Total: 815.409\$60	
			Saldo: 119\$072.80

No ano de 1954, a CFRS registou um total de despesas de 696.336\$80 (seiscentos e noventa e seis contos, trezentos e trinta e seis escudos e oitenta centavos). De receitas produziu 815.409\$60 (oitocentos e quinze contos, quatrocentos e nove escudos e sessenta centavos). Obteve um lucro de cento e dezanove contos, setenta e dois cêntimos e oitenta centavos.

¹⁵⁸ AHMC, Comissão Municipal de Turismo, Comissão de Festas da Rainha Santa – *Relatório das Festas da Rainha Santa. Despesa. 1954.*

¹⁵⁹ AHMC, Comissão Municipal de Turismo, Comissão de Festas da Rainha Santa – *Relatório das Festas da Rainha Santa. Despesa. 1954.*

Relatório de contas da Comissão de Festas de 1956

Despesas ¹⁶⁰		Receitas ¹⁶¹	
	Valor		Valor
Vedação do Parque da Cidade	9.873\$00	Saldo das comissões anteriores	124.178\$30
Concurso de Trajes Regionais	1.709\$30	Donativos	135.503\$00
Impostos	570\$00	Parque de Atrações	30.000\$00
Feira do Livro	2.240\$00	Feira do Livro	817\$00
Fogo	75.647\$70	Auto da Rainha Santa	80.350\$00
Músicas	48.300\$00	Festivais no Mercado do Calhabé	2.144\$10
Iluminações	193.125\$40	Venda de Cartazes	402\$50
Cadeiras	38.579\$20	Vedação do Parque da Cidade	17.700\$00
Programa Oficial	14.067\$90	Programa Oficial	19.549\$70
Propaganda	19.644\$30	Exposição Industrial	140.807\$70
Ornamentações	205.498\$80	Aluguer de Cadeiras	48.210\$00
Festivais no Parque	151.208\$10	Festivais no Parque	182.490\$00
Selos de correio e fiscais	1.108\$00	Diversos	114\$60
Rally	172\$50	Saldo do Sorteio	298.481\$30
Auto da Rainha Santa	103.866\$80	Juros do Banco em 31/12/56	651\$40
Pessoal	8.950\$00		
Impressos	2.575\$50		
Artigos de expediente	1.092\$10		
Exposição Industrial	139.885\$40		
Diversos	17.942\$40		
Total: 1.035.966\$40		Total: 1.081.399\$60	
			Saldo: 45.433\$20

No ano de 1956, a CFRS teve como despesas um total de 1035.966\$40 (mil e trinta e cinco contos, novecentos e sessenta e seis escudos e quarenta centavos). De receitas obteve 1081.399\$60 (mil e oitenta e um contos, trezentos e noventa e nove escudos e sessenta centavos). De lucro as festas deste ano produziram quarenta e cinco contos, quatrocentos e trinta e três escudos e vinte centavos.

¹⁶⁰ AHMC, Comissão Municipal de Turismo, Comissão de Festas da Rainha Santa – *Festas da Rainha Santa. Relatório e contas. 1956.p. 1-50*

¹⁶¹ AHMC, Comissão Municipal de Turismo, Comissão de Festas da Rainha Santa – *Festas da Rainha Santa. Relatório e contas. 1956.p. 1-50*

4.8 – O feriado municipal da cidade de Coimbra a 4 de julho

A investigação do feriado municipal da cidade surge como um ponto de relevado interesse neste estudo, para entendermos a consideração e a ponderação que o município de Coimbra teve na escolha da data da morte da Rainha Santa Isabel - o 4 de julho.

A história da data do feriado é antiga. No decorrer do século XX, existiram diversas épocas em que o feriado municipal foi alterado devido a diferentes propostas e argumentos expostos pelos presidentes ou vereadores.

Para melhor entendermos a existência deste feriado, convém primeiro, analisar os factos históricos que promoveram a existência dos feriados municipais nos concelhos.

A compreensão deste ponto leva-nos a analisar dois períodos importantes na história de Portugal no século XX, primeiro a República e segundo o Estado Novo.

Com a República, implementada em 5 de outubro de 1910, como se sabe, a 20 de abril de 1911 legislou-se a separação do Estado das Igrejas. Com efeito, os dias considerados santificados passam a ser dias úteis e de trabalho e todos os feriados relacionados com a Família Real e os de cariz político da Monarquia Constitucional, são abolidos. Os feriados eram só os da Nação, comunidade cívico-política, excluindo os dias santificados pela Igreja, dias que o Estado não reconhecia.¹⁶²

Com a institucionalização do Estado Novo, em abril de 1933, a aprovação de uma nova Constituição permitiu o florescimento de uma relação de equilíbrio entre o Estado e a Igreja. Contudo, durante um período de aproximadamente vinte anos, o Estado continuou a celebrar o calendário comemorativo republicano. Porém, permitiu a todos os católicos que estivessem ao seu serviço, o cumprimento dos seus deveres religiosos.¹⁶³

Somente a 4 de janeiro de 1952, com o decreto n.º 38.596, é que os dias santificados pela Igreja voltam a ser reconhecidos oficialmente pelo Estado. Mas, devido ao poder político centralizador, os feriados municipais deixam de existir, subsistindo apenas os que estivessem ligados a verdadeiras festas tradicionais características dos concelhos. Nesse

¹⁶² Andrade, Luís Oliveira e Torgal, Luís Reis – *Feridos em Portugal. Tempos de memória e de sociabilidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. ISBN 978-989-26-0296-7, p 85.

¹⁶³ Andrade, Luís Oliveira e Torgal, Luís Reis – *Feridos em Portugal. Tempos de memória e de sociabilidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. ISBN 978-989-26-0296-7, p. 97-98.

sentido, o Governo, através do Ministério do Interior ou do Ultramar, permite que, as respetivas câmaras municipais, considerem feriado, o dia consagrado a tais festas.

Somente depois do 25 de Abril, com o decreto n.º 394/74 de 21 de Agosto de 1974, através de confirmação governamental, é que se permite aos municípios escolherem a data do seu feriado, obrigatoriamente relacionado com as festas tradicionais e dias históricos com significado para a vida do concelho.¹⁶⁴

Sobre a questão do município de Coimbra, é a 12 de julho de 1960 que se verificou a primeira argumentação sobre a escolha do feriado municipal. Neste ano foi aprovado pela Comissão Cultural a escolha do dia 1 de março, para data do feriado, por essa data celebrar a fundação da Universidade. Do resumo da ata sobre a escolha do feriado municipal, exposto nos anais do município de Coimbra de 1960, verifica-se que, embora a opinião tenha sido unânime na escolha do dia, existiram distintas opiniões quanto à importância e visibilidade que a Universidade trazia para o município.

Por pertencer ao senado da universidade, o Professor Doutor Afonso Rodrigues Queiró, elemento presente na reunião, foi o primeiro a propor a escolha da data da fundação da universidade, 1 de Março, referindo os seguintes argumentos: *“É certo que a Universidade foi criada por D. Dinis para funcionar em Lisboa, mas também é certo que a instituição, apesar de transferências várias, é a mesma que foi criada em 1290 e se radicou em Coimbra há séculos, por tal forma que se pode considerar intimamente associada ao nome da cidade. Trata-se de uma homenagem da cidade à instituição que lhe dá nome internacional e que sem dúvida, constitui a sua instituição mais relevante entre as que têm aqui a sua sede. Bem merece a Universidade, disse.”*¹⁶⁵

O Professor Doutor Bissaya Barreto, outro elemento da reunião, concordando com a proposta, apresenta uma justificação diferente para a escolha do dia: *“Aprovo a proposta do Senhor Professor Queiró, proposta que representa uma homenagem à Universidade prestada pela cidade de Coimbra, apesar da cidade não encontrar habitualmente a Universidade em defesa dos seus interesses, ou no conjunto de melhoramentos de que necessita. O meu voto assenta no facto de se ver a Universidade como grande e prestigiosa instituição merecedora*

¹⁶⁴ Andrade, Luís Oliveira e Torgal, Luís Reis – *Feridos em Portugal. Tempos de memória e de sociabilidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. ISBN 978-989-26-0296-7, p. 147.

¹⁶⁵ Anais do Município de Coimbra, 1960-1969. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2008, p.155.

*dessa prova de apreço, independente da atuação do Senado a que o Senhor professor Queiró se referiu, nem sempre de utilidade ao desenvolvimento e engrandecimento da cidade (...)*¹⁶⁶

Contudo, a escolha da data não foi aceite pela Direção Geral da Administração Política e Civil. A 25 de agosto de 1960, esta entidade não autoriza a celebração do feriado da cidade em 1 de março, pois, de acordo com o artigo 4 do Dec. 38 596 da DGAPC, o governo só permite que as Câmaras Municipais considerem feriado municipal, as festas tradicionais e características de cada município, facto esse, que não se verificou em tais circunstâncias em Coimbra, relativamente ao dia 1 de março.¹⁶⁷

É somente a 14 de outubro de 1969 que se resolve definitivamente a escolha do dia para o feriado municipal. Por proposta É através do vereador Engenheiro Azevedo Sobral foi discutida novamente esta questão, lançando-se a hipótese do dia 4 do Julho (dia da morte da Rainha Santa) para feriado. Depois de larga troca de opiniões, deliberou-se que seria esta, a data escolhida para o feriado municipal.¹⁶⁸

A 30 de junho de 1970, circulou pela cidade uma petição, assinada por mais de 2.000 pessoas para consolidar o dia 4 de julho. A 6 de agosto de 1970, o Governo aprova pelo Decreto 366/70, o dia 4 de julho como feriado municipal de Coimbra.

Contudo, a escolha da data não teve como primeira opção a data relacionada com a morte da Rainha Santa. A proposta do dia 1 de março, em que se celebra a fundação da Universidade, não foi aceite, o município escolheu a atual data impondo-a em detrimento da primeira. Contudo, através da petição acima referida, verificamos que, o sentimento de bairrismo criado em torno da fé à Rainha Santa, foi o elemento que consolidou a escolha do dia 4 de Julho para a data do feriado municipal. Por isso, na nossa opinião, a escolha da atual data do feriado é o resultado da vontade e da manifestação da fé do povo de Coimbra ao culto da Rainha Santa Isabel.

¹⁶⁶ Anais do Município de Coimbra, 1960-1969. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2008, p.155.

¹⁶⁷ Anais do Município de Coimbra, 1960-1969. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2008, p.160.

¹⁶⁸ AHMC, Vereações - Livro de atas de 26/08/1969 a 09/12/1969. n.º 244, 1969, fl 43.

5 – Conclusão

Procurou-se com este trabalho estabelecer duas linhas principais de investigação, que permitissem compreender o seu principal propósito. Em primeiro, a evolução histórica da procissão da Rainha Santa ao longo do século XX, em segundo, a participação e os seus contextos da Câmara Municipal de Coimbra nas festas da Rainha Santa.

Primeiramente gostaríamos de referenciar as dificuldades encontradas no decorrer da nossa investigação. Estas prendem-se com o facto da inexistência de publicações relacionadas com este tema no século XX. Assim, baseamos a nossa investigação em fontes manuscritas e impressas.

Em relação às fontes manuscritas recorreremos à consulta do Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel e do Arquivo Histórico Municipal de Coimbra.

Sobre as fontes impressas recorreu-se à utilização dos periódicos *O Tribuno Popular* e o *Gazeta de Coimbra*, sendo que este último, na nossa opinião, foi um dos principais instrumentos de notícia dos diversos acontecimentos e problemáticas que marcaram a procissão ao longo do século transato. Assume, assim sendo, um forte papel informativo como também impulsionador, entre os meios de comunicação social de Coimbra, na divulgação dos programas festivos. Também se constatou que não existe um arquivo de imagens das procissões até aos anos 70, a não ser as pequenas fotografias que ilustravam as notícias dos episódios, o que se tornou comum sensivelmente a partir da década de 1950.

Para além disso, na tentativa de reunir todas as edições das revistas sobre os programas das festas, verificou-se que não existe um arquivo ou uma biblioteca específica com todos os números compilados. Assim, dos programas festivos que se recolheram, constatámos que só recorrendo a particulares se consegue reconstruir essa série editorial. Faria sentido, sublinhe-se, a existência de um centro de documentação e de estudo da Rainha Santa Isabel que ruine-se este tipo de fontes e de informação histórica.

Seguidamente, cumprirá destacar a utilidade deste trabalho para o conhecimento das práticas de culto e de devoção à Rainha Santa Isabel na Coimbra do século XX. Refira-se, neste campo, a importância da contribuição do Dr. António Garcia de Vasconcelos, com a sua obra *“Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)”* de 1891-1894, obra que nos guiou no início desta investigação. Procurámos complementar este estudo através de uma análise,

alguns pontos mais pormenorizada, das procissões em honra e louvor da Santa Rainha ao longo do século XVIII e XIX. Considerámos que existiam algumas lacunas históricas sobre os atos processionais realizados nos séculos acima mencionados, os quais pretendemos colmatar no ponto intitulado *“Procissão da Rainha Santa em Coimbra. Principais contextos e práticas religiosas nos séculos XVIII e XIX”*.

Procuramos também com os capítulos *“A procissão da Rainha Santa Isabel no século XX”* e *“Contextos e Influências da Câmara Municipal de Coimbra”* evidenciar novos dados. Assim, no primeiro capítulo mencionado neste parágrafo, propusemo-nos transmitir novas informações sobre a procissão da Rainha Santa no século XX, tais como, a sua organização e composição, os itinerários que percorriam e uma compilação de todas as datas das festas e procissões realizadas entre 1894 a 1974. Pelo segundo capítulo referido, evidenciou-se o significado do papel da CMC na organização das festas da Rainha Santa. Este destacou-se como o principal foco do nosso trabalho, para o entendimento mais refletido do culto e das manifestações processionais dedicados a Santa Isabel de Portugal.

A título de balanço conclusivo, dever-se-á reconhecer que Coimbra não dispõe, ainda de um estudo ou publicação sobre a história da CRSI no século XX, o que impossibilita o aprofundamento, por ora, da investigação. Após a análise específica sobre o culto desenvolvido entre nos séculos XVII e XIX, concluímos que nos fins do século XIX a procissão adquiriu uma maior expressividade no imaginário religioso do povo de Coimbra.

Na continuidade da conclusão do ponto 2 supra referido, referencia-se agora, que no subponto 2.2, *“A procissão de Cera dos irmãos da Confraria da Rainha Santa”*, situada nas obrigações da CRSI do segundo compromisso de 1647, era uma procissão vespertina, que se realizava nesse tempo, por intenção das almas dos irmãos da Confraria, sucedida, depois, pela procissão maior e mais solene da Rainha Santa.

Em relação ao terceiro ponto deste trabalho, *“A procissão da Rainha Santa Isabel no século XX”*, conclui-se que através da leitura das diversas notícias publicadas, as procissões, evidenciam-se em detrimento de outras, levando-nos a crer que esta procissão será a mais importante e a maior da cidade de Coimbra neste período. E foi neste contexto de afirmação e ressurgimento do culto à Rainha Santa, que se procedeu à oferta, pela rainha D. Amélia, à Confraria, da nova imagem da Rainha, da autoria de Teixeira Lopes.

Consoante as informações dos periódicos no subponto 3.4 “*Programas das festas de 1894 a 1974*”, pudemos elencar, para alguns anos, o número de participantes que assistiam às festas. Embora não sejam dados absolutos, suportam a afirmação acima mencionada.

Sobre o último subponto mencionado, que cremos de grande importância nesta investigação, referimos que foi a principal fonte de estudo que nos permitiu conhecer as diversas procissões realizadas, para entendermos a história dos atos processionais dedicados a Santa Isabel. Através dele, devido à situação política conflituosa do País, nas vésperas da proclamação da República, não há registo, nem nos periódicos, nem nos documentos do arquivo da CRSI, de qualquer procissão realizada entre 1908 e 1914.

As festividades e procissões retornam no ano seguinte, em 1915, pela iniciativa da CRSI, onde verificamos que na realização das mesmas, não foi seguido o preceituado no terceiro compromisso, por ela estabelecido em 1883, determinando-se que as procissões teriam lugar de dois em dois anos. Nas datas apresentadas, verificamos que as festas da Rainha Santa são realizadas todos os dois anos. Mas, entre 1915 a 1929, as procissões realizaram-se todos os anos. Contudo, nos anos ímpares, do período acima mencionado, encontramos a realização de pequenas procissões, celebradas nos claustros do Mosteiro de Santa Clara, ou a circundar a capela da Nossa Senhora da Esperança ou a ir ao antigo Mosteiro de Santa Clara e regressar para o novo. A partir de 1930, verifica-se que as festas e as procissões se passam a realizar de dois em dois anos.

Uma vez que os cortejos religiosos eram da responsabilidade da Confraria, a resposta para este facto, não se encontra no arquivo da CRSI, pois não existe nenhuma informação sobre as suas atividades entre 1907 e 1914.

Como conclusão do ponto 4, “*Contextos e Influências da Câmara Municipal de Coimbra*”, podemos referir que a participação da CMC divide-se em duas fases, que estão diretamente ligadas com o grau de responsabilidade na intervenção do município e a sua política na área do turismo municipal

Na primeira, que se inscreve no período entre 1910 a 1936, verificamos que a CMC não tem responsabilidades diretas na organização das festas da Rainha Santa, mantendo somente uma posição honorífica na CCFRS. Situação que se altera na segunda fase que entre 1936 e 1974, com a criação da CMTC, na qual as suas responsabilidades estão intrinsecamente ligadas à organização das festas, interpretando-se esta atitude, como uma tentativa de “nacionalização” das festas religiosas pelo regime do Estado Novo. Porém,

ressalvamos que foi neste período que as festas e procissões atraíram maior número de participantes, com valores nunca antes registados, o que se justificará também, entre outras razões, pelo esforço de engrandecimento e de “espetacularidade” das festas, do esplendor das cenografias processionais e do dinamismo catequético e espiritual promovidos pelos diversos programas temáticos inseridos nas festividades.

Outro aspeto, que distingue estes dois períodos, prende-se com o facto de que durante a segunda fase encontramos mais entidades ligadas à realização das festas, sendo que a principal diferença, face ao período anterior, reside na mudança de posição da CMC. Neste período, encontramos como primeira figura hierárquica da organização das festas, o presidente da CMC, facto não se verificava na primeira fase.

Para finalizar este balanço conclusivo, em que se sublinharam as ideias-chave trabalhadas neste estudo, dever-se-á constatar que com o surgimento da Comissão Municipal de Turismo, a CMC utiliza as festas da Rainha Santa no mês de Julho para criar e desenvolver uma política cultural de dinamização turística no seu município. Este facto é constatado através da edição das diversas revistas e cartazes, responsáveis pela divulgação do programa das festas e das procissões, referenciados no subponto 6.1 *“Programas Oficiais das Festas da Rainha Santa”*, que possuem particularidades gráficas, até então não utilizadas, reforçando-se aqui, uma vez mais, o quadro integrador ideológico e “nacionalizante”, pelo uso da imagem impressa, das festas da Rainha Santa durante a vigência do Estado Novo.

6 – Anexos

6.1 – Programas Oficiais das Festas da Rainha Santa

As imagens seguintes correspondem aos diversos grafismos das capas das revistas editadas para divulgarem e promoverem as festas da Rainha Santa.

Verificámos que não existe um sítio em que se reúnam todas essas edições. O que se pôde consultar, neste ponto, foi graças à colaboração de particulares.

Reuniu-se o máximo de edições possíveis, para se mostrar a qualidade artística dos grafismos, mas também para sublinhar que esta iniciativa de divulgação das festas corresponde à tentativa de ideologização das festas religiosas do Estado Novo. Em todos os anos da festa, realizava-se um concurso pelo Município de Coimbra, aberto a para todos os artistas do país que quisessem concorrer, de forma a eleger-se o melhor desenho para a capa das revistas. Destaca-se de todos os elementos reunidos, os grafismos que retratam as diversas representações da imagem da Rainha Santa Isabel, elaborados no período entre os anos 50 e 60.

Pressupondo-se que o auge dos grafismos assenta num período entre 1936 a 1974, infelizmente não se conseguiu reunir todos os programas, faltando os números de 1940, 1942, 1944, 1952,

Estas revistas eram editadas todos os anos de festas, com o objetivo de divulgar, informar e promover, junto dos leitores, o programa festivo e religioso das festas. Eram compostas por cerca de 80 páginas, fazendo publicidade aos mais variados tipos de comércio existentes em Coimbra, bem como informações sobre os diversos pontos de interesse turístico da cidade, sendo colmatas com os programas festivos e religiosos.

Apresentam-se, nas páginas seguintes, de forma progressiva, da mais antiga para a mais recente, através do seu nome, ano, organizador gráfico e local de impressão. Porém, ressalva-se, que em alguns programas não existe informação sobre as duas últimas categorias referidas. Contudo, concluímos que uma grande parte das revistas dos anos 50 e 60, são compostas pelos organizadores gráficos, tais como F. Coroadó, Armando Correia Umbelino e Fausto Marques.



Nome: Programa Oficial das Festas da Rainha Santa de Coimbra

Ano: 1938

Organização Gráfica: Adelino dos Santos

Local de impressão: Apartado 141, Lisboa ¹⁶⁹

¹⁶⁹ Programa Oficial das Festas da Rainha Santa em Coimbra. 1938. Coimbra.



Nome: Programa Oficial das Festas da Rainha Santa de Coimbra

Ano: 1946

Organização Gráfica: Armando Umbelino, A. Castro, Amandio Bastos e F. Marques

Local de impressão: Casa Minerva – Avenida Navarro, Coimbra¹⁷⁰

¹⁷⁰ Programa Oficial das Festas da Rainha Santa em Coimbra. 1946. Coimbra.



Nome: Programa Oficial das Festas da rainha Santa

Ano: 1948

Organização Gráfica: Amândio Bastos

Local de impressão: Casa Minerva – Coimbra¹⁷¹

¹⁷¹ *Programa Oficial das Festas da Rainha Santa* em Coimbra. 1948. Coimbra: Casa Minerva, 1948.



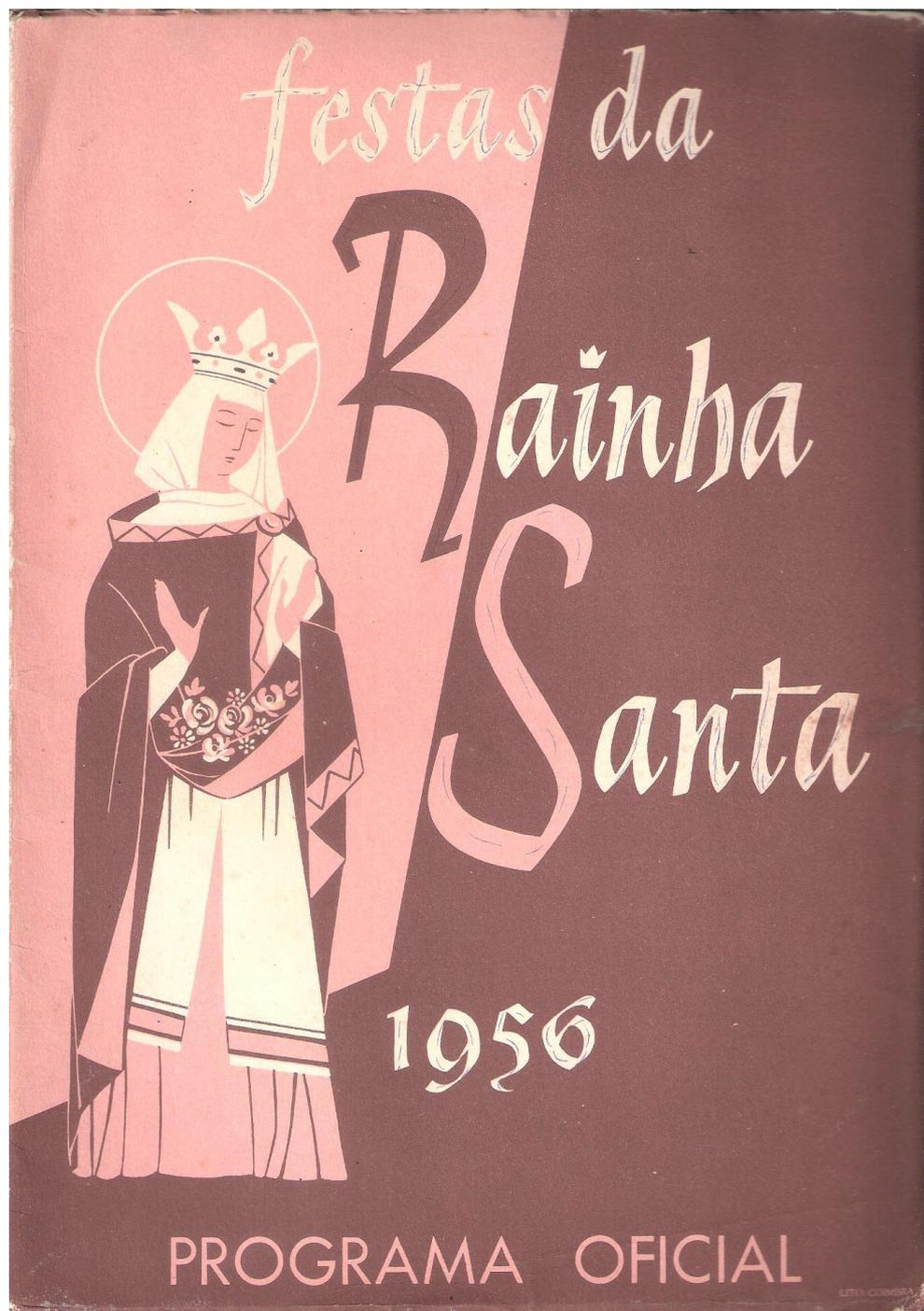
Nome: Programa Oficial das Festas da Rainha Santa

Ano: 1950

Organização Gráfica: António Victorino

Local de impressão: Casa Minerva, Avenida Navarro, 42 – Coimbra¹⁷²

¹⁷² Programa Oficial das Festas da Rainha Santa em Coimbra. 1950. Coimbra: Casa Minerva, 1950.



Nome: Programa Oficial das Festas da Rainha Santa

Ano: 1956

Organização Gráfica: Desconhecido

Local de impressão: Desconhecido¹⁷³

¹⁷³ Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1956. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1956.



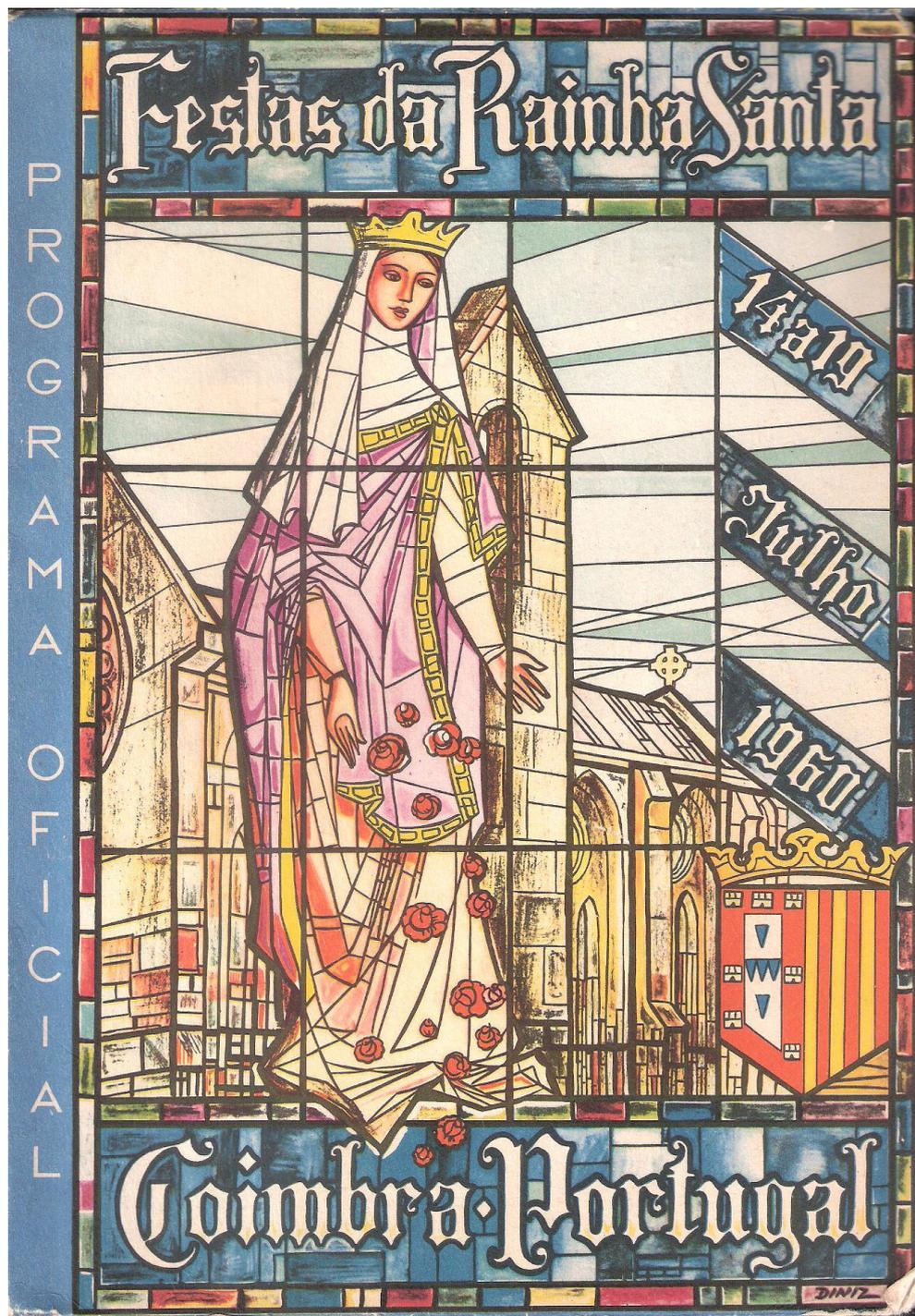
Nome: Programa Oficial das Festas da Rainha Santa

Ano: 1958

Organização gráfica: F. Coroado

Local de impressão: Oficinas da Atlantida – Coimbra¹⁷⁴

¹⁷⁴ Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1958. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1958.



Nome: Programa Oficial das Festas da Rainha Santa

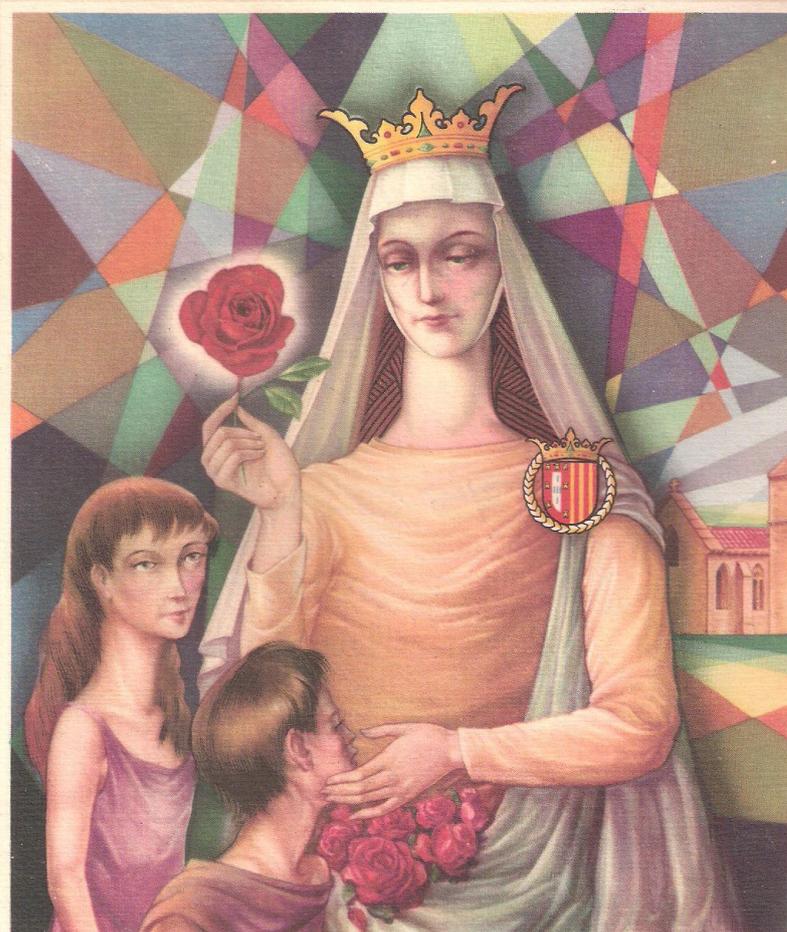
Ano: 1960

Organização Gráfica: Armando Correia Umbelino e Fausto Marques

Local de impressão: Tipografia da Atlântida – Coimbra¹⁷⁵

¹⁷⁵ Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1960. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1960.

FESTAS DA RAINHA SANTA



LITO-COIMBRA

LAMTEL sobre um desenho de P. NUNES PEREIRA

12 A 17 · JULHO · 1962

COIMBRA-PORTUGAL

PROGRAMA OFICIAL

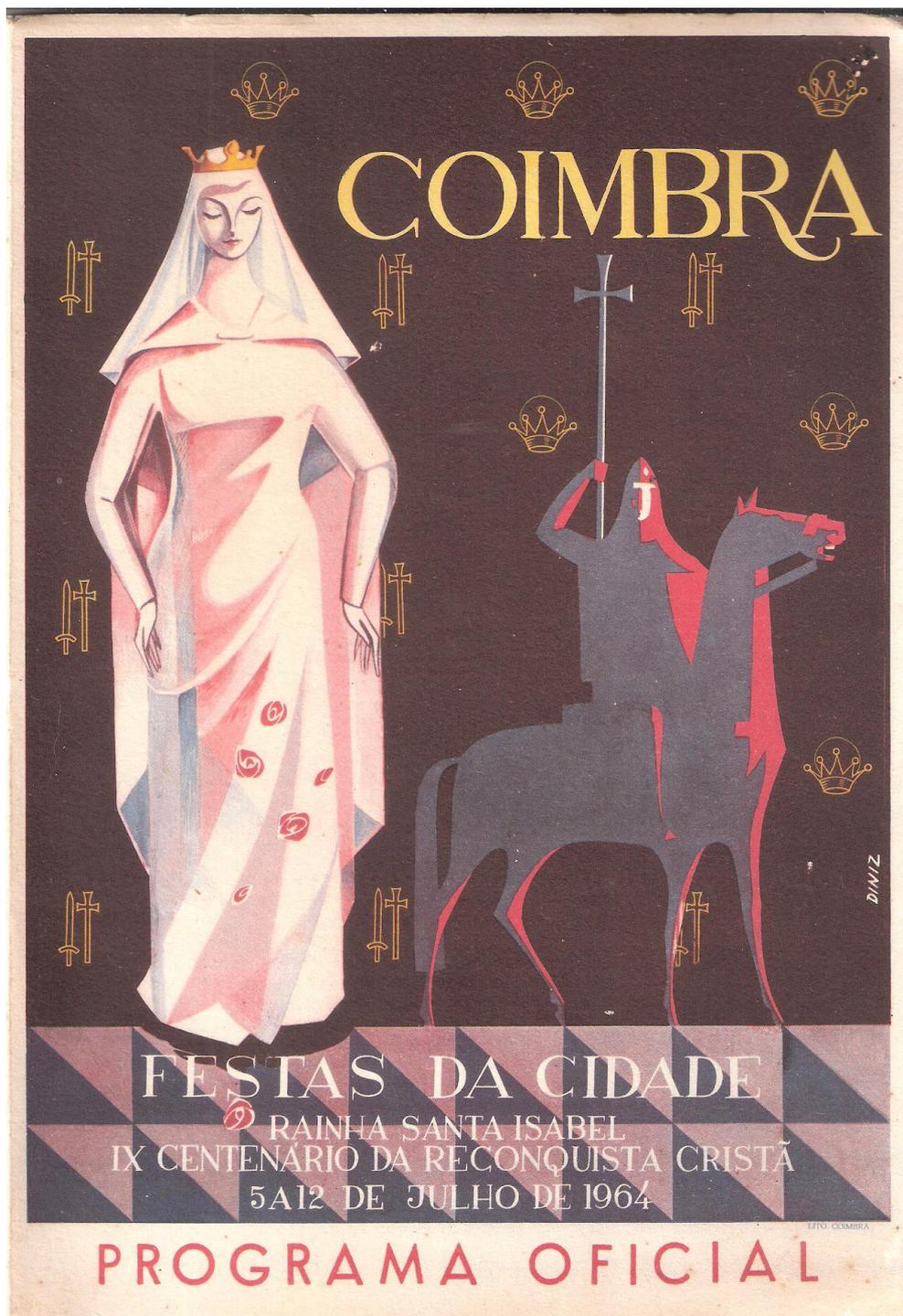
Nome: Programa Oficial das Festas da Rainha Santa

Ano: 1962

Organização gráfica: Nunes Pereira

Local de impressão: Oficinas da Tipografia Rainha Santa – Av. Sá da Bandeira, 12 a 16 - Coimbra¹⁷⁶

¹⁷⁶ Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1962. Coimbra: Tipografia Rainha Santa, 1962.



Nome: Programa Oficial das Festas da Cidade. Rainha Santa Isabel. IX Centenário da Reconquista Cristã

Ano: 1964

Organização gráfica: Armando Correia Umbelino e Fausto Marques

Local de impressão: Litografia Coimbra¹⁷⁷

¹⁷⁷ Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1964. Coimbra: Tipografia Rainha Santa, 1964.



Nome: Programa Oficial das Festas da Rainha Santa

Ano: 1966

Organização gráfica: Armando Correia Umbelino e Fausto Marques

Local de impressão: Litografia Coimbra¹⁷⁸

¹⁷⁸ *Programa Oficial das Festas da Rainha Santa*. 1966. Coimbra: Litografia Coimbra, 1966.



Nome: Programa Oficial das Festas da Rainha Santa

Ano: 1968

Organização gráfica: Armando Correia Umbelino e Fausto Marques

Local de impressão: Desconhecido¹⁷⁹

¹⁷⁹ Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1968. Coimbra: Litografia Coimbra, 1968.



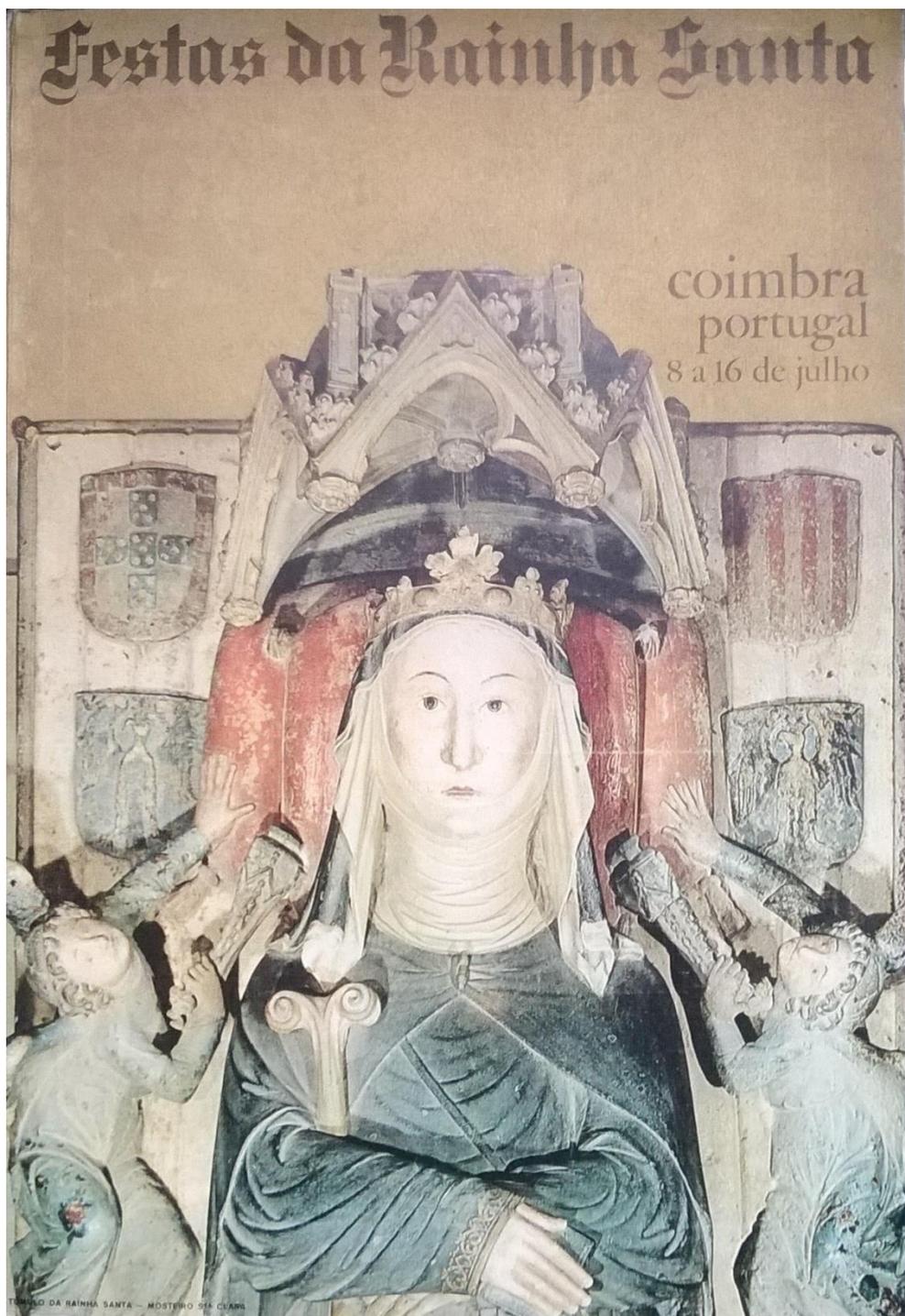
Nome: Programa das Festas da Rainha Santa de Coimbra

Ano: 1970

Organização gráfica: F. Coroado

Local de impressão: desconhecido¹⁸⁰

¹⁸⁰ Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1970. Coimbra: Litografia Coimbra, 1970.



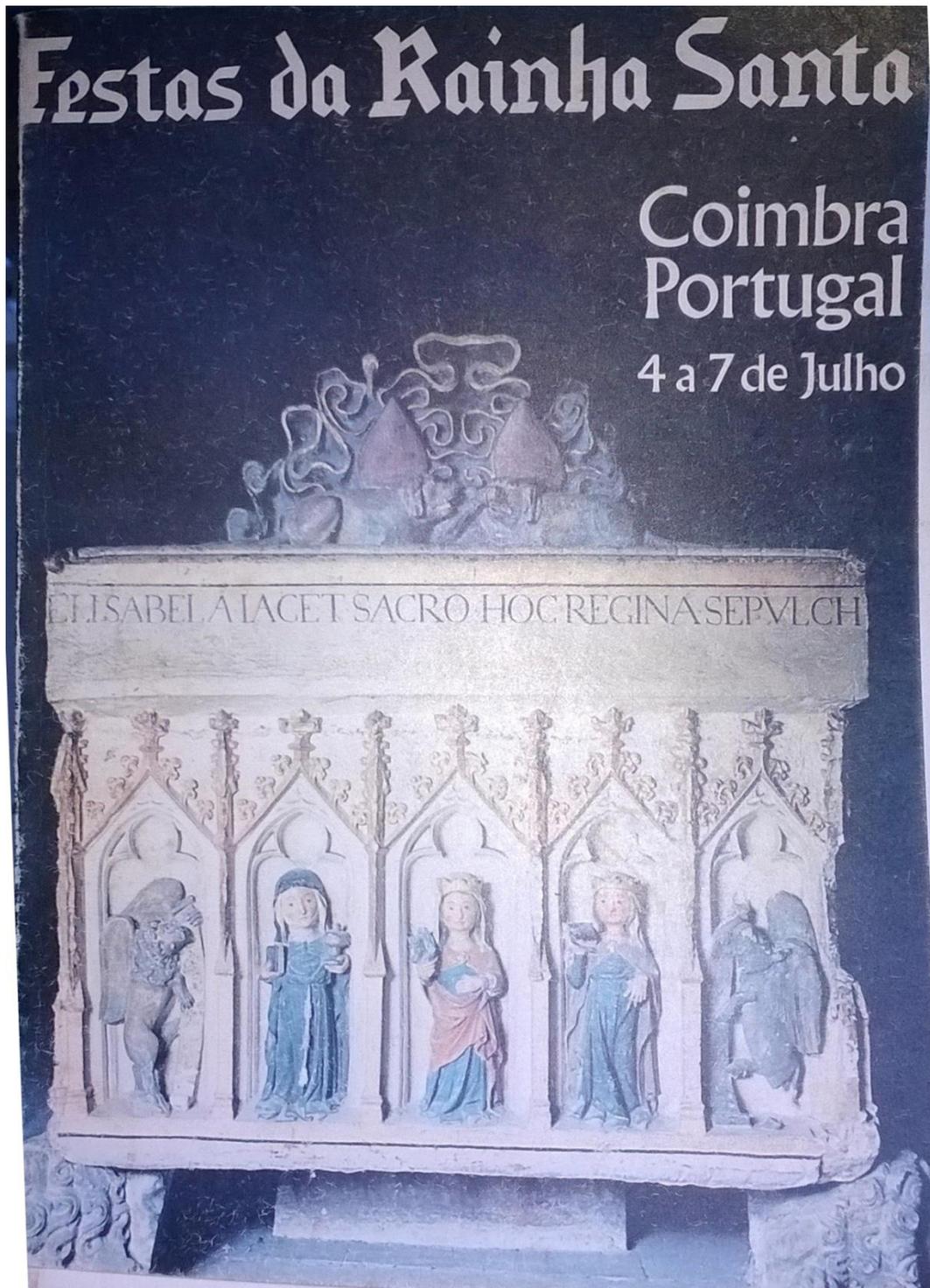
Nome: Programa Oficial das Festas da Rainha Santa

Ano: 1972

Organização gráfica: desconhecido

Local de impressão: desconhecido¹⁸¹

¹⁸¹ *Programa Oficial das Festas da Rainha Santa*. 1972. Coimbra: Litografia Coimbra, 1972.



Nome: Programa Oficial das Festas da Rainha Santa

Ano: 1974

Organização gráfica: desconhecido

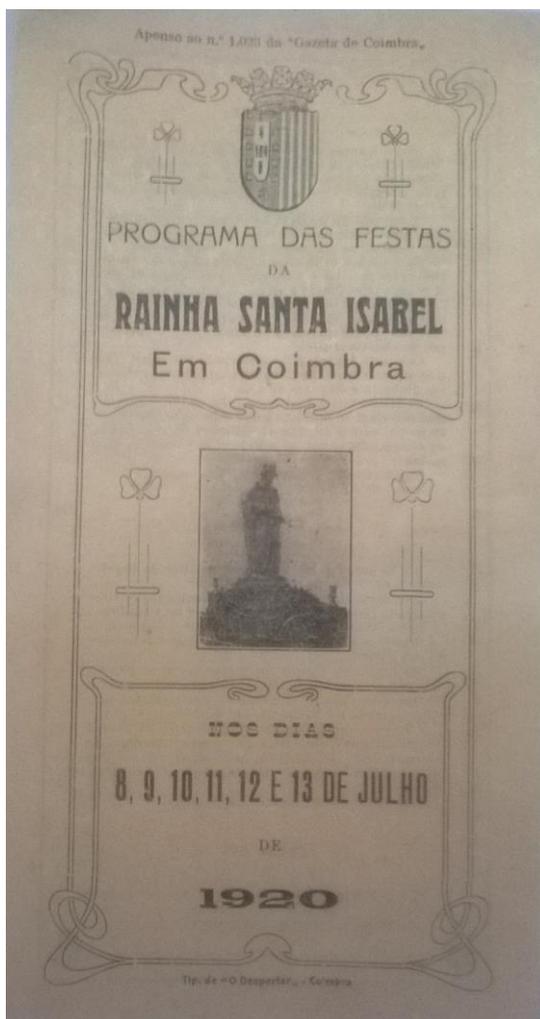
Local de impressão: desconhecido¹⁸²

¹⁸² Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1974. Coimbra: Litografia Coimbra, 1974.

6.2 – Folhetos informativos

Ao investigar-se os dois arquivos supra referidos, encontramos alguns folhetos informativos sobre as festas religiosas, pelo qual achamos necessário a sua publicação, pois, complementam em conjunto, com as revistas acima mencionadas, as diversas formas de publicidade utilizada para se divulgar as festividades.

Apresentam-se de forma crescente através do seu nome, ano, organização gráfica, local de impressão e atual localização.



Nome: Programa das Festas da Rainha Santa

Ano: 1920

Organização gráfica: desconhecido

Local de impressão: Tipografia de "O Despertar", Coimbra

Localização: Arquivo da Confraria da rainha Santa Isabel



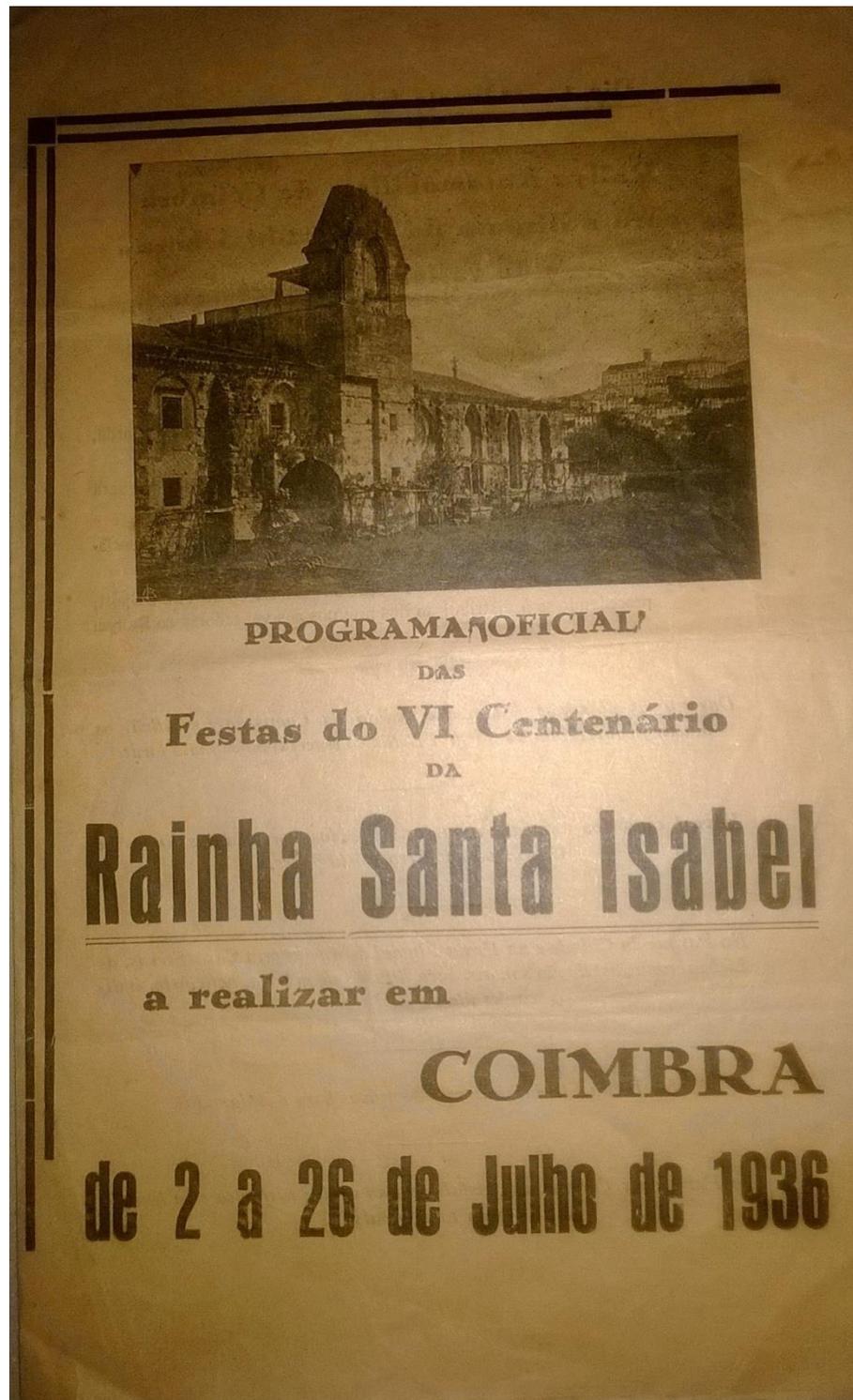
Nome: Programa Oficial das Grandiosas Festas à Rainha Santa Izabel em Coimbra

Ano: 1932

Organização gráfica: Desconhecido

Local de impressão: Imprensa Académica – Coimbra

Localização: Arquivo Histórico do Município de Coimbra



Nome: Programa Oficial das Festas do VI Centenário da Rainha Santa Isabel

Ano: 1936

Organização gráfica: desconhecido

Local de Impressão: desconhecido

Localização: Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel



Nome: Programa Oficial das solenidades religiosas da Rainha Santa Isabel

Ano: 1950

Organização gráfica: desconhecido

Local de Impressão: desconhecido

Localização: Arquivo Histórico do Município de Coimbra

PROGRAMA GERAL
DAS
FESTAS
DA
RAINHA SANTA ISABEL
E DA CIDADE



COIMBRA
JULHO - 1950

Nome: Programa Geral das Festas da Rainha Santa Isabel da Cidade de Coimbra

Ano: 1950

Organização gráfica: desconhecido

Local de Impressão: desconhecido

Localização: Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel



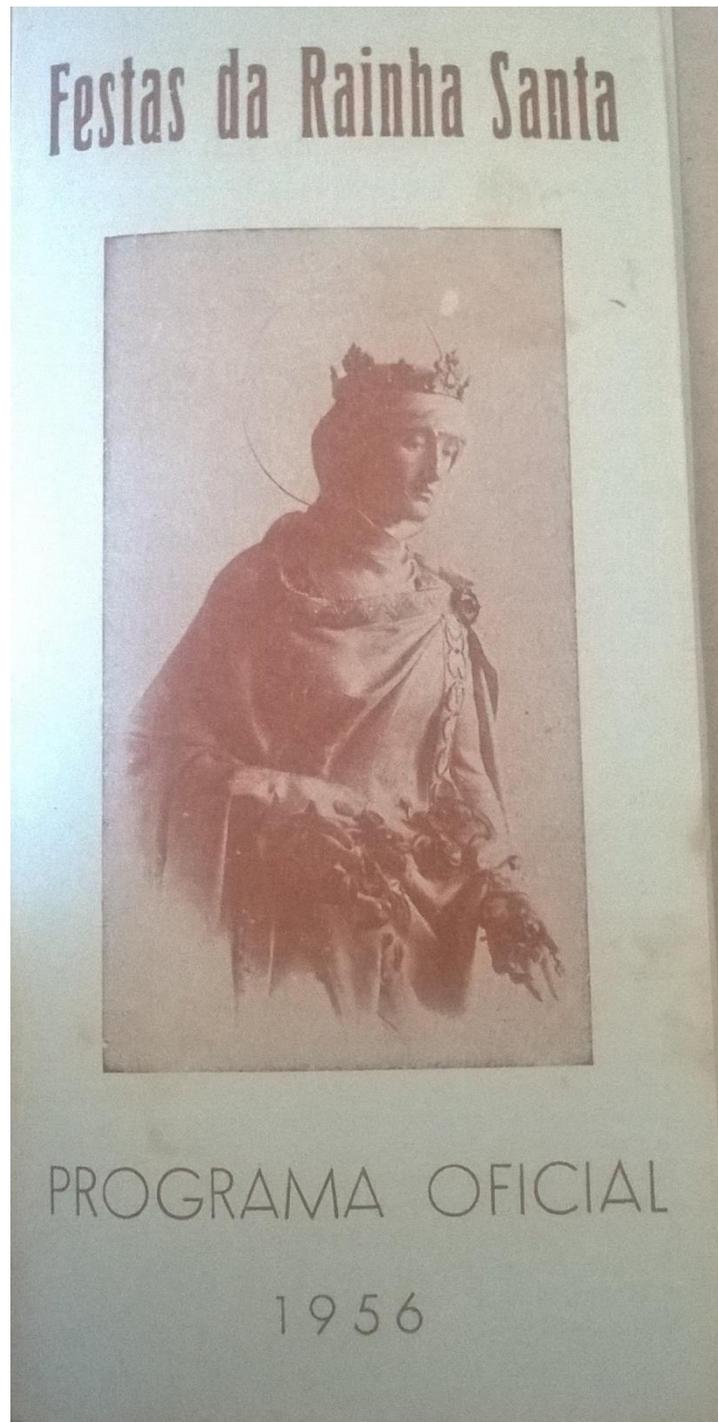
Nome: Programa Oficial das Festas da Rainha Santa Isabel em Coimbra

Ano: 1952

Organização gráfica: desconhecido

Local de Impressão: Tipografia Comercial – Coimbra

Localização: Arquivo Histórico do Município de Coimbra



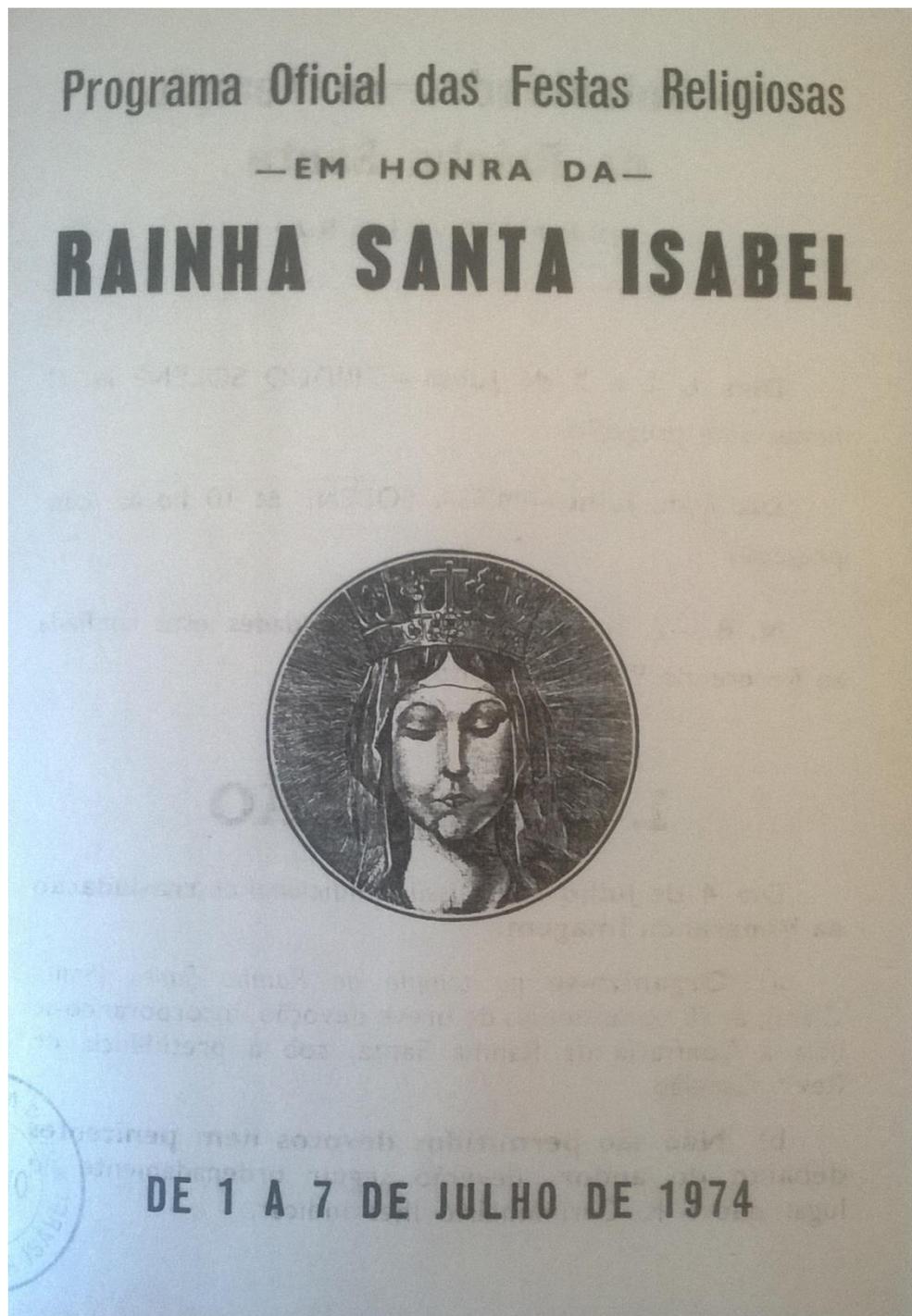
Nome: Programa Oficial das Festas da rainha Santa Isabel

Ano: 1956

Organização gráfica: desconhecido

Local de Impressão: desconhecido

Localização: Arquivo Histórico do Município de Coimbra



Nome: Programa Oficial das Festas Religiosas em honra da Rainha Santa Isabel

Ano: 1974

Organização gráfica: desconhecido

Local de Impressão: desconhecido

Localização: Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel

7 – Fontes e Bibliografia

7.1 – Fontes Manuscritas

Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel

Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel, *Copiador de Correspondência (SR)*, CRSI/008/001, 1876-1882.

Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel, *Copiador de Correspondência (SR)*, CRSI/008/002, 1890-1894.

Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel, *Copiador de Correspondência (SR)*, CRSI/008/003, 1894-1938.

Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel, *Atas e eleições (SR)*, CRSI/001/001, 1876-1881.

Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel, *Atas e eleições (SR)*, CRSI/001/002, 1890-1895.

Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel, *Atas e eleições (SR)*, CRSI/001/006, 1940-1952.

Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel, *Atas e eleições (SR)*, CRSI/001/007, 1952-1982.

Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel, *Programas das Festas da Rainha Santa Isabel (SR)*, CRSI/023.

Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel, *Festas da Rainha Santa Isabel (SR)*, CRSI011/001, 1956-1966.

Arquivo da Confraria da Rainha Santa Isabel, *Festas da Rainha Santa Isabel (SR)*, CRSI011/002, 1967-1992.

Arquivo Histórico do Município de Coimbra

Anais do Município de Coimbra, 1840-1869. Coimbra: Biblioteca Municipal de Coimbra, 1972-1973.

Anais do Município de Coimbra, 1920-1939. Coimbra: Biblioteca Municipal de Coimbra, 1971.

Anais do Município de Coimbra, 1940-1959. Coimbra: Biblioteca Municipal de Coimbra, 1981.

Anais do Município de Coimbra, 1960-1969. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2008.

AHMC, Vereações - *Livro de atas de 14/11/1934 a 29/08/1935*. n.º 143, 1934, 150 fl.

AHMC, Vereações - *Livro de atas de 26/08/1969 a 9/12/1969*. n.º 244, 1969.

AHMC, Comissão Municipal de Turismo, Comissão de Festas da Rainha Santa – *Festas da Rainha Santa. Despesa. 1952*. p. 1-10.

AHMC, Comissão Municipal de Turismo, Comissão de Festas da Rainha Santa – *Festas da Rainha Santa. Receita. 1952*. p. 1-10.

AHMC, Comissão Municipal de Turismo, Comissão de Festas da Rainha Santa – *Relatório das Festas da Rainha Santa. Despesa. 1954*.

AHMC, Comissão Municipal de Turismo, Comissão de Festas da Rainha Santa – *Festas da Rainha Santa. Relatório e contas. 1956*.

7.2 – Fontes Impressas

O Tribuno Popular. Coimbra: José Maria Marques, 1862 a 1907.

Gazeta de Coimbra. Coimbra: Tipografia Gazeta de Coimbra, 1900 a 1974.

Programa Oficial das Festas da Rainha Santa em Coimbra. 1948. Coimbra: Casa Minerva, 1948.

Programa Oficial das Festas da Rainha Santa em Coimbra. 1950. Coimbra: Casa Minerva, 1950.

Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1956. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1956.

Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1958. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1958.

Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1960. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1960.

Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1962. Coimbra: Tipografia Rainha Santa, 1962.

Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1964. Coimbra: Tipografia Rainha Santa, 1964.

Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1966. Coimbra: Litografia Coimbra, 1966.

Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1968. Coimbra: Litografia Coimbra, 1968.

Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1970. Coimbra: Litografia Coimbra, 1970.

Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1972. Coimbra: Litografia Coimbra, 1972.

Programa Oficial das Festas da Rainha Santa. 1974. Coimbra: Litografia Coimbra, 1974.

7.3 – Bibliografia geral

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1967-1971, 4 volumes, vol 3.

Andrade, Luís Oliveira e Torgal, Luís Reis – *Ferriados em Portugal. Tempos de memória e de sociabilidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. ISBN 978-989-26-0296-7

ANTÓNIO, Camões Gouveia – Procissões. In *História Religiosa de Portugal, Humanismos e Reformas, vol n.º II*. Rio de Mouros: Círculo de Leitores SA e Autores, 2000. ISBN 972-42-2359-0.

BRÁSIO, António – *Novos documentos para a história da Rainha Santa Isabel*. Coimbra: Biblioteca da Universidade de Coimbra, 1957, 32 p.

CARVALHO, José Branquinho de – *As festas da canonização da Rainha Santa Isabel promovidas pela câmara de Coimbra*. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1952, 17 p.

CASSY, Cécile Vincent – Quand les reines étaient saintes. La canonisation de sainte Elisabeth de Portugal (1271-1336) et la monarchie espagnole au XVII^e siècle. *Faces de Eva, Estudos sobre a Mulher*, nº7. Lisboa: Edições Colibri, 2002, ISSN 0874-6885.

CORREIA, Sandra – *Inventário da Documentação de Turismo do AHMC*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2009, 191 p. ISBN 978-989-8039-20-0.

DIOGO, Alonso - Compromisso dos confrades da confraria de sancta Ysabel Raynha de Portugal, mulher do catholico Rey dom Dinis sexto Rey de Portugal. In *Vida & milagres da gloriosa Raynha Sancta Ysabel, mulher do catholico Rey dõ Dinis sexto de Portugal : Com o compromisso da cõfraria do seu nome, & graças a ella concedidas*. Coimbra: Ioam da Barreyra, 1560.

GIMINEZ, José Carlos – *Santificação: O religioso e o político no processo de canonização da Rainha Santa Isabel de Portugal*. Universidade Estadual de Maringá, 2008. (Acedido a 10 de Abril de 2014). Disponível na internet: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/08%20Jose%20Carlos%20Gimenez.pdf>.

NUNES, Mário – *Ruas de Coimbra*. Coimbra: GAAC – Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 2003, 212 p. ISBN 972/9411/72/7

RAMOS, A. de Jesus - *O Bispo de Coimbra D. Manuel Correia de Bastos Pina*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1995, 489 p, ISBN 9726031028.

ROCHA, Madail António Gomes da – *Festas realizadas em Coimbra no ano de 1625 por motivo da canonização da Rainha Santa Isabel*. Figueira da Foz: Tipografia Popular, 1936, 61p.

SILVA, Armando Carneiro da – *Anais do Município de Coimbra 1920-1939*. Coimbra: Biblioteca Municipal, 1971, 569 p.

Terceiro Compromisso da Real Confraria da Rainha Santa Isabel. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1892.

VASCONCELOS, António de - *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*. vol I. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, versão fac-similada da edição de 1891-1894, 1993, 617 p. ISBN 972-9157-29-4.

VASCONCELOS, António de - *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, vol II. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, versão fac-similada da edição de 1891-1894, 1993, 634 p. ISBN 972-9157-29-4.

VASCONCELOS, António de – *Doutor Francisco José de Sousa Gomes: a sua benemerência na administração da Confraria da Rainha Santa Isabel*. Coimbra: Tipografia da Gráfica de Coimbra, 1931, 30 p.

VASCONCELOS, António de – “Doutor Francisco José de Sousa Gomes”. In *Em memória de Francisco José de Sousa Gomes. Homem da Ciência e da Igreja 1860-1911*. Cruz Editores, 2011, ISBN 978-989-97225-0-7.

VITERBO, Sousa – *Fastos Religiosos (Festas e procissões)*. Porto: tipografia A. F. Vasconcellos, 1898, 30 p.